



Livonildo Francisco Mendes [Ildo]

Democracia na Guiné-Bissau: Por uma mudança de mentalidades

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor António Manuel Carvalho Casimiro Ferreira, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2010



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Livonildo Francisco Mendes [Ildo]

Democracia na Guiné-Bissau: Por uma mudança de mentalidades

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor
Doutor António Manuel Carvalho Casimiro Ferreira,
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2010



À memória da minha mãe

Rosália Campanha da Silva

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de um longo percurso de formação, que contou com o grande apoio de pessoas e instituições que no decorrer desse percurso têm contribuído de forma decisiva para a minha afirmação, com a esperança de um dia poder retribuir à humanidade com algo benéfico. Pelo reconhecimento que faço das minhas limitações, ofereço de boa fé esta dissertação, que é o esboço do meu pensamento, a todos sem excepção.

Aos meus queridos pais, que admiro desde a minha nascença, pela sua grandeza, humildade, inteligência, experiência, tolerância - mostraram-me com amor e precisão que o verdadeiro ser humano é aquele que deve de si o maior respeito possível com os valores sagrados da vida. Por isso sou tímido para não cometer erros que possam magoar os outros. Nunca conseguirei retribuir-lhes, e só o facto de me fazerem nascer já é algo precioso. Sinto-me feliz por fazerem de mim, um humanista de convicção. Agradeço aos meus familiares: avós, tios(as), primos(as), sobrinhos(as), cunhados(as) e irmãos(as), em especial à Hyanilma e ao Julião (Jú) - as minhas recordações deles estão guardadas para sempre no meu coração e no meu pensamento.

Agradeço também o apoio do Estado da Guiné-Bissau e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, pela atribuição da minha bolsa de estudo para a licenciatura em Sociologia, bem como aos Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra, por me terem acolhido ao longo destes anos de passagem em Coimbra - merecem os meus calorosos votos de reconhecimento.

Ao meu orientador, Professor Doutor António Casimiro Ferreira, que aceitou este desafio, revelando-se um grande mestre, através dos seus conselhos sábios e das orientações preciosas.

À Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e a todos os professores que contribuíram para a realização do meu sonho como sociólogo, confesso com gratidão que o vosso esforço merece tudo de bom. Agradeço aos professores que me permitiram realizar um conjunto de trabalhos a respeito da Guiné-Bissau, sem os quais não seria possível fazer uma dissertação desta natureza: *O Acesso ao Direito e à Justiça na Guiné-Bissau* (Ensaio do Projecto) e *O Diálogo Sócio-Laboral na Guiné-Bissau* (Diálogo Social e Negociação Colectiva) com o Professor António Casimiro Ferreira; *Espaço e Sociedade na Guiné-Bissau* (Espaço e Sociedade), com o Professor António Gama Mendes; *Reflexo Negativo da*

Ocupação Colonial na Guiné-Bissau (Sociologia da Cultura), com o Professor Arriscado Nunes; *A Descolonização da África portuguesa, em específico a Guiné-Bissau* (Sociologia Histórica), com o Professor Álvaro Garrido; *Tribunal de Opinião: A legalização dos Imigrantes* (Introdução à Sociologia), com os Professores Boaventura de Sousa Santos e Hermes Costa; *O Racismo* (Debates Teóricos Contemporâneos II) com a Professora Marta Araújo; *Cooperação para o Desenvolvimento* (Políticas de Igualdade Sexual), com a Professora Virgínia Ferreira; *Reflexão Sociológica sobre a Democracia na Guiné-Bissau* (Laboratório de Métodos), com a Professora Sílvia Portugal; *Guiné-Bissau: Um Mosaico Multi-étnico* (Reinventar a Emancipação Social), com o Professor António Casimiro Ferreira; *Democracia e Cidadania* (Análise de Classes e Transformação Social), com o Professor Elísio Estanque. Ao Professor Jaime Ferreira Couto, Provedor dos estudantes africanos, o meu profundo agradecimento, pela infinita disponibilidade e palavras de apoio.

A todos os colegas e funcionários que conheci na FEUC, em especial, a José Alfaiate, José Catalão, Emmanuel Lopes Varela, Emmanuel Mosse, Hector da Costa, Mariana Roxo, Aline Santos, Gloriete Alves, Maria Alice Barbosa, Andria Lopes, Eneida Bento, Ludmila Dangua, Pedro A. da Silva, Paulo Renato, Clara Spencer, Flaviano Gomes, Francisco Freitas, Pedro Gama, Marta Peça, Maria Lucília, Célia Rodrigues e Justina Salgado.

Aos professores que me acompanharam ao longo do meu percurso escolar na Guiné-Bissau, em especial aos Professores Maria Elmigarda Lopes da Cruz Ferreira, Alfredo Handem, Padre Casal Martins, Geraldo Vaz, Júlio Gomes Ucaím, Malam Cassamá Júnior "Abulai", Abulai Camará, Carlos Mário Nhaga e Iaya Mankal.

Aos Sempre Alegres (da Residência Universitária Alegria), em especial ao Tiago Serrão dos Santos, Tiago Jerónimo, Bruno Calhegas, César Amílcar, José Miguel Carvalho e Vladimiro Gomes Lourenço, bem como à Dona M^a Alice Carvalho e à Dona M^a de Lurdes Simões Nunes.

À minha namorada e futura esposa, Cindy Mutschen Carvalho, por estes anos de carinho e dedicação, bem como à sua família (Guy Mutschen (*in memoriam*), Maria Manuela Fonseca Carvalho, António Fonseca Carvalho (*in memoriam*) e Kathy Mutschen Carvalho), por me ter recebido como uma segunda família.

Quero também agradecer a uma amiga muito especial que me ajudou a receber o apoio de que necessitava, no primeiro ano do Mestrado.

Aos amigos íntimos da minha família, que acompanharam a minha infância e funcionaram como figuras de referência para o meu crescimento, em especial a Rafael

Pereira, Raúl Domingos Plácido, Maria Augusta Lacerda, tia Maria, Malike Salla, Formósio Uboia Mendes, Augusto Mango, António Monteiro "Betega" e Miguel Francisco Gomes.

A todos aqueles que marcaram a minha vida, mas, infelizmente, já não estão entre nós (*in memoriam*): Manuel Maria Bioso, N'Tchama Djata, Amâncio Fernandes, tio Justino, Professor Domingos da Silva, Armindo B. Ferreira, Nelson B. Ferreira, Luís Mendes, Marcelino Lima, Francisco Dagacarem e Mário Gomes.

A todos os que me deram trabalho e alojamento no campo, no Verão, desde que cheguei a Portugal, e também aos meus colegas de trabalho, em particular a José Clímaco Pereira (Bombarral), Joaquim Maria "Quim Maria" (Sanguinhal), Valentim Alves (São Gregório – Caldas da Rainha), Luís Gonçalves "Nelinho" (Nova Serviços - Caldas da Rainha; e também aos que encontrei na carga e descarga de grão-de-bico e de gás, na fábrica de vinho e no serviço de limpezas), Nuno (Quinta da Granja – Bombarral), Albertino Inácio dos Santos "Tino", Jaime Feliciano Baptista, Rosália Sobreiro, Maria Manuela Pereira, Casal Ana e João, António Cipriano e sua mãe (Dona Cristina).

Aos colegas que me acompanharam na vinda para Portugal: Vanessa G. Mendes, Catouplim Mendes da Costa, Pansau Samora Fernandes "Marock", Armando Bame Ié, Elias Silvestre Sanhá e Dadílson Lopes.

Aos meus amigos(as): Julião Vieira Insumbo, Simões D. Sanches "Julinho", Aruna Djaló, Evarista B. Ferreira, Marciano Jumpe, Eurico Silla "Ciaca", Ivonete Tamba, Emília M'Bundé, Saara Funi, Caropul Campembute Mendes "Raulinho", Lassana Mendes, Moro S. Injai, Carlos S. Delgado, Asber da Silva, Mankumpas, João Imbali "Oté", Baptista, Fidalgo Raúl Ferreira, Ino Manuel Lopes de Pina, Fátima Juliana Lopes de Pina, José Manuel dos Santos, família Aimé, Assimiu Mendes, Ângelo Jofre da Costa, José António Tavares, Amadú Djaló "Babem", Marijane António Gomes, Eco Té, Higinio Morto Correia, Néilson António Lopes e sua irmã Domingas (*in memoriam*), Juliano Lima, Miguel Apolinário Lima, Justino Mendonça "Djasten", António Minda, João Mandecki, Jorge Turé, Domingos Gomes "Doutor", Irlandino de Pina "Miguel", Edmilson de Pina "Eddy", Idalécio Roberto Santos, Diane da Silva "Americana", João Henrique Júnior "Djon", Cristiano Daniel Cancola, Ribamar Baticã Ferreira, Osvaldo Correia Dias "Vadinho", Gino A. Da Silva e João Dembi.

A todos os que não mencionei neste trabalho mas que, de uma forma ou outra, contribuíram para a minha formação académica e pessoal.

A todos os guineenses (ou não) - todos os que se preocupam com o futuro da Guiné-Bissau. Obrigado por constituírem a minha fonte de inspiração e de motivação ao longo destes anos.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS.....	9
RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	12
RÉSUMÉ.....	13
INTRODUÇÃO.....	14
OBJECTIVOS.....	15
METODOLOGIA.....	16
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINE-BISSAU.....	17
2. DESENVOLVIMENTO	
2.1. PARTE I - A Democracia.....	40
2.1. PARTE II - O fracasso da democratização da Democracia na Guiné-Bissau....	63
3. PROPOSTA DE MUDANÇA.....	80
4. CONCLUSÃO.....	96
BIBLIOGRAFIA.....	99
RECURSOS ELECTRÓNICOS E NOTÍCIAS.....	107

«Democracia com fome, sem educação e saúde para a maioria, é uma concha vazia.»
(Nelson Mandela)

LISTA DE ABREVIATURAS

AE-OCMI - Áreas de Estudos - Órgão Consultivo, Multidisciplinar e Imparcial
BDP - Partido Democrático do Botswana
CEMGFA - Chefe de Estado-Maior General das Forças Armada
CGSIGB - Confederação Geral dos Sindicatos Independentes - Guiné-Bissau
CIA – Agência Central de Inteligência
CND - Comissão Nacional de Descolonização
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRGB - Constituição da República da Guiné-Bissau
CRP - Constituição da República Portuguesa
CUF - Companhia União Fabril
DMGA-&-9 - Duplo Mandato de Governação Alternado
FARP - Forças Armada Revolucionárias do Povo
FLING - Frente da Luta pela Independência Nacional da Guiné
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique
GBD - Governo de Base Democrática
IGTSS - Inspeção Geral do Trabalho e Segurança Social
LGTG – Legislação Geral do Trabalho Guineense
MLG - Movimento de Libertação da Guiné
MPLA - Movimento para a Libertação de Angola
ONG - Organização Não-Governamental
OUA - Organização da União Africana
PAI – Partido Africano para a Independência
PAICV - Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PGR – Procurador-Geral da República
PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado
RDA - República Democrática Alemã
RFA - República Federal Alemã
RSO – Responsabilidade Social das Organizações
SC – Sociedade Civil

SILCOTEL – Sindicato Livre dos Correios e Telecomunicações

SINAPROF – Sindicato Nacional dos Professores

SINJOTECS – Sindicato dos Jornalistas Técnicos da Comunicação Social

SNJCD – Sindicato Nacional da Juventude, Cultura e Desportos

SNTT – Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Transportes

SOJ – Sindicato dos Oficiais de Justiça

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TC – Tribunal de Contas

TPG - Tratado Político de Governação

UNGT - União Nacional dos Trabalhadores da Guiné

RESUMO

Este trabalho pretende analisar a realidade guineense, focando os seus aspectos políticos e sociais, e propor soluções que permitam o desenvolvimento desta nação que necessita urgentemente de mudar. Inicia-se com uma contextualização aprofundada do passado da Guiné-Bissau, desde o período anterior à sua formação, até aos dias de hoje, de forma a procurar as raízes subjacentes aos problemas que se fazem sentir no presente. A compreensão e análise crítica dos acontecimentos históricos permitem, para além de contextualizar o leitor numa realidade muito diferente da dos países ocidentais, a construção de uma base sólida de partida para a análise dos fenómenos sociológicos actuais. A época de dominação colonial e a luta pela independência são dois aspectos especialmente focados, por terem deixado marcas que ainda hoje se fazem sentir na sociedade guineense. Através de uma revisão do conceito de Democracia, procura-se também compreender a sua origem e a sua (in)adequação ao contexto guineense. A Democracia constitui o regime político mais difundido por todo o mundo, mas, ainda assim, a sua validade não é consensual, e muitos continuam a apontar as suas falhas. Ainda, com base na análise sociológica dos principais sectores da sociedade guineense (saúde, educação, justiça, etc.), apresenta-se uma proposta de mudança, que consiste na criação de um modelo de governação temporário, baseado no consenso nacional e no cruzamento multidisciplinar de informação. Conclui-se que o futuro da Guiné-Bissau terá de implicar um conjunto de várias transformações, mas, essencialmente, terá de promover uma profunda mudança de mentalidades.

PALAVRAS-CHAVE: Guiné-Bissau, Democracia, mudança de mentalidades

ABSTRACT

This study aims to examine the reality of Guinea-Bissau, focusing on the political and social issues and proposing solutions that enable the development of a nation that urgently needs to change. It begins with a depth contextualization of the Guinea-Bissau's past since the period preceding its formation until the present day, so look for the underlying roots of the problems that are felt in the present. The understanding and critical analysis of historical events may, in addition to contextualize the reader into a reality very different from western countries, building a solid base for the analysis of current sociological phenomena. The era of colonial domination and the struggle for independence are especially focused, because they have left marks that still are felt in Guinean society. Through a review of the concept of Democracy, it seeks also to understand its origin and its (in)appropriateness to the Guinean context. Democracy is the political system more widespread throughout the world, but still, its validity is not consensual, and many continue to point out its flaws. Still, based on sociological analysis of the key sectors of Guinean society (health, education, justice, etc.), It presents a proposed change, which is to create a temporary model of governance based on national consensus and the multidisciplinary intersection of information. We conclude that the future of Guinea-Bissau will involve a set of several transformations, but, essentially, will have to promote a profound change in mindsets.

KEYWORDS: Guinea-Bissau, Democracy, change in mindsets

RÉSUMÉ

Cette étude vise à examiner la réalité de la Guinée-Bissau, se concentrant sur les questions politiques et sociales et de proposer des solutions qui permettent le développement d'une nation qui a un besoin urgent de changer. Le texte commence par une contextualisation approfondie du passé de la Guinée-Bissau depuis la période précédant sa création jusqu'à nos jours, pour chercher les racines sous-jacentes aux problèmes qui se font sentir dans le présent. La compréhension et l'analyse critique des événements historiques peuvent, en outre de contextualiser le lecteur dans une réalité très différente de celle des pays occidentaux, la construction d'une base solide pour l'analyse des phénomènes sociologiques actuels. L'ère de la domination coloniale et la lutte pour l'indépendance sont deux aspects particulièrement importants parce qu'ils ont laissé des traces qui se font encore sentir dans la société guinéenne. Grâce à un examen de la notion de démocratie, on cherche aussi à comprendre son origine et son (in) adéquation au contexte guinéen. La démocratie est le système politique plus répandu dans le monde, mais encore, sa validité n'est pas consensuelle, et beaucoup continuent de souligner ses défauts. Encore, en se soutenant d'une analyse sociologique des principaux secteurs de la société guinéenne (santé, éducation, justice, etc.), nous proposons un changement, qui consiste à créer un modèle provisoire de gouvernance, fondée sur un consensus national et de l'intersection d'information multidisciplinaire. Nous concluons que l'avenir de la Guinée-Bissau comprendra un ensemble de plusieurs transformations, mais, en substance, devra promouvoir un changement profond des mentalités.

MOTS-CLÉS : Guinée-Bissau, Démocratie, changement de mentalités

INTRODUÇÃO

A presente dissertação aborda a temática da democracia na Guiné-Bissau - por uma mudança de mentalidades, dividindo-se para tal, o trabalho em cinco partes fundamentais: em primeiro lugar, começamos com uma breve abordagem histórica da Guiné-Bissau, focamos alguns momentos marcantes desde o século XIII até hoje, nomeadamente questões relacionadas com a chegada dos Mandingas à Guiné-Bissau nesse século, seguida da dos Fulas no século XIV, em que ambas as etnias ocuparam a zona leste do país, concretamente o império de Gabú. Depois destas etnias foi a vez dos portugueses que simbolizaram a descoberta oficial da Guiné-Bissau no século XV, em 1446. Mais tarde, estes procederam com uma luta armada que culminou com a independência da Guiné-Bissau, através do PAIGC, em que este último governou o país desde a 1974 até 1991, altura que o país celebrou a abertura democrática.

Em segundo lugar, fazemos uma introdução ao tema da Democracia em geral com destaque à sua origem, consequência, importância e seu desenvolvimento. Em terceiro lugar, descrevemos o fracasso da democratização da democracia no actual Estado da Guiné-Bissau, passando por alguns factores da máxima importância para a compreensão das dificuldades atravessadas pela Democracia guineense (questões étnicas, analfabetismo, poder político-militar, emigração, pobreza, corrupção, narcotráfico, investimento estrangeiro e ajudas internacionais), e caracterizamos o modelo de governo ou de governação, dando especial atenção ao tema da instabilidade política em que o país se encontra mergulhado.

Em quarto lugar, apresentamos algumas considerações sobre possíveis propostas de mudança que poderiam contribuir para um desenvolvimento mais positivo na Guiné-Bissau, com um mecanismo supervisor de governação que vai servir de intermediário entre governados e governantes, para garantir uma maior transparência na gestão do bem público. Este aparelho só por si não funciona, conta com um factor fundamental: a mudança de mentalidades (da retórica dos discursos e procedimentos exemplares) dos governantes, políticos, de todos os cidadãos guineenses. Depois é preciso também exigir dos outros Estados os mesmos princípios. Finalmente ou em quinto lugar, faremos a conclusão, que pretende ser uma mensagem de esperança, fé, convicção de que no futuro, o bem-estar de todos na Guiné-Bissau deve depender na sua maioria dos guineenses. E que a Guiné-Bissau tem meios e potencialidades para se afirmar como uma das nações mais bem sucedidas do planeta.

OBJECTIVOS

O objectivo inicial desta dissertação é falar da Guiné-Bissau a partir de África para o resto do mundo e não de Portugal para a Guiné-Bissau. Mas, a espinha dorsal da dissertação permanece intacta, ao apresentar uma visão rigorosa, crítica e atenta (característica da prática sociológica) da democracia na Guiné-Bissau. Nunca esquecendo os principais problemas que se reflectem nas perturbações vividas por esta jovem democracia (o país foi palco da luta armada, as questões étnicas, o analfabetismo, o poder político-militar, a pobreza, a corrupção, o narcotráfico, a emigração, o investimento estrangeiro e as ajudas internacionais), mas colocando sempre os olhos num futuro (que se espera) melhor. O olhar do sociólogo deve ser sempre analítico, nunca se deixando enganar pelas aparências, pelo senso comum ou por ideologias pré-concebidas. No entanto, este olhar deve ser também humano e compreensivo, procurando apreender a realidade por detrás dos acontecimentos (Giddens, 2004: 2). Pretendem-se que este trabalho possa transmitir a qualquer pessoa, independentemente dos seus conhecimentos e crenças sobre África [os africanos], uma ideia/consciência daquilo que se passa na Guiné-Bissau e em outros países africanos.

Em relação à democracia, pretende-se mostrar que não é um regime extraterrestre, mas, pelo contrário, é um regime criado pelos seres humanos e conseqüentemente está a ser utilizado e manejado em benefício da sociedade pelos próprios seres humanos. Por fim, apresentam-se algumas propostas de mudança que podem ser implementadas na prática, para impedir que todos os problemas identificados continuem a ser uma fonte de conflito. Da discussão destas propostas espera-se encontrar um modelo adequado e realista para a Guiné-Bissau, que leve à construção de medidas práticas e sólidas a implementar na vida dos cidadãos para resgatá-los dos muitos anos de sofrimento em que se encontram.

METODOLOGIA

Ainda que esteja bastante orientada para uma implementação prática futura, esta Dissertação é essencialmente teórica. O objecto de estudo em causa é a sociedade guineense, tanto de uma forma geral, como nos seus aspectos mais particulares. Como tal, tornou-se impossível realizar uma investigação de carácter assumidamente empírico. Ainda assim, todo o processo de investigação realizado no contexto deste trabalho seguiu uma lógica que acompanha o processo de investigação, desde o surgimento do problema, à elaboração das hipóteses, passando pela construção de um modelo com base em conclusões (Quivy & Campenhoudt, 2005; Eco, 2009). A grande diferença é que o estudo foi elaborado com base em livros, artigos, notícias e outros documentos, elaborados por outros autores, que serviram de fonte para uma análise e reflexão crítica acerca dos problemas sociológicos detectados. Neste sentido, podemos afirmar que foi utilizada uma metodologia de *análise do discurso* e também, em certa medida (ainda que de uma forma um pouco subtil), uma *análise semiótica*. A análise do discurso consiste num «conjunto de métodos e de teorias que pretendem investigar quer o uso quotidiano da linguagem quer a linguagem nos contextos sociais (...) [que] fornece uma metodologia para a interpretação dos textos sociais» (Nogueira, 2001: 22). Por sua vez, a análise semiótica pretende apreender o sentido das coisas «por meio das formas de linguagem e, mais concretamente, dos discursos que o manifestam» (Mate & Lara, 2009). Foram exploradas diversas obras na área do Pensamento Político, especificamente ligadas à Democracia (exemplos: Bobbio, Canfora, Fukuyama, Keane, Maquiavel, Montesquieu, Rancière), obras fundamentais da Sociologia (exemplos: Bauman, Giddens, Escola Portuguesa de Sociologia [Coimbra]), bem como textos sobre África e sobre a Guiné-Bissau (exemplos: Alfredo Handem, Emílio Kafft Kosta, Carlos Cardoso, Carlos Lopes, Julião Soares Sousa).

Pelo facto de também termos recorrido a documentos essenciais como a legislação e a publicações nos *media*, utilizámos igualmente o método de *análise documental*, que consiste na análise de material bruto, na tentativa de extrair dele informação ligada aos objectivos da investigação (Raupp & Beuren, 2003; Fernandes, 1998). Este é um trabalho essencialmente qualitativo, que abre as portas para trabalhos futuros, mais específicos, que permitam implementar as estratégias, apresentadas no final deste trabalho, que decorrem da análise teórica e argumentativa realizada ao longo do corpo do texto.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau é um país da África Ocidental. Em termos oficiais, foi descoberta no século XV (1446) pelo português Nuno Tristão¹. Os seus limites geográficos são a Norte o Senegal e a Leste a República da Guiné-Conacri (Lopes, 1982: 17). Há dois períodos climatéricos: “chuva e seca”. A Guiné-Bissau é um país atlântico com muitos rios e riachos que cortam a longa planície. E devido a esta situação geográfica, a vegetação é do tipo savana e floresta tropical húmido. Possui cerca de 80 ilhas, das quais apenas uma minoria é ocupada².

Antes de constituir um país com limites definidos, a Guiné-Bissau pertenceu ao reino dos Mandingas. Os Mandingas são descendentes directos do grande Império do Mali³ (que existiu entre os séculos XIII-XVI) e chegaram ao território da actual Guiné-Bissau no século XIII (Jao, 1995: 9; Lopes, 1982: 19, 37; Kosta, 2007: 187-189), ocupando deste modo o Leste do País (Gabú) com a capital em “Kansala” – tornou-se autónomo com o desmembramento do grande Império do Mali no século XVI (o reino de Gabú existiu entre os séculos XIII-XIX). Depois da etnia Mandinga, foi a vez da etnia Fula que marcou presença no século XIV na Guiné-Bissau – durante muitos séculos esta etnia prestou vassalagem ao Império do Mali (Lopes, 1982: 38). Aquando da sua chegada ao actual território da Guiné-Bissau, os Fulas foram inicialmente bem recebidos pelos autóctones Mandingas que lá se encontravam, no entanto, os Mandingas começaram a tentar sobrepor a sua dominação sobre eles e as suas relações começaram a deteriorar-se. Não tardou muito para que os Fulas ficassem saturados da posição assumida

¹ O descobridor «tradicional», não ultrapassou – quanto muito – a Gâmbia em 1446; mas em 1446 é possível que Álvaro Fernandes tenha atingido o extremo norte da costa guineense (Cabo Roxo); por isso, o ano de 1446 deve ser celebrado como a data simbólica a fixar para o quinto centenário da descoberta, pois se Nuno Tristão não é o verdadeiro descobridor do território actual, descobriu incontestavelmente a «Grande Guiné» portuguesa dos séculos XV e XVI, pois que a Guiné de Cabo Verde começava, nesta época, na foz do Senegal e ele chegou bem mais longe ao sul deste rio (Mota; 1972: 76-77; citado por Pélissier, 1989: 40, vol. I). Mas também, podemos admitir que Álvaro Fernandes é descobridor da Guiné (Lara, 2000: 67; Bull, 1988: 31).

² Disponível em http://www.lusoafrika.net/v2/index.php?option=com_content&view=article&id=62&Itemid=65.

³ O Império de Mali, antes de se constituir como um Império, era considerado um dos reinos Mandingas que se integrava administrativamente no Império do Gana que estendeu as suas fronteiras a uma grande área da região ocidental africana. O Império do Gana abrangia em si um vasto território que se estendia da actual Mauritânia até ao Mali, passando pelo Senegal, entre os séculos III-XIII (Kosta, 2007: 186-189). Sob a ruína do Império do Gana marcado pelas lutas internas e externas, num espaço, pela sua dimensão, dificilmente controlável pelo poder central, nasceria o reino dos Mandingas. Liderados por Sundiata Keita, os Mandingas assaltaram e destruíram o Gana no ano de 1240. Nesse momento o Império já se encontrava debilitado, mercê das guerras contra os Berberes Almorávidas. Após a vitória de 1240, Sundiata Keita reorienta-se em direcção ao leste, atacando os Mossis e Songóis. Consuma-se então o grande Império de Mali, que se estendia as suas fronteiras em direcção a territórios que actualmente fazem parte do Mali, Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau e Guiné-Conacri (Mendy, 1997: 20-21).

pelos Mandingas e acabassem por declarar-lhes guerra (Jao, 1995; Kosta, 2007: 187-188; Lopes, 1982: 21). Ao longo de várias gerações, os Fulas derrotaram primeiro os Biafadas (um dos grupos étnicos também presentes no território) e depois os Mandingas, assumindo assim o protagonismo e passando de simples vassallos a soberanos independentes, livres e detentores do poder.

Os Fulas são muçulmanos originariamente nómadas, estando disseminados por quase todo o continente africano. Era uma das etnias mais avançadas no momento de chegada dos portugueses, tendo já grandes laços comerciais ao longo da costa Ocidental africana. A sua estrutura social é vertical, em que há uma hierarquização da estrutura orgânica quase idêntica à forma de estrutura dos governos ocidentais: no topo há um chefe para toda a comunidade e abaixo dele estão subchefes, formando uma classe; os indivíduos têm maior ou menor importância consoante as posições que ocupam na sociedade (Lopes, 1982: 35; Sousa, 336-338). Com a chegada dos portugueses à Guiné-Bissau, esta foi uma das etnias que estabeleceu imediatamente laços de comércio com eles (Lopes, 1982: 38), tendo esta relação perdurado ao longo dos séculos e até durante a luta armada⁴. E desde cedo se verificou no território guineense a distinção entre dois grandes grupos de etnias⁵ – os animistas (Balantas, Bijagós, Mancanhas, Manjacos, Papeis e Felupes) e os islamizados (Fulas, Mandingas e Biafadas). Esta separação ainda se verifica hoje e tem fortes repercussões na realidade guineense (Mendes, 1992: 69; Kosta, 2007: 174-175).

Perto do fim do século XVI, o comércio de escravos aumentou e a desintegração dos reinos do Oeste africano facilitou o papel dos Portugueses e Espanhóis que souberam explorar as rivalidades étnicas e introduziram novos produtos, instaurando assim um comércio muito

⁴ Foi graças ao apoio dos portugueses e ao desenvolvimento dos seus laços comerciais com os Fulas que lhes permitiu adquirir as armas de fogo necessárias à alteração da relação da correlação de forças e à eliminação dos Mansas (reis Mandingas). E não foi por acaso também que os Portugueses justificavam que compraram “escravos que já eram escravos” (Cabral, 2008: 121-122.). Visto que a etnia Fula era uma etnia mais avançada em termos de conhecimentos, os Fulas dominavam e escravizavam as outras etnias. A partir dessas relações anteriores podemos interpretar o fenómeno de descobrimento no contexto guineense como forma de calendarização ou oficialização para legitimação da posse da terra, porque, na verdade, os portugueses já conheciam minimamente o território. Nota-se que Portugal tinha também contactos com os Mandingas desde imperador Sundyata Keita, assim como no reinado de Kankan Moussa. Este solicitou o apoio do rei D. João II com a finalidade de eliminar uma insurreição liderado por um fula Tenguela I, mas acabou ele próprio por eliminar Tenguela I (Lopes, 1982: 38). Mesmo aquando da chegada dos portugueses à Guiné-Bissau, os Mandingas é que estavam no poder, mas Portugal apoiou os Fulas, permitindo-lhes que pusessem fim ao reinado dos Mandingas em 1867. Esse apoio foi retribuído durante a luta armada (será desenvolvido mais à frente).

⁵ A visão de Amílcar Lopes Cabral apresentada pelo Doutor Julião Soares Sousa sugere que a distinção do ponto de vista da estrutura social, entre o campo e a cidade, permitiu-lhe identificar e comparar três grupos étnicos no campo: num extremo, os “semi-feudais” fulas (muçulmanos), numa posição intermédia, os “feudais” Manjacos (animistas); e, no extremo oposto, os Balantas (animistas) (Sousa, 2007: 336 e ss).

lucrativo (Lopes, 1982: 20). Segundo Lopes (1982), esses comércios fizeram com que as ilhas de Cabo Verde, que estavam desabitadas, começassem a ser habitadas. Visto que estavam a ser utilizadas como ponto de apoio do comércio triangular⁶ (Cabral, 2008: 129-131; Lara, 2000: 67-99), os seus habitantes actuais são sobretudo descendentes dos escravos vindos da Guiné-Bissau. Ao nível dos países africanos da língua oficial portuguesa ou melhor, da comunidade dos países da língua portuguesa (PALOP e CPLP, respectivamente), é em Cabo Verde e na Guiné-Bissau que a língua Crioula⁷ é a mais falada e utilizada, em relação aos outros países da língua portuguesa (Lara, 2000: 101; Lopes, 1982: 87-88).

Presume-se que os guineenses estão na origem da esmagadora maioria dos primeiros habitantes cabo-verdianos (Lopes, 2005: 26). E isto pode ser um dos motivos pelos quais, ao longo da história, os dois países foram governados pelos mesmos governadores (Cabral, 2008: 127; Cardoso, 1989: 52; Pélissier, 1989: 41, vol. I), tal como o facto de se unirem durante a luta armada, apesar dessa união nem sempre ter sido pacífica (Pinto, 2001: 62-63; Macqueen, 1998: 63). Retomando a questão do crioulo, é importante referir que este desempenhou um papel fundamental no intercâmbio entre portugueses e autóctones. Presume-se que o crioulo⁸ tenha sido desenvolvido pelo contacto entre os portugueses e os povos do Golfo da Guiné (essencialmente as etnias Mandinga e Fula), ainda antes da chegada “oficial” de Portugal ao território, sendo depois levado para as ilhas de Cabo Verde, pelos escravos guineenses do continente (Bull, 1989: 57; Lopes, 1982: 20; Kosta, 2007: 187). E mais tarde foi transportado para S. Tomé e Príncipe através de colonos portugueses que usavam trabalhadores cabo-verdianos como quadros administrativos para as outras colónias (Lopes, 1982: 88)

Partimos da análise de que os portugueses encontraram em África uma quantidade de sociedades organizadas de forma diferentes, com sistemas sociais e políticos diversos com culturas distintas. A necessidade de dominar estes diferentes grupos levou o regime colonial a

⁶ Chama-se comércio triangular devido o percurso que os traficantes de escravos faziam de Europa para África e desta para a América, regressando de novo para a Europa (o percurso era em forma de um triângulo, daí advém o seu nome); mas também pode ser chamado de tráfico negreiro, tendo em conta que eram os negros ou africanos que eram traficados (Lara, 2000: 39; Kosta, 2007: 218).

⁷ A língua Crioula é a língua que serve de veículo comum entre falantes de dialectos diferentes (Mendes, 1992: 69). Exemplo da Guiné-Bissau: a língua crioula resulta de contactos políticos e comerciais entre os Mandingas com os Portugueses, neste caso, podemos dar os exemplos dos contactos que os Portugueses estabeleceram com os Mandingas desde o Império do Mali no século XIII (Lopes, 1982: 38) e na Guiné-Bissau ela começou a ser aperfeiçoada com maior intensidade a partir do século XVI, numa altura em que os Mandingas dominavam o comércio na região de Kaabu (Gabú) que estava em expansão e desenvolvimento (Lopes, 2005: 26). A língua Crioula é também utilizada na Gâmbia e em Casamansa, no Sul do Senegal (Lopes, 1982: 87).

⁸ Referimo-nos exclusivamente ao crioulo de base lexical português (Bull, 1989: 55).

explorar essas diferenças a seu favor, manipulando as relações na tentativa de desequilibrar as ligações existentes (Lara, 2000: 25; Lopes, 1982: 87-88). O que implicava não só «dividir para reinar» mas criar um processo de «etnização» das sociedades autóctones, provocando a criação ou destruição de laços entre grupos, de modo a satisfazer o processo de diferenciação de classes que estava em curso (Liberato, 1992: 90).

No que se refere à fixação dos portugueses na Guiné-Bissau, não foram só os Fulas que ajudaram, visto que naquela altura os Mandingas é que estavam no poder, até terem sido derrotados pelos Fulas em 1867, na famosa “Batalha de Kansala” ou “Turban Kelo⁹” (Lopes, 1988: 7; Lopes, 2005: 12; Cardoso, 2002: 11; Mendy, 1997: 21; Kosta, 2007: 187-188). Neste sentido subentendemos que os portugueses lutaram em todos os flancos – raça por raça, etnia por etnia, território por território e indivíduo por indivíduo - de acordo com os seus poderes e as suas estratégias de explorarem as rivalidades étnicas existentes, mas, também não esquecendo que tiveram o apoio de algumas etnias (Cabral, 2008: 125-129; Cardoso, 1989: 31-33, 51; Péliissier, 1989: vol. I e II) e de algumas figuras (por exemplo: Honório Pereira Barreto, Caetano José Nosolini e Abdul Indjai) que exerceram tarefas importantes neste campo, em concordância com as suas aspirações (Cardoso, 2002: 13; Kosta, 2007: 161, 218).

Um dos maiores impulsionadores da Guiné-Bissau nesse período foi Honório Barreto (Lara, 2000: 102), a quem podemos chamar, metaforicamente, de “Obama Português do século XIX¹⁰”. Foi, em parte, graças às suas acções que Portugal conseguiu instalar-se na Guiné-Bissau (Cabral, 2008: 126; Bull, 1989: 93-95). Estudou em Portugal e era descendente de portugueses, cabo-verdianos e de Manjacos (uma das etnias da Guiné-Bissau). Sendo o homem mais rico da Guiné-Bissau naquela altura, foi nomeado governador da Guiné Portuguesa, funcionando como intermediário entre os portugueses e os chefes locais (Lopes, 1988: 9). Porém, neste seu papel, Honório Barreto acabou por trair inúmeras vezes os guineenses a favor dos portugueses, permitindo-lhes várias vitórias importantes no território. O mesmo papel foi desempenhado pela etnia Fula, aliada dos portugueses de longa data, desde o Império do Mali (Lopes, 1982: 38) até a luta armada na Guiné-Bissau, como já foi referido. Provavelmente, sem ajuda e apoio dos próprios nativos, principalmente da religião maometana (Cardoso, 2002: 13; Kosta, 2007: 161-

⁹ Os Fulas atacaram Kansalá, onde estavam concentrados os Noninqués, tributários dos Mandingas, e venceram a batalha conhecida por Turban-Kelo, frase que em Soninké significa “acabou-se sementeira” (Kosta, 2007: 188).

¹⁰ Esta metáfora pretende ilustrar o seguinte: a) ao longo da história da ocupação ele foi o único mestiço que governou a Guiné Portuguesa (ou melhor, foi o único mestiço que governou numa das colónias Portuguesas ao longo dos cinco séculos da ocupação); e b) ilustra uma posição ambivalente ocupada pelos mestiços, entre brancos e negros, ou seja, o sentimento de confiança e pertença que estes descendentes inspiram de ambos os lados mas que acaba sempre por pender para uma das posições (Lara, 2000: 31).

162), Portugal dificilmente teria conseguido fixar-se na Guiné-Bissau. Para Cardoso (2002), a data de 18 de Março de 1879, em que o território é proclamado a “Província da Guiné” constitui um indicador importante da desconexão da administração guineense em relação à administração cabo-verdiana (Lara, 2000: 101; Lopes, 1988: 10; Silva, 2010: 23, 31). Nesta altura, Bolama passou a ser a capital da nova província e a Guiné passou a ter um governador. Visto que antes do decreto de 1879 a actual Guiné-Bissau se chamava Guiné de Cabo Verde, alguns consideravam-na a “colónia de uma colónia¹¹” (Cardoso, 2002: 12; Lara, 2000: 100-103; Péliissier, 1989: 41, vol. I; Kosta, 2007: 204).

Para acautelar eventuais climas de tensão entre as potências ocidentais (na sua maioria europeias) com interesses em África, foi realizada a Conferência de Berlim que decorreu entre os dias 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, por iniciativa do Chanceler alemão (Chanceler de Ferro) Otto Von Bismarck, onde ficaram definidas as fronteiras das colónias “pertencentes” a cada país (Lara, 2000: 42-46; Macedo, 1985:1; Ferro, 1996: 104; Lopes, 1982: 21; Kosta, 2007: 160, 183-186). Portugal viu-se então obrigado a ocupar e controlar efectivamente os seus territórios¹² (Cardoso, 1989: 52; Silva, 2010: 21-22). Mas, há quem defenda que a Conferência de Berlim simbolizou a ruptura com a orientação tradicional da titularidade da soberania dos países europeus (o Tratado de Tordesilhas de 7 de Junho de 1494, que tinha como principais protagonistas a Espanha e Portugal), nos territórios descobertos, e estipulava o critério do primeiro a descobrir e a conquistar. Foi nesta lógica que o critério da ocupação efectiva foi reconhecido como principal e decisivo (Kosta, 2007: 183).

O objectivo principal da Conferência de Berlim foi de tratar, sobretudo, do problema internacional do Zaire como «prato obrigatório nos banquetes diplomáticos» e da revisão dos conceitos de «ocupação», assim como das negociações que iriam permitir o reconhecimento por todas as potências de um Estado colonial africano, que é no fundo o futuro Estado Livre do Congo (Macedo, 1985: 1-2; Kosta, 2007: 160). Depois da sua confirmação pública em meados de Outubro, já se dizia que os efeitos da Conferência de Berlim não podiam ser benéficos para

¹¹ É curioso questionarmo-nos sobre quem seria o colonizador se os portugueses não tivessem ido para a Guiné. Já que os portugueses pisaram o solo guineense no século XV, depois da etnia Mandinga no século XIII e da etnia Fula no século XIV, podemos imaginar uma resposta simples – os Mandingas seriam colonizadores, visto que, desde o Império de Mali até ao Leste da actual Guiné-Bissau exerceram um poder dominante. Os Mandingas só deixaram de exercer o seu poder quando os Fulas receberam o apoio dos portugueses com a consequente vitória da Batalha de Kansala. A mesma questão sugere-nos que, se os portugueses não fossem para a Guiné (África), talvez Cabo Verde não existiria ou seria um território muito diferente do actual, pois Cabo Verde surgiu graças ao comércio de escravos (como referimos anteriormente).

¹² O princípio da Ocupação Efectiva sobre o princípio da Descoberta (disponível em: <http://www.nostrumtempus.com/search? Q=bismarck>)

Portugal. A realização desta conferência deixou um marco memorável, tanto no conjunto das relações Europa-África, como na própria história de África, ou ainda na própria história europeia. No que respeita Portugal, representava uma “faca de dois gumes”: por um lado tratava-se de uma advertência e por outro lado era uma oportunidade para novos projectos e realizações, uma vez que constituiu ao mesmo tempo o fechar de um período, no que toca à determinação da área dominante dos seus interesses africanos.

O facto, desde logo, mais saliente é que nenhuma das potências participantes¹³ era africana: já que os temas em debate se tratassem da África (Macedo, 1985: 1; Ferro, 1996: 104; Kosta, 2007: 183) faria todo sentido que os países africanos estivessem presentes. E os povos ou reis africanos, considerados como *res nullius* (“sem dono” ou “sem valor”), nem sequer foram consultados ou informados acerca de todas as discussões. Esta ausência total dos países africanos, foi uma prova clara de todas as falsas ilusões evocadas no discurso inaugural por Bismarck, que por um lado, dizia que um dos objectivos dessa Conferência de Berlim passava por um eventual «desejo de associar os indígenas da África à civilização e a supressão da escravatura, sobretudo o tráfico negreiro», mas por outro lado, verificamos que esta Conferência vinha pôr em causa o princípio que tinha sido proclamado no Congresso de Viena¹⁴ de 1815 que proclamou a «abolição gradual do tráfico negreiro como um dever sagrado de todas as potências» (Lara, 2000: 38-42; Macedo, 1985: 2).

No Congresso de Viena, defendeu-se a “abolição da escravatura e do tráfico de escravos”, o que rompia com o sistema do pacto colonial, cujo objectivo expressava que as colónias constituíam monopólios exclusivos das metrópoles para serem exploradas no seu interesse, segundo a orientação mercantilista dos séculos XVII e XVIII. Esta orientação mercantilista beneficiava plenamente a Inglaterra. Mas, quando este país viu que os seus interesses estavam em causa pois já não tinha tutela sobre as 13 colónias norte-americanas, o parlamento britânico proibiu o tráfico de escravos para as colónias, justificando com motivos ligados ao movimento anti-esclavagista que gerou uma onda de opinião pública pela lei de 25 de

¹³ As potências participantes na Conferência de Berlim foram: Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos de América, França, Grã-Bretanha, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia, Noruega e Turquia. Os representantes eram, na sua grande maioria, diplomatas acreditados para representação permanente na corte de Berlim, a que se acrescentavam conselheiros e assessores (Macedo, 1985: 1)

¹⁴ O Congresso de Viena decorreu entre o dia 18 de Setembro de 1814 a 8 de Junho de 1815 no palácio de Hofburg em Viena. O seu objectivo foi a reordenação política da Europa após as guerras napoleónicas. Napoleão tinha sido derrotado, acabando a hegemonia da França no continente. Os territórios tinham de ser redistribuídos, e as relações de poder, reequilibradas (disponível em <http://www.dw-world.de/dw/article/0,319539,00.html>; Keane, 2009: 780).

Março de 1808 (Lara, 2000: 38-42). Esta partilha de África teve implicações sérias entre os europeus (Ocidente) e africanos (Macqueen, 1998: 21-22). Na verdade, os reforços empreendidos com a finalidade de pôr fim ao tráfico de escravos e seus crimes, bem como a protecção eficaz das populações autóctones e a sua promoção social só começaram a ser sérios quando o tráfico de escravo caiu, nas mãos “erradas” dos muçulmanos negreiros (nomeadamente do Egipto e Arábia). Esta situação levou à convocação de Conferência de Bruxelas¹⁵ e à consolidação da partilha de África em Novembro de 1889 a convite do governo belga (Lara, 2000: 49-52). Entre os europeus surgiram conflitos de interesses por parte das potências participantes¹⁶. O conflito entre Portugal e a Inglaterra, por motivos ligados à grande aspiração portuguesa relativamente à questão da ocupação efectiva e do *Mapa Cor-de-rosa* que culminou com o *Ultimato* Inglês. Este Ultimato acabou por repercutir-se na elaboração do hino nacional português (*A Portuguesa*) por um lado; e na queda da Monarquia que acabou por originar a implantação da República por outro lado¹⁷.

Estes acontecimentos são provas claras de como *o feitiço virou contra o feiticeiro*. Em primeiro lugar, Portugal, com o seu sonho de estabelecer uma única colónia através de toda a largura de África, ligando as suas duas maiores e mais ricas das colónias (Angola e Moçambique) e criando assim o *Mapa Cor-de-Rosa* do oceano Índico ao Atlântico, chocou com a grande ambição dos ingleses de criar um eixo britânico do Cairo (Egipto) ao Cabo (África do Sul), acabando por falhar devido à ameaça de uso da força por parte da Inglaterra (Macqueen, 1998: 21-22; Lara, 2000: 46-48) e ao facto de a Inglaterra ter prestado muitas ajudas a Portugal ao longo da História. Estes apoios concedidos pela Grã-Bretanha a Portugal ao longo dos tempos

¹⁵ A Conferência de Bruxelas (realizada em 1876) e a fundação da Associação Internacional Africana, no ano seguinte, pelo rei dos belgas, tinham um significado muito especial: a dualidade Grã-Bretanha-Portugal, até aí, quase exclusiva na África Equatorial, tinha definitivamente deixado de existir. Além disso, verificava-se a consolidação, prevista em Portugal por João Andrade Corvo, do empenhamento alemão, em África que, naquela altura, já começara a ser levado a efeito, no golfo da Guiné. Os interesses alemães tinham tomado desde 1842 forma consistente com o estabelecimento da *Sociedade das missões evangélicas da Prússia Renana*, ao mesmo tempo que se desenhava um movimento migratório em direcção àquele continente (Macedo, 1985: 7-8).

¹⁶ A título ilustrativo, vamos restringir esta análise às relações entre Portugal e a Inglaterra e de Portugal com a Guiné-Bissau. O conflito entre Portugal e a Inglaterra na Guiné-Bissau teve a intervenção do Presidente dos EUA “Ulisses S. Grant” como juiz arbitral cuja sentença proferida a favor de Portugal a 21 de Abril de 1870. A questão dizia respeito ao território de Bolama, que era um dos mais cobiçados pelas potências europeias na África Ocidental. Este conflito foi uma das razões que levou Portugal a autonomizar o governo da Guiné-Bissau, pela Carta de Lei de 18 de Março de 1879, cessando mais uma vez, a sua subordinação administrativa e militar relativamente a Cabo Verde. Foi ainda determinada a instalação da sede do governo em Bolama. Bolama passou a ser, portanto, a capital da “ocupação efectiva” até à transferência da capital para Bissau a 16 de Março de 1941 (Silva, 2010: 21-34).

¹⁷ *Uma revolução democrática ou a vitória de extremista?* In *Jornal Público*, 31 de Janeiro de 2010, Ano XX, nº7241 (pp. 2-5).

podem ser uma das razões que motivaram, na Cimeira das Lajes (Açores), o apoio do Governo português à invasão ao Iraque, em 2003. Nesta ocasião foi bem clara a posição do ex-primeiro-ministro Durão Barroso que lembrou os laços históricos¹⁸ que sempre nortearam as relações dos dois povos (ingleses e portugueses), o que implica uma retribuição de favores por parte do Estado português (Lin, 2001: 19, *cit in* Portugal, 2007: 15). Mas também pode ser interpretado como uma tentativa por parte dos Estados Unidos da América de criar um clima de mal-estar que fragilizaria e dividiria os europeus de novo, já que a invasão ao Iraque significou também uma luta pela riqueza (petróleo), bem como uma batalha entre o dólar e o euro. Esta guerra provocou também a destruição de um dos maiores patrimónios históricos mundiais.

Em segundo lugar, podemos dizer que o próprio local que serviu da partilha da África acabou por sentir um *pouco* na pele aquilo que os africanos sentiram ou sentem ainda. Com esta insinuação recorremos a uma reinterpretação da Alemanha em 3D (três dimensões): a 1ª Dimensão consiste na divisão de África ou oficialização da partilha de África pelas potências europeias através da Conferência de Berlim realizada de 15 de Novembro de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885 (Macedo, 1985: 1; Carvalho, 1933: 24); a 2ª Dimensão consiste na divisão da Alemanha ou no levantamento do Muro de Berlim (Cortina de Ferro) que dividiu a Alemanha em duas partes a favor de cada uma das potências (entre a ex-União Soviética “bloco leste¹⁹” e Estados Unidos de América “bloco ocidental²⁰”) – quase duas décadas após a segunda Guerra Mundial (Pereira, 2009: 22-29), o Muro de Berlim serviu como símbolo da linha de frente da guerra fria e do reforço do comunismo na África lusófona. Durante todo o período da sobrevivência do muro de Berlim os alemães tornaram-se povos indígenas²¹ tanto no bloco leste (dominado pela ex-URSS) como no bloco ocidental (dominado pelos EUA). No fim de

¹⁸ Um apoio inesquecível que a Inglaterra alguma vez prestou a Portugal foi o apoio na Batalha de Aljubarrota de 14 de Agosto de 1385. O resultado foi uma derrota definitiva dos castelhanos que marcou o fim da crise de 1383-1385 e a consolidação de D. João I como rei de Portugal. Foi uma das mais raras batalhas campais da Idade Média, entre dois exércitos régios e um dos acontecimentos mais decisivos da história de Portugal. No campo diplomático permitiu a aliança entre Portugal e a Inglaterra que perdura até aos dias de hoje. Este apoio repercutiu no Tratado de Windsor de 1386 entre Inglaterra e Portugal, a mais antiga aliança diplomática do mundo, ainda em vigor – renovado em 1899 com dados sobre as colónias em África; e em 1985, passando por um acordo anglo-português de cooperação cultural (disponível em: <http://ukinportugal.fco.gov.uk/pt/about-us/working-with-portugal/history-bilateral-relations/600-years-history>).

¹⁹ A ex-União Soviética controlava Berlim Oriental ou a chamada República Democrática Alemã (RDA).

²⁰ Os Estados Unidos de América (junto com a França e a Inglaterra) controlavam Berlim Ocidental ou a chamada República Federal Alemã (RFA).

²¹ Tendo em conta o conceito de indígena ou autóctone: *pessoa que tem a sua origem no local em que vive* (Dicionário Verbo, 2006: 615); subentende-se que um povo dominado por outro pode ser designado de *indígena* relativamente ao seu invasor.

contas, o desejo expressado por Bismarck, na Conferência de Berlim, para com os africanos que exigia a civilização do povo indígena, reflectiu-se também no povo alemão nesta época; (Macedo, 1985: 2) e a 3ª Dimensão, é o derrube ou a queda do Muro de Berlim em 1989, que definiu a derrota do bloco leste (Marques, 2009: 1-4; Thiecker, 2007: 207-208; Rudebeck, 1997: 9), estendendo-se à África lusófona, com a perseguição dos seus aliados e da sua política ideológica e culminando desta forma com a chamada democratização da África portuguesa nas décadas de 90. Este é um dos assuntos que desenvolveremos mais à frente na secção referente ao fracasso da democratização da democracia na Guiné-Bissau.

No que diz respeito aos conflitos entre os africanos, devemos recordar que os portugueses cederam aos franceses a baía de Casamansa da Guiné-Bissau a favor do Senegal (receberam dos franceses a Cacine da Guiné-Conacri a favor da Guiné-Bissau) em troca do reconhecimento da influência francesa entre Angola e Moçambique (Lopes, 1988: 10; Péliissier, 1989: 231-133, vol.I; Kosta, 2007: 185; Silva, 2010: 21-22). Este tratado de Casamansa foi assinado a 12 de Maio de 1886, em Paris, convencionando a delimitação da Guiné-Bissau, depois de negociações laboriosas entre as duas partes. Este tratado só será ratificado catorze meses mais tarde (20 de Julho de 1887) pela Câmara dos Deputados franceses e aprovada a 25 de Agosto de 1887 em Lisboa. Estes erros cometidos por Portugal produziram efeitos negativos entre os Estados fronteiriços da África Ocidental, no território junto à fronteira Norte da Guiné-Bissau com o Senegal, que é reivindicado pela etnia Felupes (ou Djolas). Este grupo étnico faz parte dos grupos étnicos que compõem a diversidade étnica guineense num total de mais de trinta etnias (Cardoso, 1989: 33; Lopes, 1988: 9; Mendes, 1992: 69; Kosta, 2007: 221). E hoje em dia esta etnia é rotulada pelos *rebeldes armados Casamancenses* devido a referida reivindicação do espaço territorial de Casamansa.

Muito embora a Guiné-Bissau tenha ficado com problemas sérios, precisamos de ver os outros aspectos que paulatinamente criaram um sentido de desvantagem relativa entre a metrópole e as colónias portuguesas. Podemos dizer que a sorte dos africanos “portugueses” estava provavelmente mais perto da sorte dos seus colonizadores face aos outros impérios europeus (Macqueen, 1998: 31). Apesar do poder político nulo, o nativo ou indígena tinha possibilidade de aceder ao estatuto de civilizado ou assimilado. Isto é, se ele demonstrasse possuir certas capacidades ou qualidades, designadamente falar bem a língua portuguesa, ser auto-suficiente financeiramente e ter um comportamento apropriado, seria agraciado com este privilégio (Cabral, 2008: 54). Esta oportunidade fez com que algumas camadas da sociedade tivessem oportunidade de reforçar os seus contactos, conhecimentos, de trocarem ideias e

ganharem consciências de lutar para os problemas dos seus países. Foi nesse contexto que o nacionalismo africano do Império Português se desenvolveu nas mais difíceis condições. Portugal criou um conjunto de situações pensadas para assegurar o controlo dos seus territórios, mas estas situações acabaram por aniquilar Portugal²² – os mestiços, civilizados, os intelectuais urbanizados – especialmente entre estes últimos que tinham oportunidades, pontos de contactos com as forças anti-regime em Portugal e com outros africanos das outras colónias portuguesas. Todos sofriam com a falta de direitos cívicos e trabalhavam sob a capa da mesma polícia (Macqueen, 1998: 32-33; Mateus, 2004: 26-31; Sousa, 2007: 95-108).

Muito embora que o tema deste trabalho seja a Guiné-Bissau, devemos valorizar os aspectos que são transversais a todas as colónias portuguesas. Apesar de inúmeros obstáculos, de natureza vária, ponderamos entre os aspectos transversais, os seguintes: “a educação colonial”, sobretudo pelos missionários protestantes e católicos (Pinto, 2001: 35); a Liga Africana fundada em Lisboa em 1920 que funcionava como centro social e intelectual para os africanos que estudavam nas Universidades Portuguesas; a sintonia com a evolução política nos Impérios Britânico e Francês; o movimento a favor da descolonização; o crescente anti-colonialismo das Nações Unidas; o clima da Guerra fria entre as duas super-potências (Bloco Leste da ex-União Soviética e o Bloco Ocidental dos Estados Unidos de América); crescimento da emigração branca para as colónias; aumento de repressão nas colónias; a Casa dos Estudantes do Império fundada em 1944 e o Centro de Estudos Africanos criado em Lisboa em 1951, mais tarde considerados por Mário Soares como o berço das chefias africanas e das suas participações em forças políticas anti-salazarista (Pinto, 2001: 35-40; Macqueen, 1998: 37-42). Todos estes aspectos são indicadores importantes que nos ajudam a perceber o nascimento dos Movimentos de Libertação Nacional que estiveram na luta armada desencadeada contra o colonialismo português e que contribuíram de uma forma decisiva para a oficialização da queda do regime salazarista no dia 25 de Abril de 1974.

Em termos práticos, na Guiné-Bissau, tudo começou com a criação do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), a 19 de Setembro de 1956²³ em

²² Esta situação cabe na metáfora maquiavélica que constitui uma regra que raramente falha: “aquele que dá azo a que outro se engrandeça, arruína-se a si próprio; porque tal grandeza é levantada pelo primeiro mercê da indústria ou da força, e uma e outra são suspeitas ao que se tornou poderoso” (Maquiavel, 2005: 24).

²³ Há quem defenda que a verdadeira data de criação do PAIGC foi a 19 de Setembro de 1959 (num Sábado), e não em Setembro de 1956. A escolha desta data de 1956 (numa reunião realizada em Dakar, em Outubro de 1960), foi inventada com a intenção de livrar-se das acusações que Senghor fazia por achar que o PAI de Amílcar Cabral era um ramo guineense-cabo-verdiano do PAI senegalês, que foi criado em 1957. E terá sido pelo mesmo

Bissau, por Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Eliseu Turpin, Fernando Fortes, Júlio Almeida, Luís Cabral e Rafael Barbosa (o que habitualmente é traduzido por: “o PAIGC foi criado por Amílcar Cabral e alguns camaradas”). Os membros fundadores eram na sua maioria de origem cabo-verdiana, nascidos ou trabalhando na Guiné (Pinto, 2001: 39; Macqueen, 1998: 40; Cabral, 2008: 12-16; Silva, 2010: 91-92; Mateus, 2004: 230-231). No início da sua criação, era Partido Africano para a Independência (PAI), só mais tarde, já com os seus membros no exílio, adquiriu o nome da “Guiné e Cabo Verde” em 1960 (foi o ano da criação da sua bandeira) e passou a ficar com a sigla PAIGC que hoje conhecemos (Sousa, 2007: 172-178, 214-215, 221). Mas, na realidade, já existia na Guiné Portuguesa a Frente de Libertação para a Independência da Guiné (FLING) que fora constituída em 1953 pela reunião de vários grupos (Macqueen, 1998: 136). Esta organização resulta da fusão entre o Movimento de Libertação da Guiné (MLG), chefiado por François Mendy e com a FLING, chefiada por Henry Labéry (Pinto, 2001: 43).

Comparativamente aos outros movimentos guerrilheiros que surgiram nas colónias de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, o sucesso do PAIGC foi consideravelmente maior. As vantagens deste partido em várias facetas contam muito com a formação e experiência do seu líder Amílcar Cabral como factor indiscutível (Pinto, 2001: 39; Macqueen, 1998: 41; Cabral, 2008: 26). Mestiço cabo-verdiano, embora supostamente nascido na Guiné, Cabral fez o curso de Agronomia em Portugal. A sua profissão permitiu-lhe obter importantes conhecimentos tanto em relação às condições das populações rurais, como do clima político em todo o império colonial português (Sousa, 2007: 3-4). A guerra na Guiné-Bissau teve uma coesão que não existia em qualquer uma das outras colónias portuguesas. Era completamente diferente de Angola, tanto sob o ponto de vista geográfico, como social. Comparativamente pequena (36125 km² contra 1246700 km²). Este país possuía apenas um décimo da população de Angola (cerca de 550.000 pessoas contra 5.500.000). Nunca houve mais de 2000 civis europeus nesse território durante toda a guerra e na sua grande maioria eram administradores coloniais e não colonos. A importância económica da Guiné-Bissau para Portugal era muito inferior em comparação com Angola e Moçambique (Macqueen, 1998: 59; Pinto, 2001: 62).

O PAIGC destacou-se publicamente depois da greve de alguns operários do porto de Bissau a 3 de Agosto de 1959, na qual esteve profundamente implicado, conseguindo alguma implantação, nomeadamente nos “Sindicatos Nacionais” locais. Nesse dia, a resposta das autoridades portuguesas foi brutal, assassinando algumas dezenas de populares a tiro, naquele

motivo, por iniciativa de Luís Cabral, que Amílcar Cabral teria acrescentado o “GC” (Guiné e Cabo Verde) completando deste modo a sigla PAIGC (Sousa, 2007: 172-178).

que ficou conhecido como massacre de Pindjiguiti²⁴ (Pinto, 2001: 39; Macqueen, 1998: 59). No ano seguinte, a PIDE apertou o cerco ao partido com repressão, o que obrigou os seus dirigentes a saírem da Guiné-Bissau e procurarem refúgios de apoio para a luta armada que se aproximava, nos seus dois vizinhos francófonos, o Senegal e a Guiné-Conacri. Isto fez com que a guerra na Guiné-Bissau se tornasse numa espécie de questão entre os dois Estados fronteiriços e os seus respectivos dirigentes, o “moderado” Leopoldo Sédar Senghor de Senegal e o “radical” Amede Sekou Touré da Guiné-Conacri (Pinto, 2001: 43; Macqueen, 1998: 41).

Apesar do dia 23 de Janeiro de 1963 ter ficado registado na história da Guiné-Bissau como a data oficial de começo a luta armada, na verdade, a primeira operação militar contra posições portuguesas foi realizada pelo MLG de Mendy. Ainda assim, como dissemos, o grande êxito do PAIGC foi o de conseguir impor-se como movimento dominante, política e militarmente tanto a nível interno como externo (Pinto, 2001: 43; Macqueen, 1998: 59; Sousa, 2007: 333-338, 360). Houve uma fase preliminar de “acções directas”, caracterizada por actos de sabotagem e desobediência civil que coincidiu com um período de intensa mobilização política entre os camponeses do Sul do país, levada a efeito pelos quadros do PAIGC que estavam fixados ao longo da fronteira com a Guiné-Conacri. Em Julho de 1963, seis meses depois do começo da guerra, o Ministro da Defesa Português, General Gomes de Araújo, surpreendeu os outros membros do regime e os observadores estrangeiros, ao admitir publicamente que o PAIGC dominava uma parte importante do território. Em Fevereiro de 1964, o domínio do PAIGC no Sul foi confirmado e a moral dos portugueses seriamente abalada. Reinava o pessimismo no comando Português local. Chamado a Lisboa nos primeiros meses da guerra, a fim de descrever a situação ao Ministro das Colónias, o Comandante militar, Brigadeiro Louro de Sousa, informou simplesmente que “ a guerra estava perdida” (Macqueen, 1998: 59; Silva, 2010: 148).

Nesta declaração do Brigadeiro Louro de Sousa ficou clara a fraca expressão do poderio imperial português na região, pois o PAIGC era financiado e armado pela URSS, China, Cuba, Marrocos, Tunísia e Argélia (Pinto, 2001: 43; Mateus, 2004: 302-306, 310-311, 316-319). No terreno, uma força de 30.000 homens portugueses foi incapaz de conter, muito menos de inverter os ganhos de 5000 combatentes do PAIGC, razão que levou, em 1968, o Brigadeiro António de Spínola a substituir Arnaldo Schultz, nomeado em Maio de 1964, antigo Ministro de

²⁴ Há quem defenda que o PAIGC não esteve implicado nessa greve dos trabalhadores do porto de Bissau (Silva, 2010: 108; Sousa, 2007: 175).

Interior e um fidelíssimo de Salazar, que era Governador-Geral e Comandante Militar na Guiné (Macqueen, 1998: 60; Pinto, 2001: 63; Sousa, 2007: 396-397, 557). Durante o período de Spínola na Guiné, até Agosto de 1973, as táticas portuguesas foram consideravelmente diferentes das que até aí haviam sido seguidas. O assassinato de Amílcar Cabral no dia 20 de Janeiro de 1973 em Conacri tornou a situação mais difícil para ambas as partes e em particular para Portugal, que viu o PAIGC equipado com novas armas de fabrico soviético a aumentar a sua força de combate com sucessos (Macqueen, 1998: 64; Pinto, 2001: 64; Mateus, 2004: 165-171; 336-341).

O PAIGC gozava de inúmeras vantagens: existiam alguns grupos étnicos revoltosos contra os portugueses (caso concreto dos camponeses Balantas do Sul do país que tinham um historial de oposição aos portugueses, sendo dos últimos grupos a ser “pacificado” em 1915 – as últimas “campanhas de pacificação” foram contra os Felupes e Bijagós); a Guiné-Bissau faz fronteira ao Sul com a Guiné-Conacri onde residia a base do partido (Macqueen, 1998: 59-60; Pinto, 2001: 62; Silva, 2010: 29-30, 175; Sousa, 2007: 366); a própria língua crioula que era a língua usada pelos guineenses e cabo-verdianos facilitou fortemente a comunicação entre os dois povos e dois países unidos pela luta (Pereira, 2002; Lopes, 1982: 87); o staff do PAIGC era maioritariamente constituído por cabo-verdianos ou assimilados²⁵ guineenses qualificados que tinham facilidade na racionalização das suas estratégias da luta (Pinto, 2001: 39); a sua filiação e trocas de ideias com os outros Movimentos de Libertação Nacional (Pinto, 2001: 39-40); a definição da política de não-alinhado facilitou a sua margem de manobra entre as superpotências que estavam num clima de guerra fria (Cabral, 2008: 100; Silva, 2010: 163-164, 168; Sousa, 2007: 524 e ss), mas na prática, inclinava e recebia os apoios de países comunistas (Cabral, 2008: 18; Santos, 2005: 17-19); a sua participação constante junto de organismos e organizações internacionais; o apoio da organização da união africana (OUA) (Pinto, 2001: 21-22); dos anti-salazaristas (Pinto, 2001: 36-37) e por último a igreja católica e os protestantes apoiaram também (Pinto, 2001: 32, 35).

Todas estas e outras vantagens nos ajudam a encontrar explicação para o sucesso relativo do PAIGC durante a luta armada face aos Angolanos e Moçambicanos (Pinto, 2001: 62)²⁶, é importante ainda recordar que no que diz respeito à dimensão étnica, os distritos do

²⁵ Assimilados eram guineenses que se adequavam ao estatuto de indígena, ou seja, possuíam direitos semelhantes aos dos “cidadãos civilizados”.

²⁶ Estes países (Angola e Moçambique) apresentavam outras desvantagens relativamente aos seus países vizinhos (África de Sul e Rodésia) que tinham um pacto secreto com Portugal e, por isso exerciam sabotagens, colaboravam

Sul e do Centro Norte da Guiné-Bissau (junto às fronteiras da Guiné-Conacri e do Senegal) estavam nas mãos dos nacionalistas do PAIGC. Só algumas etnias, como a etnia Fula, no Nordeste, se mantinham leais ao regime colonial, pois os seus instintos conservadores reagiam contra o radicalismo do PAIGC (Macqueen, 1998: 60; Lopes, 1982: 33). Além disso, podemos dizer que a posição que esta etnia ocupava no período que antecede a luta armada não era muito desfavorável, tendo o regime colonial algumas vantagens para este grupo (Silva, 2010: 44).

Também não devemos esquecer que os grupos étnicos que pertenciam à sociedade vertical (Fulas, Mandingas, Manjacos, Mancanhas, e Papeis, etc.)²⁷, na sua maioria mantiveram-se fiéis aos portugueses, ou melhor, estavam nas zonas controladas pelos portugueses, com a exceção dos Papeis, Mandingas e Biafadas que ficaram descontentes devido à derrota sofrida contra os fulas na referida Batalha de Kansala (Mandingas, Biafadas). Por isso foram engrossar a lista de um dos grupos étnicos que fazia parte da sociedade horizontal (Balantas, etc.)²⁸, onde havia mais clima de tensões com os Portugueses. E, nas palavras de Cabral, estes últimos grupos que não tinham boas relações com os portugueses estavam mais prontos a aceitar a ideia da libertação nacional (Cabral, 1969, cit. por Rudebeck, 1995: 12). O PAIGC convidou, em Abril de 1972, a delegação do Comité de Descolonização das Nações Unidas para uma semana de estadia na “zona libertada”. Este acto simbólico acabou por legitimar a referida Independência junto da Assembleia Geral das Nações Unidas em Outubro de 1973 (Macqueen, 1998: 64-65; Pinto, 2001: 64; Silva, 2010: 183-185). Estas vantagens do PAIGC durante a luta armada fizeram com que o partido proclamasse unilateralmente a Independência da República da Guiné-Bissau a

no fornecimento de informações, patrocinavam as outras facções de movimentos de libertação nacionais opositores de MPLA e da FRELIMO e combatiam muitas vezes a favor de Portugal (Mateus, 2004: 357-366; Guardiola, 2009: 17-25). Para melhor leitura deste ambiente político na África Austral, podemos fazer uma analogia entre a libertação de Nelson Mandela na década 90 com as imediatas negociações de paz para o fim da guerra civil em Moçambique e Angola (*A aliança secreta do apartheid, Rodésia e Portugal*. In *África* 21 nº30, de Junho de 2009 (pp. 17-25)).

²⁷ A compreensão desta sociedade é semelhante à forma como ela é aplicada nos países ocidentais. Isto é, nos grupos étnicos que fazem parte desta sociedade, há uma hierarquização da estrutura orgânica quase idêntica à forma da estrutura dos governos ocidentais. No topo há um chefe para toda a comunidade e abaixo dele estão subchefes, formando uma classe. Os indivíduos têm maior ou menor importância consoante a posição que ocupam na sociedade (Lopes, 1982: 35).

²⁸ O entendimento da sociedade horizontal para os guineenses, a respeito dos grupos étnicos, é diferente da forma como os ocidentais interpretam esse conceito de sociedade horizontal. Queremos com isto dizer que este conceito é definido na base de uma estrutura orgânica de três grupos étnicos (Balantas, Baiotes e Felupes). É uma sociedade em que cada um é o chefe da sua família. Isto é, não há um chefe para toda a comunidade; uma sociedade em que todos têm quase os mesmos direitos e deveres, cada um faz o que lhe apetece fazer (Lopes, 1982: 35; Rudebeck, 1995: 12; Kosta, 2007: 225).

24 de Setembro de 1973 em Madina de Boé, sendo reconhecida por mais de 80 Estados. Este evento decorreu depois de um mês de partida de Spínola para Portugal, onde a sua presença exigia uma nova etapa para o Estado português.

O regresso de Spínola a Portugal está relacionado com muitos factores. Os mais importantes no que diz respeito à descolonização são os aspectos que contribuíram para uma rápida revolta das forças armadas portuguesas para pôr fim a uma eventual humilhação de Portugal nas suas colónias. Entre os aspectos principais, começamos por referir a chegada de Marcelo Caetano ao poder em Setembro de 1968 com a sua política de indecisão (Macqueen, 1998: 91), sucedendo desta forma a António de Oliveira Salazar que ficou incapacitado num acidente que carece de algumas explicações. Esta mudança criou enormes expectativas de reformas não só em África e na metrópole, mas, também, nas Nações Unidas, onde a notícia foi bem recebida. Marcelo Caetano acabou por frustrar todas as esperanças depositadas no seu papel de possível líder reformista, uma vez que estava cercado pelo núcleo duro do regime²⁹, cuja filosofia era a prossecução da política de Salazar em relação a África.

É importante mencionar que muitos dos oficiais dessa época mantinham estreitas ligações com as empresas, mesmo quando em serviço activo. Spínola foi “administrador principal” da empresa metalúrgica fundada pelo seu sogro, que nos anos 50 foi absolvida pelo grupo Champalimaud (no processo de constituição da Siderurgia Nacional). Deste modo, Spínola ficou estreitamente ligado a uma das maiores empresas do país. E desde do seu mandato como governador da Guiné, onde estabeleceu estreitas relações com a Companhia União Fabril (CUF), que foi o operador dominante no território guineense (Macqueen, 1998: 96). Estas ligações económicas, políticas e familiares dominaram durante gerações o comércio em Portugal. Tendo em conta que tanto Champalimaud como a CUF haviam começado a olhar para além de África no princípio da década de 70, em busca de um lugar seguro na economia da Europa Ocidental, segundo Macqueen (1998), os interesses comerciais de Spínola fundiram-se muito bem com a política de reforma imperial ligada aos primeiros tempos da chefia de Marcelo

²⁹ Citando Maquiavel: “[...] Aquele que chega ao principado com a ajuda dos grandes mantém-se com mais dificuldade do que aquele que o atinge com a ajuda do povo; e isto porque, uma vez príncipe, se encontra no primeiro caso cercado de muitos que se julgam seus iguais, e a quem, por isso, não pode nem comandar, nem manejar a seu talento. Mas, no segundo caso, encontra-se sozinho no poder, e tem em torno ou nenhum ou pouquíssimos que não estejam dispostos a obedecer-lhe. Além disso, não se pode satisfazer os grandes sem injúria de outrem, e ao povo sim; porque o objectivo do povo é mais honesto que o dos grandes, desde que o destes é oprimir e do povo é não ser oprimido. Junta-se, ainda, que, contra o povo que lhe seja inimigo, não tem o príncipe a defesa, por ser ele composto de muitos; e que, contra os grandes, se pode garantir por serem poucos [...]” (Maquiavel, 2005: 49-50). Deste ensinamento aprendemos a lição de apostar num regime democrático em que o poder é fundado no povo e não num regime ditatorial cuja governação assenta num poder de força militar como aconteceu em Portugal durante os quarenta e oito anos da ditadura (Santos, 2003: 48).

Caetano. O clima entre Spínola e Caetano começou a ficar tenso. É de recordar que Caetano chegou mesmo a revelar que preferia uma derrota militar na Guiné-Bissau do que um acordo que abria o caminho para outras negociações nas outras colónias, deixando Spínola chocado (Macqueen, 1998: 97-104). O livro *Portugal e o Futuro*, de Spínola, cujo primeiro exemplar foi entregue a Marcelo Caetano em 18 de Fevereiro de 1974, produziu um efeito acelerador da queda do regime. Uma primeira movimentação, a 16 de Março, dois dias depois da exoneração de Spínola e de Costa Gomes foi controlada por destacamentos de tropas leais ao Governo. O golpe decisivo chegou, após de um complexo planeamento, na noite de 24 para 25 de Abril. A vitória estava assegurada ao fim da tarde do dia 25.

A Lei Constitucional nº 7/74, promulgada no dia 26 de Junho, tornou explícito o que fora ignorado no *Portugal e o Futuro* e iludido por Spínola desde a revolução: que a “autodeterminação” significa a “independência”. Essa lei cria o quadro de legitimidade necessário para que se dê imediatamente início ao processo de descolonização no Ultramar. Segundo um comunicado conjunto com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Portugal afirmava-se agora pronto a reconhecer a independência da Guiné-Bissau, mas primeiro iriam começar as negociações com a FRELIMO. Por iniciativa de Spínola, foi criada a Comissão Nacional de Descolonização (CND), com base num projecto preparado por um seu aliado próximo, o representante de Portugal nas Nações Unidas, Veiga Simão.

O problema mais importante que o regime pós 25 de Abril enfrentou relativamente à descolonização, foi o da Guiné-Bissau. A urgência da questão deveu-se tanto a factores militares, como políticos. Tendo sido, de longe, o movimento guerrilheiro com maior êxito no terreno, o PAIGC, no início de 1974 ameaçava infligir uma derrota militar ao Exército Português. Diplomáticamente, também, o movimento nacionalista na Guiné-Bissau estava numa posição muito mais forte do que os de Moçambique e de Angola. No momento do golpe militar, a República da Guiné-Bissau, proclamada pelo PAIGC em 24 de Setembro de 1973, fora reconhecida por mais de 80 Estados. Assim, para o Portugal do pós-golpe, a verdadeira questão da Guiné-Bissau era mais o reconhecimento do que a descolonização e tinha menos a ver com a transferência de poder porque, na realidade, essa transferência já se verificara. A recusa de Spínola de enfrentar esta realidade nas semanas que se seguiram ao 25 de Abril, não só atrasou a regularização da situação com a própria Guiné-Bissau, como complicaram todo o processo de negociação em África. Durante as duas negociações (em Londres e em Argel) (Pinto, 2001: 68), Portugal teve que optar por uma das soluções: «reconhecer a independência ou recomeçar a guerra» (Macqueen, 1998: 142). Esta última solução era praticamente inaceitável. E Portugal

acabou por reconhecer a independência em 10 de Setembro de 1974 (Pinto, 2001: 69). A perda das colónias deu a Portugal mais tarde outra possibilidade: a adesão à União Europeia.

Mas, o mais importante não se limita ao simples reconhecimento das independências, mas, ao questionamento do que poderia ter sido feito para que nenhuma das partes envolvidas no conflito saísse prejudicada. E também devemos reflectir porque razão as independências foram reconhecidas a favor dos Movimentos de Libertação Nacional cujos Líderes estudaram em Portugal ou no Ocidente?³⁰ Para estas e outras questões, precisamos de reflectir sobre aquilo que muitos pensadores disseram: que a guerra e a política são faces da mesma moeda. Ou seja, se entendemos a guerra como a continuação da política por outros meios, então devemos perceber também que a política é a continuação de guerra com outros meios (Arendt, 2007: 125; Foucault, 2002: 283; Cabral, 2008: 142-143; Kosta, 2007: 646). Com base nesta ordem de ideias, subscrevemos a tese de que a descolonização não é o fim do colonialismo, mas sim, como um conjunto de medidas tendentes a terminar com o controlo político formal sobre os territórios coloniais e sua substituição por um novo tipo de relacionamento (Lara, 2000: 22).

Apesar de ter sido ocupada por diferentes povos, antes do seu descobrimento, praticamente não se falava na Guiné-Bissau. Mas, mesmo assim, já se sentia a ausência de muitos símbolos de unificação entre essas diferentes etnias (grupos étnicos)³¹. No entanto, eles foram surgindo. Vejamos, por exemplo, o caso concreto da língua «crioula» (Bull, 1989: 57), que nasceu através do encontro de culturas e que acompanhou o espírito e a actividade humana; depois veio o comércio, a religião, a luta armada, e por último o nascimento do Estado através da proclamação da Independência Nacional. Não podemos esquecer que o Estado se define por todos estes elementos que resultam de variedades de fenómenos a que chamamos soberania

³⁰ Esta interrogação é uma das pistas que nos pode levar a perceber algumas das razões que conduziram ao desaparecimento dos três Líderes dos três principais Movimentos de Libertação Nacional (a FRELIMO de Moçambique - Eduardo Mondlane; o PAIGC da Guiné-Bissau - Amílcar Lopes Cabral e o MPLA de Angola - Agostinho Neto). Da nossa parte, achamos que o clima da Guerra Fria entre o Ocidente e o Bloco de Leste contribuiu para a consumação destes episódios. Do lado Ocidental, Portugal foi estratégico em conceder a independência aos Líderes desses Movimentos que tiveram percursos de formações no Ocidente com objectivo dos mesmos terem e corresponderem à ideologia capitalista, mas, do lado Leste, a ex-União Soviética estava em alerta máximo (durante e depois da luta armada), na tentativa de encontrar os seus substitutos. Isto é, novos Líderes pró-comunistas ou melhor, que tivessem recebido formação nos antigos países comunistas, e portanto, capazes de corresponderem aos seus ideais. Foi nesta óptica que Agostinho Neto foi substituído por Eduardo dos Santos; Eduardo Mondlane por Samora Machel (que foi um grande defensor do comunismo) e Amílcar Cabral e o seu irmão Luís Cabral, por Nino Vieira.

³¹ «Definimos a etnia como uma entidade caracterizada por uma mesma língua, uma mesma tradição cultural e histórica, pela ocupação de um mesmo território, por uma religião ou crença e sobretudo pela consciência colectiva de pertença a essa comunidade» (Lopes, 1982: 33).

(povo, território, poder político, etc.). A construção do Estado exige essa conjugação étnica, que está precisamente na base das contradições entre a racionalidade étnica e a racionalidade do poder do Estado (Lopes, 1982: 34). Ou seja, podemos afirmar que a etnia tem, enquanto entidade homogénea, uma ideologia que lhe é própria. Mas o Estado, se nasce da conjugação étnica, é uma instituição centralizada que possui também a sua ideologia. E é no momento de encontro dessas duas ideologias, de duas lógicas, que há possibilidade de errar nas relações de poderes institucionalizadas. É também aí que é preciso procurar o conceito da nação³². O Estado nasce de uma vontade comum, da expressão da mesma língua, com os mesmos instrumentos. O objectivo uniu os homens e a luta fortificou essa união.

No entanto, as contradições ocultadas ou esquecidas durante a conquista do poder não tardaram a reaparecer. Novas correlações de forças estão a aparecer na fase actual do Estado da Guiné-Bissau e é sobre elas que falaremos de seguida (Lopes, 1982: 51). A filosofia colonial, ou seja, a lógica de mobilização e de adesão à luta armada continua a exercer grande influência na definição do poder do Estado-Nação³³. É de recordar que o próprio Amílcar Cabral se aproveitou das diferenças e contradições étnicas que se verificavam na Guiné-Bissau (Cabral, 2008: 125). A sua estratégia foi a de mobilizar as etnias que tinham piores relações com os portugueses (Balantas, Biafadas, Mandingas, Papéis), desprezando um pouco os que insistiam em manter as suas lealdades a Portugal (Fulas, Mancanhas, Manjacos, por exemplo como já foi referido). Cabral estava consciente desta situação e dizia que era menos difícil mobilizar os Balantas e grupos similares do que os Fulas para a luta contra o regime colonial (Rudebeck, 1995: 12).

Durante a luta armada, Amílcar Cabral e o próprio PAIGC consideravam Fulas, Manjacos e Mancanhas como traidores por terem apoiado os portugueses (Cabral, 2008: 107). Isto levou a que, depois da luta, houvesse um movimento de “limpeza” para eliminar os “traidores” incitado por Cabral durante os seus discursos: «(...) eliminamos o imposto colonial em vastas extensões do país e castigámos com justiça os africanos servidores dos colonialistas». Com estas palavras, Cabral poderia não estar a pensar nas milhares de execuções de comandos africanos e outros apoiantes dos portugueses que ocorreram depois da sua morte (Cardoso, 1995: 271). No entanto, foi assim que o PAIGC interpretou os seus discursos, espalhando

³² «Comunidade política (e humana) autónoma, subordinada a um poder central e que ocupa um território com limites definidos» (Dicionário Verbo – Língua Portuguesa. Editorial Verbo, 2006).

³³ Gostaríamos de esclarecer que mesmo entre as etnias que tinham boas relações com os portugueses, por exemplo as etnias Manjaca, Mancanha e Fula, houve certas pessoas que lutaram do lado do PAIGC contra os portugueses e vice-versa. Vemos por isto que o sistema não podia agradar toda gente.

enormes problemas por todo o país. Mesmo após a Independência, essa ideologia, de que o espaço e o poder lhes pertencem, continua presente nas suas memórias e acções. Já que o próprio Amílcar Cabral considerava a descolonização como um processo de luta contínua, não apenas política, ou até económica, mas também profundamente psicológica (Macqueen, 1998: 41). Actualmente, estas etnias (Fulas, Manjacos, Mancanhas e outros) ainda são encaradas de forma negativa por algumas pessoas que preservaram a filosofia política do pai fundador do PAIGC.

Põe-se o problema de saber qual é o impacto real das etnias actualmente na Guiné-Bissau? Se a Guiné-Bissau continua a ter conflitos entre o poder político e o poder militar é porque ainda não foram resolvidas as contradições de natureza étnica resultantes da guerra colonial. A maior parte dos militares são de etnia Balanta (como já foi referido anteriormente), que mantêm ainda fortes marcas da filosofia de mobilização proposta por Amílcar Cabral. Deste modo, o PAIGC acaba por ser um dos causadores de intensos conflitos étnicos ainda existentes na actualidade. E quanto aos outros factores causadores de problemas que ainda reflectem no atraso do desenvolvimento e da estabilidade da Guiné-Bissau? Partimos das experiências vividas nos países cujos territórios serviram de palco às acções militares que estão a dar provas das constantes turbulências e de instabilidade democrática em África lusófona e Timor Leste. Na questão africana, tal como frisamos, os territórios que serviram de palco aos conflitos armados ainda fazem eco na democracia, independentemente da sua crise. Dizemos isto, porque todos os países colonizados pelos portugueses (Timor-Leste, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, (Cabo-Verde) e S. Tomé e Príncipe) estão a viver o mesmo tipo de problema, da instabilidade democrática.

Cabo-Verde constituiu uma excepção porque, por um lado, nunca houve conflito armado neste país, e é por isso que não se pode falar [propriamente] de antigos combatentes cabo-verdianos. Esta foi uma das razões que levou Amílcar Cabral a assumir-se como guineense para legitimar a sua confiança no seio dos guineenses. Isto explica-se também por outros motivos ligados à situação geográfica de Cabo-Verde, que não reunia condições para a realização de uma luta armada. Cabo-Verde não tem grupos étnicos (a história de Cabo Verde não permitiu a criação de laços étnicos, muito embora tenha sido povoado pelos escravos provenientes de diferentes grupos étnicos). E além de mais, Cabo Verde era um país pobre em termos daquilo que justificava a filosofia das ocupações e das conquistas, ou seja, não tinha nada para dar ao Ocidente tal como o Japão não tinha e por isso não foi alvo de conquista e de rivalidades entre as potências. Mas, a grande vantagem de Cabo Verde em relação ao resto dos

PALOP é a língua crioula falada por todos os cabo-verdianos sem excepção. Sendo a língua um meio de comunicação e coesão social, político, económico e cultural, permite a afirmação da identidade nacional. Enquanto no resto dos PALOP, com muitos dialectos de diferentes grupos étnicos, nem todos conseguem comunicar na mesma língua. E quando há embaraços na comunicação acaba por ser um problema que por vezes torna difícil de resolver.

Por outro lado, há muito tempo que Cabo Verde beneficiava do sistema de ensino português, o que contribuiu para a redução da taxa de analfabetismo (Lopes, 1998: 88; Macqueen, 1998: 142-143; Silva, 2010: 23, 34, 40). Cabo Verde era utilizado pelos portugueses como placa giratória onde se formavam os quadros administrativos para as outras colónias. Não é por acaso que vários autores demonstraram que muitos portugueses argumentaram que o arquipélago de Cabo Verde tanto podia ser considerado africano como europeu. Ao longo da história, Portugal sempre tratou Cabo Verde de forma privilegiada em relação às outras colónias. Mais significativo ainda é o facto de o “estatuto de indígena”³⁴ nunca ter sido aplicado ao arquipélago, pelo que os seus habitantes já eram considerados “cidadãos portugueses”, muito antes do estatuto de cidadania ser alargado a todas as populações do Império (Silva, 2010: 41-42). O próprio Spínola admitia que “parte dos naturais de Cabo Verde havia alcançado um estágio de desenvolvimento cultural que mais os aproximava da Metrópole do que a Guiné-Bissau (...)”. Mesmo Mário Soares afirmaria mais tarde que “sempre estivera convencido de que Cabo Verde tinha mais a ganhar como região de Portugal do que como país africano independente”. Também em sua opinião, Cabo Verde “não era realmente a África” (Macqueen, 1998: 143)³⁵. Há bem pouco tempo, Mário Soares ainda insistiu em reafirmar a sua posição em relação à independência de Cabo Verde³⁶.

Sabendo que os países que serviram de palco à luta armada e que optaram por uma independência total estão a viver momentos de turbulências democráticas (com golpes de Estado, inconstitucionalidades, violação constantes de direitos humanos, permanência no poder,

³⁴ De acordo com Kafft Kosta e António E. D. Silva, o Estatuto de Indígena já estava em vigor desde de 1927 (Kosta, 2007: 226; Silva, 2010: 26-27, 41). Este Estatuto foi reformulado e reaplicado entre 1954 e 1961 (conjugado Lopes, 1982: 22 com Macqueen, 1998: 32).

³⁵ Um estudo recente sobre a cor da pele em Cabo Verde mostra que 57% da população é negra e 43% é mestiça (<http://asemana.sapo.cv/spip.php?article53126&ak=1>), portanto este aspecto não serve de critério para excluir Cabo Verde do continente africano. Além disso, como podemos verificar se observarmos o mapa do mundo, a localização geográfica também não pode ser um critério de exclusão de África, porque, se optássemos por essa via, haveria zonas da Europa que deixariam de pertencer a este continente, como os Açores ou a Islândia.

³⁶ Soares *incomoda Cabo Verde com frases sobre a independência*. In Jornal Diário de Notícias, 18 de Abril de 2010 e <http://aeiou.expresso.pt/descolonizacao-sempre-achei-que-cabo-verde-nao-deveria-ter-sido-independente-mario-soares=f577071>.

etc.), põe-se o problema de saber se o neocolonialismo não teria sido uma alternativa viável para os PALOP? Para compreender esta questão, podemos partir da experiência de um Estado francófono da África Ocidental, o Senegal. Este país é vizinho da Guiné-Bissau e teve um processo de descolonização por via do neocolonialismo, ou seja, não conquistou a sua independência por via da força das armas mas através da diplomacia. Foi isto que levou o presidente senegalês de então, Senghor, a insistir com o líder do PAIGC, Amílcar Cabral, por uma via pacífica de resolução do conflito (Macqueen, 1998: 62,63,97; Pinto, 2001: 63; Sousa, 2007: 209-210). No entanto, tanto Spínola (ou melhor Marcelo Caetano) como Cabral não lhe deram ouvidos, talvez pelo facto de as suas filosofias políticas falarem mais alto. Essa insistência de Senghor explica a razão pela qual Cabral preferiu aproximar-se de Sekou Touré³⁷ (então presidente de Guiné-Conacri), embora alguns justifiquem que a verdadeira razão dessa aproximação era o facto de a zona Sul da Guiné-Bissau (que faz fronteira com a Guiné-Conacri) para além de ser maioritariamente ocupada pelos Balantas (apoiantes maioritários do PAIGC), era uma zona estratégica que oferecia condições para o objectivo da luta armada. Como sociólogos, o nosso objectivo é o de interpretar o papel de Amílcar Cabral no seu contexto. Provavelmente a luta armada era a única solução perspectivada por ele como sendo possível e eficaz – tanto para as colónias como para Portugal, pondo fim a anos de sofrimento de ambos os povos (Lopes, 1982: 30; Macqueen, 1998: 45; Sousa, 2007: 103-107).

É importante também salientar que a luta colonial potenciou os problemas externos entre guineenses e cabo-verdianos, apesar da filosofia de Cabral da “unidade de luta”. A responsabilidade pela morte de Amílcar Cabral (Pinto, 2001: 62-63; Sousa, 2007: 438 ss) continua, desde então, a ser fonte de contradição: muitos cabo-verdianos acreditaram nas hipóteses de que Cabral fora assassinado por guineenses dissidentes do PAIGC instigados pela potência colonial, enquanto alguns guineenses acreditavam que Cabral fora morto por ordem de Sekou Touré, que teria ciúmes da sua crescente reputação como o mais importante dirigente radical da África Ocidental (Macqueen, 1998: 63-64). Outros ressentimentos históricos ainda se fazem sentir, relativamente, por exemplo, à imposição da “disciplina partidária” no Congresso de Cassacá³⁸ de 13 a 17 de Fevereiro de 1964 que sustentava a

³⁷ Subentende-se que essa aproximação deve ter sido motivada pela desconfiança de Senghor em relação à ligação existente entre o PAI da Guiné de Amílcar Cabral com o seu rival ‘PAI’ (*Parti Africain de l’Indépendance*), da Federação do Mali criado em Thiès (Senegal), por Majhemout Diop e por cerca de outros 23 “patriotas” africanos do Níger, da Guiné-Conakry, do Mali e do Senegal (Sousa, 2007: 172-181). Este partido tinha o sonho de defender a ideia da “Grande Guiné” – uma federação dos países da costa Ocidental africana.

aplicação da pena de morte (em que foram só executados os Guineenses que na sua maioria pertenciam a etnia Balanta) e a tentativa de implementação da Constituição de 1980, onde constava a pena de morte como pena aplicável aos guineenses, enquanto na Constituição de Cabo Verde, essa referência foi puramente suprimida (Silva, 2010: 153-155, 192-193; Sousa, 2007: 391). Ora, se naquela altura se proclamava o lema de unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, não se justificava a diferenciação em termos de conteúdo programático, no que se respeita aos direitos fundamentais.

Finalmente, importa referir o facto de a política de Amílcar Cabral ter favorecido em parte a estabilidade política e o desenvolvimento de Cabo Verde: usou a Guiné-Bissau como “*cavalo da Tróia*” em benefício de Cabo Verde que, para além de não reunir condições para a luta armada, não estaria disponível para aceitar as ideias revolucionárias (Pinto, 2001: 70). O distanciamento³⁹ de Cabo-Verde face à luta reflectiu-se posteriormente, na sua decisão de não preservar quaisquer ressentimentos em relação aos antigos traidores da pátria, nomeadamente face a um dos supostos assassinos de Cabral, Isidoro Lima⁴⁰. Também podemos assinalar alguns problemas internos que cresceram neste período: o facto de os portugueses terem privilegiado a divisão do povo por etnias; a troca de Casamansa (que era território guineense e passou para o Senegal) pelo Cacine (que era território da Guiné-Conacri e passou para a Guiné-Bissau); os ajustes de contas com os antigos apoiantes de Portugal; as contradições dentro das várias alas do PAIGC, entre outros problemas. Mas, as coisas não ficaram por aqui.

Após a independência em 1974, o PAIGC herdou e governou o país numa situação difícil. Tal como António Almeida Santos reconheceu, Portugal deixou as suas colónias numa situação muito difícil de construção do Estado, afirmando que «o fenómeno da descolonização deixou os novos Estados nascentes impreparados para se organizarem politicamente. Se colonizar era dominar, fazia-se mister não criar, nem deixar criar condições para que o povo

³⁸ Entre as decisões tomadas nesse Congresso de Cassacá destacam-se a reorganização do PAIGC e a criação das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) (Silva, 2010: 153-154; Mateus, 2004: 271; Sousa, 2007: 391).

³⁹ O distanciamento de Cabo Verde em relação à filosofia política de Amílcar Cabral é notório a partir do facto de que a Guiné-Bissau (PAIGC) é o único país que continua a comemorar a sua libertação face ao domínio colonial no dia 24 de Setembro de 1973 da proclamação unilateral da Independência Nacional e não do reconhecimento oficializado pela potência colonizadora no ano seguinte. Cabo Verde nunca seguiu este tipo de procedimento - este facto demonstra que a luta armada foi imposta a Cabo Verde.

⁴⁰ Isidoro Lima foi combatente do PAIGC, tendo-se retirado em 1970, depois de ser acusado de conspirar contra Cabral. Quando o líder morreu, em 1973, Isidoro Lima foi acusado, junto com outras pessoas, como culpado por este crime. No entanto, passou o fim dos seus dias em Cabo Verde, tendo até sido ajudado pelo governo cabo-verdiano como alguém que deu a sua contribuição a Cabo Verde (Expresso, 21 de Fevereiro de 2010, disponível em <http://aeiou.expresso.pt/guine-bissau-morreu-um-dos-presumiveis-assassinos-de-amilcar-cabral=f248166>).

sujeito se libertasse desse domínio. As ferramentas dessa política são a ignorância, o subdesenvolvimento, a erradicação à nascença das pragas emancipadoras, cujos remédios privilegiados residiam em poucas escolas, nenhuma universidade, licenciados dois ou três para amostra, os interesses mascarados de protecção, a dissolução das identidades travestida de tutela. A independência deixou atrás de si o vazio económico, monetário, administrativo e técnico, em resultado do que os novos países independentes se viram condenados a bater no fundo e a recomeçar do zero organizativo, empresarial e funcional» (Santos, 2005: 7-13). Estes factos enumerados por Almeida Santos tiveram acolhimento de Lars Rudebeck que confirma que «o tesouro do Estado guineense estava vazio e as expectativas eram enormes. Tudo tinha que ser feito ao mesmo tempo» (Rudebeck, 1997: 2-12; Santos, 2005), e sob regime de um partido único, o país viveu diferentes fases de uma política de desenvolvimento de inspiração socialista e de liberalização da economia até 1990, ano em que foi dado início a um processo de democratização. Mas, as primeiras eleições multipartidárias só foram realizadas em 1994, culminando com a vitória do mesmo partido - PAIGC. Faz todo sentido realçar que trinta e seis anos de Independência Nacional não equivalem a cinco séculos de ocupação e exploração, durante os quais a intensa escravatura despovoou o país dos seus melhores homens e de uma administração colonial que criou divisões internas entre diferentes grupos étnicos.

Com base nesta ordem de ideias, é fácil perceber que o conflito armado não é a via adequada para a resolução de problemas. Ainda mais quando se trata de um país cujo povo deriva de uma mistura étnica e com uma elevada taxa de analfabetismo, é fácil criar uma ideologia que os leva à separação e a instaurar o caos a longo prazo (tal como se verifica ainda em muitos Estados africanos). Por isso, a guerra deve ser entendida como um acontecimento negativo pelos seus efeitos nefastos em todos os níveis da sociedade (económico, político, social e cultural). Encarando estes argumentos, é importante que o Estado português reflecta sobre o seu passado e as suas novas relações com os PALOP. Isto é, se ainda lhe resta algum sentido ético (Revista Visão, 19 de Junho de 2010, pág. 63). Por isso torna-se pertinente analisar o fenómeno democrático para podemos compreender melhor os seus aspectos benéficos para a Guiné-Bissau, sanando desse modo o dramático desastre humano que durou demasiado tempo, dando lugar ao nascimento de uma sociedade que será o orgulho da humanidade (Mandela, 1994 cit. in *Discursos que mudaram o mundo*, 2010: 356).

DESENVOLVIMENTO

PARTE I

A Democracia

A palavra «democracia» tem as suas raízes no termo grego *democracia*, formado por *demos* (povo) e *kratos* (governos). O significado básico de democracia é, por conseguinte, o de um sistema político em que o povo governa, e não monarcas ou aristocratas (Bobbio, 2003: 233; Canfora, 2007: 20, 39; Giddens, 2004: 426). Sendo a democracia uma palavra de derivação grega que significa o “poder do povo”, então, tudo dá a entender que o termo implica, antes de mais, um princípio de legitimidade: o poder é legítimo só quando deriva do povo e se funda no seu consenso (Demartis, 2006: 202; Keane, 2009: 10, 37-38; Kosta, 2007: 50-51, 494-504). Esta invenção que os Gregos chamaram de *democracia* foi uma modalidade potente de pensamento positivo que ficou connosco até aos dias de hoje. Mas, desde o seu aperfeiçoamento, este fenómeno passou a ser o centro do debate dos «prós & contras da democracia». Debate que, nas suas várias facetas, contou com contributos importantes dos grandes pensadores que continuam a manter a chama acesa da democracia.

Com base neste pressuposto John Keane (2009) discute a questão da própria democracia, enquanto palavra que não conhece o seu fabricante; afirmando que tudo isso é ainda um mistério e justificando desta forma que “tanto a raiz da família de termos que veio a formar a linguagem da democracia como o sítio e o momento em que, pela primeira vez, se usou a palavra” constituem um tabu (Keane, 2009: 10). A democracia guarda ciosamente os seus segredos. Por entre as sombras do passado, surgem nomes sugestivos como o de Demónax de Mantinea, um legislador que por volta de 550 a. C., por iniciativa das mulheres do Oráculo de Delfos exigiram que desse a Cirene – uma cidade agrícola grega nas costas da Líbia – o direito de resistir à tirania do seu rei coxo e gago, Bato III, e de se reunir numa assembleia, a fim de se governarem a si próprios e segundo as suas próprias leis.

Demónax poderia ser uma das primeiras figuras públicas a definir-se como amigo da democracia. Isto é, se houvesse uma prova que testemunhasse os factos. Mas, o que não deixa de fazer dele um símbolo adequado do modo como a democracia guarda cuidadosamente os seus mistérios, sobretudo perto daqueles que pensam conhecer tudo o que lhe diz respeito. Por outro lado, como dissemos atrás, o tema da democracia está repleto de enigmas, confusões e coisas que apenas se supõe serem verdade. Apesar da pouca surpresa que acolhe, a obra de

John Keane (2009) vem reforçar a tese de que a democracia não foi uma invenção grega. Keane (2009) procura o caminho das suas raízes no período Micénico, sete a dez séculos mais cedo do que se dizia, isto é, na civilização da Idade do Bronze tardia, centrada em Micenas e noutras povoações urbanas do Peloponeso. Não sabemos como e onde os micénicos começaram a usar a palavra de duas sílabas, *damos*, para se referirem a um grupo de pessoas sem qualquer poder especial, mas que, a determinada altura tiveram em comum uma certa terra, então essa outra palavra de três sílabas, *damokoi*, para indicarem um titular de um cargo que actua por conta ou em nome de *demos* (Keane, 2009: 11).

Ainda há dúvidas se estas palavras, juntamente com a restante família de vocábulos que hoje usamos para falar da democracia, têm a sua origem em regiões mais longínquas do Oriente (nos dias de hoje, corresponde geograficamente à Síria, ao Irão e o Iraque). Este lugar, associado com as descobertas notáveis que nos vêm dos arqueólogos modernos, cria também a desconfiança de que a prática democrática do governo directo por assembleias não terá sido uma inovação dos Gregos (Canfora, 2007: 37; Keane, 2009: 11-12 e 118-121). Mais tarde, o costume do autogoverno popular foi transportado para leste, para as zonas do subcontinente indiano. Nessa região, por volta de 1500 a.C., as repúblicas governadas por assembleias já se iam tornando comuns. O mesmo costume viajou para o Ocidente, primeiro para cidades fenícias, como Biblos e Sídon, depois para Atenas, onde, ao longo do século V a.C., viria a ser reivindicado como algo único, algo que era próprio do Ocidente, ou seja, como um sinal de superioridade em relação ao «barbarismo» do Oriente. A chegada da democracia a Atenas alterou radicalmente o trajecto da história, ou seja, tornou possível a história.

Com base em tais disputas, o princípio da sabedoria está em perceber que, como sucede com todas as outras invenções fabricadas pelo homem, a democracia tem a sua própria história. Os valores e as instituições democráticos nunca ficam escritos sobre as pedras, e até o próprio significado da palavra democracia sofreu modificações ao longo dos tempos (Keane, 2009: 16). Estes factos são importantes para compreender como a democracia sobrevoou as várias épocas e veio a tornar-se um modo de vida e de decisão de questões em sentido mais abrangente. Este grande período começou por volta de 2500 a.C., na região hoje vulgarmente conhecida com o nome de Médio Oriente. Depois estendeu-se através da Grécia, de Roma e posteriormente para o resto do mundo.

Muitos dos procedimentos que conhecemos tiveram um papel vital nessa famosa cidade grega de «Atenas», onde, ao longo do século V a.C., a democracia ganhou o significado de um regime legítimo de governo que ficava a cargo de uma assembleia de homens adultos, os

cidadãos. As mulheres, os escravos e os estrangeiros viam-se geralmente excluídos, enquanto os outros se reuniam regularmente próximo da praça pública, num local chamado *pnix*⁴¹ com objectivo de discutirem as ideias apresentadas que posteriormente votadas para servirem de decisões tomadas (Keane, 2009: 17). É de perceber que esta primeira etapa da democracia assistiu às mais antigas tentativas de criar uma segunda câmara (em algumas das cidades-estado gregas, estas eram chamadas *damiorgoi*) e alianças federativas ou consórcios de governos democráticos, que eram coordenados por uma assembleia conjunta designada *myrioi*, como aconteceu entre os Gregos de língua arcádia, por volta de 360 a.C.

Tendo em conta todos os levantamentos feitos até agora, percebemos que o mito das origens raramente é apresentado assim tão claramente, e também é certo que o problema da história de Atenas como berço da democracia é, justamente, o facto de ela não se casar com as circunstâncias bem confusas em que a democracia realmente nasceu. O que reforça a tese de que a democracia não foi a filha do génio ateniense, independentemente de ela jamais se ter construído democraticamente, é que as fontes históricas provam que o seu aparecimento não se dá de um momento para o outro e que ela tem causas e causadores (Keane, 2009: 38). Por não ser um regime extraterrestre e de viver uma inquietação permanente até hoje, entendemos que há algo de errado que está por esclarecer. É nesta linha de pensamento que devemos cruzar os factos, assinalando que raramente se dá o caso de que a democracia surja de intenções límpidas e equilibradas ou das mãos limpas de pessoas que empreguem para isso, meios democráticos (seja por acidente, sorte e consequências imprevistas, tudo isso vem também ao acaso).

O começo da democracia grega esteve também associado à farsa, a casos de várias violências. E assim foi também há 2600 anos, na cidade de Atenas, onde a democracia nasceu mercê de uma cadeia de acontecimentos extraordinários que foram ateados por um assassinato desajeitado. Conta-se que durante os meados do século VI a.C., após várias tentativas mal preparadas, um aristocrata ateniense de nome Pisístrato tomou o poder em Atenas abrindo-se a discussão à volta da sua tirania, se foi justa ou não, o que acabou por provocar uma crueldade com os seus opositores. Contudo, a verdade é que Pisístrato parece ter conquistado a admiração e confiança local através de algumas reformas empreendidas (melhoramento de vias de comunicação, apoio a projectos de obras públicas – a construção de Acrópole, do Liceu e

⁴¹ No período da democracia, era estritamente proibido discursar publicamente assuntos políticos que requerem a elaboração de leis na *Ágora* (era a praça principal de Atenas), por ser opinião comum que a governação e os negócios não se combinavam bem, tal como a água e o azeite. Daí se concluía que os assuntos políticos deviam ser tratados a uma certa distância da *Ágora*, num local ali perto chamado *Pnix* (Keane, 2009: 63).

de templos em honra de Zeus e Apolo e no sector da justiça em que por ordens legais, os juizes atenienses podiam presidir os julgamentos em tribunais locais). O que fez da sua tirania uma excepção em relação aos modelos muito mais constringedores e violentos das ditaduras modernas (Keane, 2009: 38-39). Mas, a tirania é sempre a tirania para os atenienses – concentração das funções de governo nas mãos de uma família era algo repugnante e excepcional. Aconteceu assim, porque Atenas havia sido poupada à tirania, em grande medida devido ao seu isolamento político ou geográfico, tendo-se sempre mantido numa atitude reservada nesse período que conduziu depois à democracia.

A boa impressão de Atenas foi ainda confortada pelas vigorosas reformas de um líder chamado Sólon. Tinha um pensamento conservador e pretendia devolver a Atenas essa ordem que havia sido perturbada pelas tentativas tiránicas falhadas por um antigo campeão olímpico de corrida de nome de Cílon, mas viria a ser derrotado pelos seus oponentes que, com sucesso, mobilizaram contra ele os camponeses da cidade (Keane, 2009: 39-40; Canfora, 2007: 42; Kosta, 2007: 53). Partindo destas ideias, Sólon liberou as quintas hipotecadas, decretando a extinção de todos os débitos, e declarou uma amnistia para todos os atenienses que tivessem fugido para outras partes da Grécia, a fim de evitar o pagamento dessas dívidas. Para aqueles que tivessem sido vendidos como escravos ilegalmente estabeleceu um corpo legislativo de elite a que chamou o «Conselho dos Quatrocentos», porque albergava quatrocentos cidadãos provenientes dos estratos mais abastados; introduziu leis sobre várias matérias, desde a limitação das compras de terras e das despesas com funerais até à extensão dos casos em que se podia deduzir uma acusação criminal perante um tribunal que fosse composto por júri de cidadãos, exigindo ainda que todos os atenienses jurassem obediência às leis.

Assim, favorecidas pelas reformas de Sólon, as famílias abastadas de Atenas continuaram com as suas vidas e com os seus banquetes, os seus casos amorosos, a caça e todo tipo de desportos, e assim confirmavam a reputação de Atenas como um refúgio seguro para quantos quisessem evitar as pestilências, a guerra e os governos corruptos saídos de tiranias. Estas certezas foram abaladas pelo assalto ao poder de Pisístrato. A primeira vez em que tentou instalar a tirania foi em 561 a.C., e mais duas tentativas ao longo das duas décadas que se seguiram. Os três golpes tiveram o apoio de parte das populações rurais mais pobres, e desfizeram a reputação de Atenas como zona livre de tiranias. Pisístrato adoeceu e morreu por causas naturais em 528/527 a.C., e o regime dominado pela família enfrentava agora uma crise de sucessão. Entre os filhos que haviam herdado o poder, irromperam rivalidades pavorosas – Hiparco e Hípias eram os seus nomes, mas, seu meio-irmão mais novo, Téssalo, também estava

metido até aos cabelos nessa lama que era a vida política da cidade (Keane, 2009: 40-41). Ninguém se mostrava de acordo com eles, mas também, não se sabia muito bem quem é que estava a causar problemas e quem queria o quê, quando e de que modo. Tal confusão confirmou a crença local de que o que há de mais vicioso numa tirania é a capacidade para gerar lutas assassinas intestinas.

Estas lutas internas fizeram com que o povo ateniense tremesse com medo do pior. Mas foi no ano de 514 a.C., durante o festival panatenaico, o carnaval espectacular que ocorria em cada quatro anos em honra da deusa da cidade «Atenas» - Hiparco foi assassinado em plena luz do dia na praça central de Atenas - na sequência de uma conspiração de alguns jovens aristocratas dissidentes que conheciam bem os irmãos tiranos (Keane, 2009: 41-42). Foram avançadas algumas hipóteses que poderiam estar na base da teoria da conspiração: a primeira expressava a possibilidade de existir um mal-entendido de ligação por parte do irmão do tirano sobrevivente «Hípias» com os assassinos que vingaram do facto daquele ter agido com uma recusa insultuosa em dar um lugar na procissão à irmã de um dos assassinos; e a segunda hipótese «do desejo homossexual rejeitado» acabou por ter o papel conspirador nesta trama, e apontava o dedo para o meio-irmão mais novo, Téssalo que havia sido rejeitado recentemente por um dos assassinos e, por isso, ter-se-ia tentado vingar ordenando a desqualificação da rapariga (o que acarretava a subsequente humilhação pública) no mais importante festival público da cidade; a terceira hipótese dizia que o próprio tirano assassinado estava apaixonado por um dos assassinos.

O tirano que sobrevivera, Hípias, receando ter o mesmo fim que o irmão, fez justiça naquele mesmo instante e foi impiedoso com os assassinos, cujos nomes eram, Harmódio e Aristogíton. O primeiro foi feito em pedaços pelas espadas dos soldados do tirano; enquanto, o segundo foi preso, torturado e condenado a sofrer uma morte tremenda, juntamente com vários apoiantes seus. Estes acontecimentos ficaram no vocabulário normal no dia-a-dia de todas as famílias de Atenas, e mesmo para além de Atenas. Mas, a tirania fundada por Hípias e Téssalo, uma vez que não gozava de grande legitimidade, tão perversa que parecia, acabou por ter a sua queda em 510 a.C., por uma família nobre rival, os Alcmeónidas, após uma intervenção militar de Esparta sob Cleómenes que incitou maior violência política e criou assim, grande agitação popular. Esta combinação de sede de poder, no topo, e de levantamentos populares, na base, acabaria por ser contagiante. Por entre as fracturas da elite, composta por famílias abastadas lideradas pelos Alcmeónidas, surgiu a figura de Clístones, um homem que sabia

bem que um governo tirânico assente no medo não podia durar (Keane, 2009: 42-43; Rancière, 2006: 90).

Este governante [Clístones] fez reformas que marcaram o ambiente político-social grego. Tais como: a) decretou uma nova constituição; b) integrou a população de Atenas e dos campos em redor que estavam dispersas em dez «tribos» e em três unidades administrativas; c) criava pela primeira vez um exército fixado na cidade que se enraizava nas novas estruturas - este exército estava composto por soldados rasos fortemente armados que não proviessem de qualquer elite, os hoplitas; d) composição de um corpo governativo, o Conselho dos Quinhentos que encorajava oficialmente o funcionamento de uma assembleia independente sediada em Atenas, a qual emanou o seu primeiro decreto em 506 a.C; e) mexeu com as fileiras das classes médias de agricultores, artesãos, mercadores e outros pequenos proprietários – cidadãos com tempo livre suficiente para se poderem interessar pela administração da coisa pública (Keane, 2009: 42-43; Rancière, 2006: 90).

A reforma do aristocrata Clístones tinha como objectivo não só de cortar os laços da cidade com as velhas famílias para pôr fim à violência e às conspirações dos vários partidos (os seus opositores). Mas estas reformas também tinham um outro significado, que foi o de conferir poder aos sem poder. E com estas medidas, mostram eles que, pela primeira vez na cidade de Atenas, uma assembleia de cidadãos se tornou uma autoridade activa e poderosa. Pois, partilhava o poder com o Conselho dos Quinhentos e incluía, entre os seus membros, não só homens de posses chamados «homens de quinhentos galões», mas igualmente lavradores com grandes dificuldades, jornaleiros e outros homens modestos (Canfora, 2007: 38; Keane, 2009: 43). Esta política de inclusão de todas as classes no governo da cidade alterou profundamente a sua forma e o seu significado. Assim sendo, ele foi considerado um dos primeiros governantes atenienses a reparar que um grande número de pessoas podia actuar concertadamente para que a *demos* se governasse legitimamente a si própria – conquistou confiança de um vasto apoio popular por ser a figura política que outorgou as liberdades políticas aos que estavam excluídos da cidadania, isto é, alargou-as para baixo. A sua política fez com que o povo de Atenas se sentisse titular de um sistema de autogoverno fundado no princípio de que quem mandava era a população – o princípio de que «a *demos é kyrios*» significa «senhor», «potente».

Com base nesta ordem de ideias, podemos dizer que estas reformas foram confirmadas mais tarde por um dos grandes defensores da democracia – Aristóteles – e assim começava a democracia – com uma pequena ajuda de um assassinato improvisado, cujos motivos

rancorosos e libidinosos haveriam de ter por efeito uma completa transformação política de alcance mundial. E é por isso que se diz que a democracia ateniense teve muitas causas. Mais, teve também muitos causadores. Os assassinos Harmódio e Aristogíton tiveram um papel fundamental em todo o drama da democracia grega (Keane, 2009: 43-44 e 105; Kosta, 2007: 52). Mas, a democracia ateniense só durou dois séculos e meio – mais ou menos entre 598/507 e 260 a.C. No começo da vida democrática ateniense, a Grécia não era um Estado unificado, era formada por cidades-estado (*polis*). Por isso, é correcto falar tanto em democracia ateniense (referente a Atenas) como também em democracia grega (referente a Grécia). A Grécia passou a ser um Estado unificado com o domínio macedónio. Isto é, com a chegada de Alexandre, o Grande ao poder (Baudart, 2000: 43).

Antes do fim da democracia, Atenas teve ocasião de ter no poder um continuador de Clístones, um estratega de nome Péricles (495-429 a.C.), que instaurou, desde logo, entre 443 e 429, uma democracia extrema, simultaneamente directa e igualitária, e transformou os pobres e nativos vulgares em cidadãos colectivamente soberanos (Baudart, 2000: 25; Hermet, 2001: 14; Kosta, 2007: 50-51). Depois dele, a democracia ateniense transformou-se numa tirania imposta pelo conjunto dos que desfrutam de alguma riqueza. O advento da democracia suscitava não só a reacção dos outros regimes políticos do tipo da oligarquia, que se preocupava em assegurar exclusivas garantias não revogáveis de um dia para outro, mas também, sobretudo houve um debate dos «prós & contras» entre o Mestre Platão (427-347 a.C.) e o seu Discípulo Aristóteles (384-322 a.C.), num imediato exame indispensável às boas e más acções.

Para Platão a democracia⁴² não é o melhor regime político, pois observou os seus efeitos com despeito. Ela define-se como o reino de uma população invejosa, pronta para os

⁴² A inquietação de Platão face à democracia tem muitas explicações: 1) Platão tem 28 anos quando o seu mestre, Sócrates (469-399 a.C.), é condenado à morte pelo tribunal democrático de Atenas, em 399 antes da nossa era. As censuras são claras: o filósofo corrompe a juventude, não honra os deuses da cidade, não se contenta com aquilo que é, procura captar o sentido do além ou, do aquém da terra (Baudart, 2000: 15). Mas, Platão esqueceu-se de uma lei que estava em vigor que legitimava a condenação de Sócrates. Essa lei foi criada e aprovada em 410 a.C., e reforçava a crença de que a democracia ateniense era vista com olhos sobrenaturais. Foi implementada no decorrer das profundas reformas e inquietações em que Atenas estava mergulhada (Keane, 2009: 44, 49); 2) É difícil perceber Platão, mas parece que aproveitou a boleia da morte de Sócrates para permanecer crítico da democracia (Arendt, 2007: 12-13). Sabe-se que os membros da sua família participavam nos governos oligárquicos e democráticos (Baudart, 2000:17). Platão descendia de Sólon pelo lado da mãe e, pelo pai, da família real de Crodo, uma das famílias mais importantes da aristocracia ateniense. Esta situação teve consequências na sua vida: como aristocrata, devia dedicar-se à vida pública, e estava-lhe interdita uma actividade política directa no regime democrático vigente nessa época em Atenas (Lavroff, 2006: 31-36). Este *efeito platónico* ainda se verifica em relação a muitas democracias. Os cidadãos interrogam-se pelas coisas erradas que foram e são feitas em nome da democracia. Nesta linha de raciocínio elencamos alguns assassinatos [e enigmas] que decorreram nos seguintes regimes democráticos: morte de Sócrates pela democracia grega; o assassinato do Presidente J. F. Kennedy e do maior activista de direito civil negro M. L. King pela democracia americana; os assassinatos do lendário libertador Mahatma Gandhi e da Primeira-ministra Indira Gandhi ambos pela democracia indiana; o assassinato do Primeiro-

exageros e impaciente na imposição do seu próprio despotismo. De acordo com as suas palavras, «a democracia estabelece-se quando os pobres vitoriosos dos seus inimigos massacram uns, banem outros e partilham, igualmente, com aqueles que restam o governo e as magistraturas» (Hermet, 2001:15; Canfora, 2007: 49; Bobbio, 2004: 320 vol. I). Segundo Platão, a democracia ultraja a liberdade e a dignidade pessoais sob a responsabilidade de uma igualdade niveladora. Funcionando sem pensar no amanhã, à vontade das exigências populares que os demagogos aguçam, a democracia tem por acréscimo o defeito de inclusive, ameaçar a sobrevivência da comunidade política, em virtude dessa prioridade dada ao imediato e da lógica de imprevisão que a sustém (Hermet, 2001: 14-15; Baudart, 2000: 33-34). Platão admira a *eunomia* – a ordem bem regulamentada, boa legislação, justiça – de Sólon, arconde em 594 a.C., e cioso, como ninguém, da moderação.

Na mesma linha de pensamento há quem defenda que, Platão considera a democracia como o desabamento de todas as relações que estruturam a sociedade humana: os governantes têm o ar de governados e vice-versa; as mulheres são iguais aos homens; o pai acostuma-se a tratar o seu filho como igual; o mestre teme e lisonjeia os alunos que pelo seu lado troçam dele; os jovens igualam-se aos velhos e os velhos imitam os jovens; até os animais são livres e os cavalos e os burros, conscientes da sua liberdade e da sua dignidade, atropelam na rua os que não lhes cedem a passagem (Rancière, 2006: 79; Baudart, 2000: 29-30; Keane, 2009: 90-91; Lavroff, 2006: 34-37). Platão persiste em afirmar que a democracia é um regime de duas caras, «consoante as massas exerçam o poder sobre os donos da propriedade através da força ou do consentimento». Ele é de opinião que a democracia fosse uma invenção sem valor, uma espécie de bugiganga que corroía a boa governação mimando os pobres e os ignorantes. Comparava-a a um navio manobrado por uns simplórios que se recusam a aceitar que exista uma coisa que se chama arte de navegar – marinheiro para quem o homem ao leme é um inútil que está para ali espaçado a olhar para as estrelas.

Contrariamente ao seu Mestre Platão, o ponto de vista de Aristóteles é completamente diferente (Canfora, 2007: 49). Este último não é ateniense e contempla o seu tempo mais com a curiosidade de sociólogo⁴³ do que com a paixão moralista de Platão. Segundo Aristóteles, a

ministro social-democrata Olof Palme pela democracia da Suécia; o dramático acidente de aviação em Camarate no qual morreram o Primeiro-ministro português F. Sá Carneiro, Snu Abecassis, o Ministro da Defesa Adelino Amaro da Costa e a sua mulher, o Chefe de Gabinete do Primeiro-ministro A. P. Gouveia e os dois pilotos que conduziam o avião, tudo pela democracia portuguesa.

⁴³ É preciso ter em atenção o termo e o seu contexto. Porque na verdade um sociólogo não tem por objectivo legitimar a escravatura e muitas outras posições que fomentam a segregação e desigualdades tal como pensava

questão do melhor regime deve ser encarada de modo pragmático e relacionada com as circunstâncias de cada momento e não com o absoluto intemporal. Ora, o contexto da sua época obriga a ter em consideração as exigências populares já influenciadas pelas cores da democracia. Posto isto, Aristóteles rejeita categoricamente a crítica que denuncia a incompetência do povo (Hermet, 2001: 15). Mesmo sustentando o contrário, opõe a esta postura elitista o facto de o número e a extensão de talentos, a serem descobertos no conjunto dos cidadãos, correrem o risco de estarem muito longe de triunfar sobre as qualidades individuais atribuídas, sem critério, ao conjunto dos membros de uma classe dominante⁴⁴.

Mas, o próprio Platão sabe perfeitamente o que Aristóteles enunciará na *Política*: os que se designam os «melhores» nas cidades são simplesmente os mais ricos, e a aristocracia não é outra coisa senão uma oligarquia, ou seja um governo da riqueza (Rancière, 2006: 90). Mas, simultaneamente, Aristóteles é democrata só por conveniência e, aliás, com moderação. Para ele, a soberania não se incarna no povo; pertence à lei, em que o humor maioritário ocasional não pode transgredir. É por isso que a democracia directa ateniense não lhe agrada. Na sua opinião, o bom governo – a *eunomia* – deve ser um regime misto: o regime da *politeia*, beneficiando de uma legitimidade popular indispensável, mas fortemente temperada pela origem aristocrática – no sentido estrito dos «melhores» dirigentes. Deste modo, Aristóteles antecipa, em suma, a doutrina liberal quando privilegia o reinado das leis em relação ao das maiorias humanas efémeras (Hermet, 2001: 15-16). Prefigura as instituições democráticas modernas quando diz que, para ser obedecido e, portanto, eficaz, o governo deve permanecer reservado a uma minoria escolhida pelas suas capacidades e qualidades morais, usufruir o consentimento explícito do maior número de cidadãos e mantê-lo constantemente.

Aristóteles (Keane, 2009: 873; Giddens, 2004). E também, não se falava de sociologia naquela época, pois, nem sequer existia, visto que a sociologia surgiu no século XIX com um pensador europeu de nome Auguste Comte (1798-1857), que queria distinguir o seu ponto de vista da visão dos seus rivais, de modo que criou o termo «Sociologia» para descrever a disciplina que pretendia estabelecer (Giddens, 2004: 7-8). Mas, admite-se a possibilidade de existirem ideias e procedimentos semelhantes aos objectivos e princípios básicos da sociologia, ou seja, as ideias e acções de âmbito sociológico foram anteriores ao surgimento formal da sociologia. Também foi importante no contexto mundial que o surgimento da sociologia tenha coincidido com o regresso da democracia ao palco sociopolítico (Keane, 2009: 114).

⁴⁴ O caso de José Saramago é um exemplo vivo daquilo que Aristóteles julgava ser a riqueza de uma nação. Nascido de uma família pobre e analfabeta, fez-se sozinho para existir com uma ideia de si e do mundo. Tornou-se escritor, autodidacta, um homem de convicções inabaláveis. Este é o retrato do primeiro Português vencedor do prémio Nobel da literatura Portuguesa (*José Saramago (1922-2010), a história, a vida e a obra*. In Revista Visão, 19 de Junho de 2010. Edição especial, jornal de letras, artes e ideias).

Essa paixão desenfreada pela alternância do regime político capaz de governar com eficácia começou antes da chegada da democracia à Grécia (Canfora, 2007: 37-38). Isto é, a teoria clássica baseada na tradição aristotélica das formas de governos, conta-nos que uma das primeiras disputas de que se tem notícia em torno das formas de governo é narrada por Heródoto (III, 80-83). Otane, Megabizo e Dário discutem sobre a futura forma de Governo Persa (Bobbio, 2003: 233; Bobbio, 2004: 320 e 1081 vols. I, II). Enquanto Megabizo defende a aristocracia ou governo de poucos que correspondia a forma viciada da oligarquia e Dário defende a monarquia ou governo de um só que correspondia a forma viciada da tirania, e Otane defende a democracia como governo de todos que correspondia a forma viciada da demagogia, ou seja, toma a defesa do Governo popular, que segundo o antigo uso grego chama de *Isonomia*, ou seja, a igualdade das leis, ou igualdade diante da lei, com o argumento que ainda hoje os defensores da democracia têm como fundamental.

Partimos de análises dos dois grandes intelectuais da antiguidade grega - Platão e Aristóteles - passamos a ter uma base que promove diálogo em torno dos regimes políticos alternativos (Arendt, 2007: 11-14). Este diálogo ganhou força com o desaparecimento da democracia no ano de 260 a.C., pela mão dos Macedónios que decidiram ordenar às suas tropas que reconquistassem a cidade e esmagassem os democratas atenienses de vez (Keane, 2009: 105). A partir deste período a democracia entrou num período da *idade do gelo* em que praticamente os seus defensores desempenhavam o papel do *elo mais fraco*, em relação aos seus opositores que estavam numa clara vantagem ao longo dos séculos.

Mas, havia esperança na ressurreição da democracia. E só em meados do século XIX da nossa era ela regressou em grande escala de labor político e intelectual, sobretudo por obra de vários pensadores europeus (Keane, 2009: 114). Tendo como um dos seus maiores impulsionadores um inglês de classe média George Grote (1794-1871), um banqueiro, pensador utilitarista, membro do conselho de administração de uma universidade, parlamentar, e chefe de uma família de classe média que de si próprio dizia ser um democrata. A sua *História da Grécia* teve ampla repercussão e os seus doze volumes foram publicados entre 1846 e 1856. Aí, ele tomou aproximadamente a defesa da democracia ateniense contra a grande vaga de esquecimento e crítica que por pouco não a enterrava viva. Para ele, toda essa experiência da democracia ateniense era um exemplo precioso e vibrante de como evitar todas as misérias provocadas por qualquer concentração de poder (Keane, 2009: 115). Pensava ele: os homens são egoístas, mas não vale a pena desesperar, há remédio para esse egoísmo: dar liberdade e educação a todos, de modo a garantir o máximo de felicidade ao maior número possível de

homens. Na mesma perspectiva, já houve um sábio grego Isócrates (436-338 a.C.) que dizia uma coisa do género, que «o único remédio para evitar futuros perigos e escapar aos males presentes é ter vontade de restaurar a democracia [...] expulsando os tiranos e repôr o povo no poder» (Keane, 2009: 126).

Em razão dos regimes políticos, sabemos que as sociedades sempre se apoiaram em diversos sistemas políticos. Mesmo actualmente, no início do século XXI, os países continuam a organizar-se em três tipos básicos de sistemas políticos: monarquia, democracia e autoritarismo. A monarquia é um sistema político encabeçado por uma única pessoa, em que o poder é transmitido no seio de uma família ao longo de diversas gerações. Neste sistema político, nos tempos antigos, as famílias reais governavam os seus súbditos baseadas na tradição e no direito divino. A autoridade das monarquias era mais legitimada pela força do costume do que pela lei. Podemos ainda encontrar monarquias em alguns Estados modernos. No entanto, as mais comuns são as monarquias constitucionais, com uma adesão declarada à democracia, como a da Inglaterra, da Bélgica, da Suécia, da Espanha, do Japão, da Suazilândia, do Botswana, etc. O papel de uma monarquia constitucional hoje em dia é pouco mais figurativo. Os monarcas continuam ainda a ter certas responsabilidades simbólicas e a construir um ponto focal para a identidade nacional, porém raramente influenciam o decurso dos acontecimentos políticos. Nas monarquias constitucionais democráticas, o poder real do rei ou da rainha é severamente restringido pela lei constitucional, investe de autoridade os representantes eleitos pelo povo (Giddens, 2004: 425-426 e 428). É bom frisar que a maioria dos Estados modernos são republicanos, o que significa que não existe rei ou rainha (exemplo de Portugal).

No que refere a autoritarismo, a participação dos cidadãos é negada ou severamente reprimida. Nestas sociedades as necessidades e os interesses do Estado têm prioridade sobre os dos cidadãos comuns, não havendo mecanismos legais para fazer oposição ao governo ou para remover um líder do poder. Estes governos existem hoje em alguns países, alguns dos quais professam ser democráticos. A democracia não é um regime perfeito. Mas, entre os regimes que existem, a democracia continua a ser o melhor regime que o mundo tem à sua disposição (Keane, 2009: 592; Held, 1996 cit. por Giddens, 2004: 426). Ela é vista genericamente como um sistema político mais capaz de garantir a igualdade, proteger a liberdade individual, defender o interesse comum, ir ao encontro das necessidades dos cidadãos, promover o autodesenvolvimento moral e possibilitar a tomada de decisão efectiva que leve em conta os interesses de todos.

Mas, a verdade é que a democracia desde a sua implementação se deparou com muitos problemas que requerem conjugar esforços para serem resolvidos. Tais como: o problema da pobreza; dos direitos das mulheres; dos preconceitos e do racismo; das crises económicas e ascensão ao poder de falsos democratas; da falta de credibilidade nos políticos por causa da crise de representação que afecta a participação; problemas ligados às multinacionais, desempregos, crise do sindicalismo, ausência de solidariedade; princípio de hostilidade entre o Ocidente e o resto do mundo agravado pelo unilateralismo americano; lutas para reconhecimento de novos tipos de direitos, etc., (Keane, 2009: 847-855). Todos os indicadores acima enumerados têm a ver com as questões dos direitos humanos fundamentais, que, se fossem respeitados, não haveria queixas a fazer ao regime democrático.

Em relação aos problemas das mulheres num sentido mais abrangente, podemos afirmar que a desigualdade de género sempre existiu, desde que existem relações entre homens e mulheres. Estas diferenças começaram logo na pré-história. E a democracia grega não era uma excepção. De facto, a mulher sempre sofreu uma forte discriminação a todos os níveis: divisão do trabalho, educação, tomada de decisões, economia, política, religião, etc., (Astelarra, 2005: 57-58; Almeida, 2002; Keane, 2009: 17; Rancière, 2006: 111-112). Só vindo a afirmar o seu papel na sociedade há menos de um século. O Estado pode ser considerado como um dos responsáveis por esta situação, já que houve alturas em que legitimava a discriminação e, mais tarde, mesmo quando a discriminação se tornou proibida, este não teve o cuidado de proteger os direitos das mulheres.

Há quem defenda que apesar de todas as conquistas feitas ao longo das últimas décadas para o desenvolvimento da igualdade de género e promoção da melhoria das condições de vida e bem-estar das mulheres, existe ainda um problema de fundo que, habitualmente, não é analisado durante a aplicação prática de projectos e iniciativas (Santos, 2003: 45 e ss.). Este problema é a existência de uma base de raiz patriarcal na maioria das sociedades. Isto faz com que todas as regras de funcionamento das organizações da sociedade estejam moldadas por esta visão machista. O problema que isto coloca ao desenvolvimento da igualdade de género tem por base essa ideologia essencialmente patriarcal, acabando por não cumprir os seus objectivos. Senão, não faria sentido de ter por exemplo uma *lei de paridade* instaurada em Portugal, que impõe uma percentagem mínima de 33% de cada sexo para as listas dos partidos políticos candidatos em eleições. Como estamos a ver, esta medida tem como objectivo promover a igualdade de género dentro da política, elevando Portugal no seu 27º lugar da lista

dos países com maior representatividade feminina (*Jornal Universitário a cabra*, nº 191, 27 de Janeiro de 2009, pág. 12).

Um outro problema associado aos problemas da democracia é o do racismo⁴⁵. Como sabemos, as primeiras referências no que diz respeito a discrepâncias entre pessoas de diferentes ascendências remontam ao Antigo Egipto, à Grécia e a Roma, no entanto, neste período, não podemos falar ainda de discriminação racial tal como a conhecemos hoje, porque o termo raça ainda não era tema de debate, nem se falava da sua institucionalização (oficialização). No entanto, isto não significa que não houvesse discriminação, significa apenas que não lhe era atribuída a importância que hoje lhe concedemos (Solomos & Back, 2002: 33; Wedderburn, 2007: 219-238). A imagem que os europeus tinham dos outros povos, tais como os asiáticos, os africanos e dos índios, foi-se alterando ao longo dos tempos e, parece-nos claro, foi-se deteriorando. A criação de leis que davam mais poderes aos europeus apenas por 'serem brancos' intensificou o sentimento de onipotência do homem branco e difundiu a ideia da dominação dos brancos sobre os outros povos como algo de natural.

É neste contexto que surge a visão do homem negro⁴⁶ como escravo, propriedade de alguém, 'coisa sem qualquer tipo de opinião ou direito'. Este conjunto de concepções sobre o homem africano acabou obviamente por generalizar-se e difundir-se. No entanto, e apesar deste contexto extremamente desigual e hierarquizado, é durante o século XVIII que surgem os primeiros movimentos anti-esclavagistas (Lara, 2000: 38-42). É ainda de referir a propósito do colonialismo e imperialismo, que estes são quase sinónimos de racismo, no entanto, o tipo de organização social que era vivido propiciava a discriminação e a criação de estereótipos que se propagaram de várias formas até hoje (Giddens, 2004: 255; Kosta, 2007: 220). A Europa era um continente com maior expansão marítima e também com uma grande intervenção ao nível do tráfico de escravos. Por este motivo, não é de descartar a hipótese de que a quota-parte de tensão e do racismo que ainda hoje se fazem sentir, tenham uma raiz profunda de ordem histórica.

Ainda no contexto europeu surgiram no século XVIII e XIX, um conjunto de teorias científicas ou pseudo-científicas que procuram classificar os seres humanos com base num

⁴⁵ Citando Cheikh Anta Diop: "Eu acredito ser o racismo uma reacção ao medo, mais frequente quando não confesso. O racista é alguém que se sente ameaçado por alguma coisa ou alguém que ele não pode ou consegue controlar. Este sentimento de ansiedade e medo face ao elemento desconhecido, e incontrolável, é muito certamente um factor essencial do racismo tanto antigamente quanto nos tempos modernos" (Wedderburn, 2007: 224).

⁴⁶ Estamos a restringir para o campo africano, visto que, o tema de trabalho se refere a um dos países africano que é a Guiné-Bissau.

conjunto de características psicológicas, culturais e, principalmente, físicas (Giddens, 2004: 246-281). Algumas destas teorias são, por exemplo, o conceito de raça vigente até ao século XX, baseado em características biológicas, culturais, comportamentais e de superioridade entre raças, as teorias de Gobineau que está na base de filosofias nazistas e divide a humanidade em três raças – brancos, amarelos e pretos, e especialmente, a teoria da evolução de Darwin. A teoria de Darwin explica os processos de evolução das espécies por selecção natural, e acabou por ser transformada e deturpada inúmeras vezes, originando teorias baseadas na selecção, tais como o Darwinismo Social e a Eugenia. Posteriormente, as evoluções no campo da genética vieram deitar abaixo estas teorias que não têm base científica sustentada. O Projecto Genoma Humano provou que todos os Homens têm origem em África, que é o berço da civilização humana, e que as diferenças genéticas entre dois brancos são maiores do que entre um branco e um preto (Cabecinhas, 2007: 28-34).

Nos períodos que antecederam as duas Grandes Guerras, o conceito de raça ganhou uma nova acepção: baseada em ideias nacionalistas, a raça reporta agora à nacionalidade do indivíduo (tomemos como exemplo os conceitos de “raça alemã” ou “raça britânica”). Reportamos um exemplo de racismo relativamente recente, que eleva esta noção para além dos limites da humanidade e da razão. É o exemplo do Holocausto Nazi. O genocídio levado a cabo pelo regime Nazi assentava em ideias da busca de uma sociedade perfeita, em que apenas os escolhidos tinham o direito de viver ou seja, baseava-se na noção de «raça» e na ideia de que um povo forte tinha o direito de eliminar os mais fracos (Carpentier & Lebrun, 2002: 402), e isto punha de lado todos os indivíduos que não pertenciam à “superior raça ariana”, tais como os judeus, os africanos ou até os homossexuais. O Estado tinha, pois, o dever de ser racista e de manter a superioridade da raça ariana impedindo os cruzamentos e eliminando os estranhos que pudessem enfraquecer a sua coesão interna. Apesar de tudo, temos de ser muito cautelosos quando emitimos juízos de valor em relação aos nossos antepassados. Como sociólogos, a nossa avaliação de um determinado fenómeno social nunca pode ser feita separadamente do contexto em que se insere, por exemplo, o racismo do início do século XX não pode ser avaliado com base nos padrões da nossa sociedade actual; temos de fazer um esforço de integração no contexto histórico para não cairmos em erros de interpretação.

As crises económicas, muitas vezes servem de protestos para a concretização de certos objectivos de carácter racista, discriminatório e xenófobo contra os estrangeiros⁴⁷. Lembremos

⁴⁷ A actual crise económica foi um motor para o regresso das políticas e dos partidos de extrema-direita por toda a Europa. Um dos sinais mais marcantes deste fenómeno é a recente tomada de posição do governo francês,

que antes da Segunda Grande Guerra surgiu um período de grande crise económica e que este factor contribuiu decisivamente para a ascensão de muitos regimes ditatoriais, em particular na Europa. A crise económica da década 30 foi uma oportunidade para Alemanha, Espanha, Itália, Portugal, etc., que implementaram regimes ditatoriais, graças ao sentido de oportunidade de alguns políticos, que aproveitaram o momento da crise para fazerem valer as suas ideias, acusando e responsabilizando as fraquezas das democracias liberais pela crise (Carpentier & Lebrun, 2002: 397-406; Almeida, 2000: 174). Foi neste contexto que a política de Salazar e do Estado Novo em Portugal se intensificou e se desenvolveu o fascismo, que justificava a sua filosofia colonial de exploração económica e de exploração da mão-de-obra dos africanos como um processo civilizacional nas suas colónias.

Os graves problemas de ordem económica acabam muitas vezes por instalar um clima de desconfiança e instabilidade extremamente propício ao desenvolvimento de tensões em relação aos estranhos, nomeadamente os imigrantes, que acabam por ser acusados de piorar as já más condições económicas vividas num determinado país. Tal como já foi referido por vários autores, entre eles Zygmunt Bauman, o medo do estranho e do desconhecido são algo que caracterizam a nossa sociedade contemporânea ou, como ele prefere chamar-lhe a actual «modernidade líquida» (Bauman, 2006: 103, 136; Giddens, 1994: 72-92; 129-186). Estes sentimentos de rejeição e afastamento agravam-se quando as condições do meio são desfavoráveis. Bauman defende que a incerteza e a ansiedade sentidas nas cidades acabam por levar a que a agressividade acumulada seja libertada sobre os «forasteiros», numa tentativa de eliminar a insegurança.

Este facto torna-se ainda mais notório quando falamos de sociedades altamente multiculturais, tais como a sociedade norte-americana, em que a convivência entre múltiplas culturas e formas de viver acaba por criar conflitos que, muitas vezes, estão associados ao racismo. Actualmente, têm-se verificado grandes alterações ao nível das políticas de controlo e combate à imigração ilegal. As fronteiras entre países estão a consolidar-se cada vez mais, impedindo a passagem de muitos imigrantes em busca de asilo ou melhores condições económicas. Como refere Nuno Porto, «[...] os enclaves são vedados, patrulhados e armadilhados. Os migrantes são quase inevitavelmente detidos. Para evitarem o 'repatriamento' desfazem-se de toda a sua documentação de identidade nacional ou política. Assumem-se,

liderado por Nicolas Sarkozy, em relação à etnia cigana (ou povo *roma*). Nas últimas semanas, centenas de ciganos foram deportados para os seus países de origem (Roménia e Bulgária), sob o pretexto de não cumprirem as leis europeias da imigração (disponível em http://www.publico.pt/Mundo/sarkozy-pede-moderacao-aos-seus-ministros-mas-as-deportacoes-vao-continuar_1452904).

apenas como seres humanos condenados a olhar para a Europa (Ocidente), *offshore* ou mar alto, do lado errado da vedação»⁴⁸.

Apesar das várias causas possíveis para o racismo aqui apresentadas serem todas muito importantes, aquela que tem um maior impacto no modo como as pessoas vêem as coisas e no modo como tratam o seu próximo é a socialização (Giddens, 2004: 26-30), tanto ao nível do meio familiar, onde são transmitidos os princípios mais básicos da cultura a que se pertence, como ao nível da escola/educação. Aquilo que aprendemos no seio da nossa família acompanha-nos ao longo da nossa vida e, mesmo que a experiência nos forneça sempre novos dados, os padrões culturais e comportamentais transmitidos de geração em geração são muito resistentes à mudança e persistem em nós, ainda que seja só no nosso inconsciente. Ao nível da escola, também desde cedo se começam a transmitir um conjunto de normas e crenças vigentes na sociedade, que funcionam como uma espécie de lente que se coloca entre nós e a realidade, de forma a podermos interpretá-la e agir em consonância com o que é esperado de nós. Quando o processo de socialização é baseado nas ideias infundadas e pré-concebidas podem acompanhar os indivíduos ao longo da vida, podendo estar na origem de alguns conflitos relacionados com o racismo.

Um dos problemas que merece muita atenção por aquilo que é considerada a espinha dorsal do mundo de trabalho é a crise do sindicalismo nas sociedades contemporâneas. A crise do sindicalismo terá começado com a crise do fordismo, no Reino Unido, pela mão de M. Thatcher. A partir da década de setenta, verificou-se um grande aumento do desemprego e uma crescente deterioração das condições de trabalho. Os sindicatos começaram a perder poder e foram quebrados muitos compromissos assumidos ao nível dos direitos laborais, desde a primeira metade do século (Costa, 2008: 25). Nas últimas décadas, sobretudo desde meados dos anos 80, assistimos ao desgaste da relação salarial *fordista*, o Estado-providência entrou em crise e o chamado modelo social europeu está em risco de ruir. Com as mais recentes tendências de globalização das economias, o aumento da competitividade, a abertura das fronteiras do comércio mundial, expandiu-se uma nova onda liberal, largamente apoiada na inovação tecnológica e na revolução informática, que, por um lado, faz reemergir velhos problemas sociais e, por outro, lhe acrescenta novos (Estanque, 2006).

⁴⁸ Porto, Nuno (2006) *Offshore*. In Panfleto do Ciclo Integrado de Cinema, Debates e Colóquios na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra – África começou mal, África está mal: a tragédia africana (pág. 16). A este respeito, nesta mesma conferência, Francisco Louçã comentou que África começou bem, mas que o seu processo civilizacional foi interrompido, e é por isso que África está mal (http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/kisangani_diary.htm).

O emprego começou a perder a sua centralidade na sociedade para outras lutas de carácter cultural, obrigando o sindicalismo a retirar-se do foco de acção e a apostar mais em políticas defensivas do que em políticas ofensivas. A instabilidade do mercado de trabalho, a intensificação da flexibilização e o aumento do risco de desemprego têm contribuído para a menor mobilização sindical e perda do poder de negociação dos sindicatos. Esta crise diferenciou-se de outras crises do passado devido ao seu contexto de surgimento – por um lado, a expansão do capitalismo que origina novas formas de emprego e de utilização e exploração da força de trabalho; por outro lado, a forte concentração de capital (Chesnais, 1996, cit. in Santos, 2006). A dinâmica de acumulação capitalista está na base das dificuldades sentidas pelos sindicatos a nível internacional, sendo consequência destas a actual crise sindical, sendo a flexibilização, um dos factores com mais impacto no desgaste dos sindicatos (Santos, 2006).

Alguns autores referem-se à crise do mundo do trabalho, incidindo sobre a dessindicalização que é considerada, por um lado, como sintoma, e por outro lado, uma causa da crítica social (Boultansky e Chiappello, 1999: 376 e ss. cit. in Costa, 2008: 29). Vários autores tentaram conceptualizar a crise do sindicalismo nos últimos anos. Ronald Munck e Peter Waterman afirmaram que a crise sindical está relacionada com todas as outras crises que as sociedades modernas enfrentam actualmente: a crise económica, crise da transição entre a fase industrial para a fase informacional do capitalismo, crise do trabalho e do sindicalismo decorrente da aplicação de políticas neoliberais, colapso dos projectos políticos do consumismo e do nacionalismo radical (aos quais estiveram ligados os sindicatos), declínio do reformismo tradicional associado aos partidos trabalhistas e sociais-democratas e crise provocada pela globalização (Costa, 2008: 38).

Segundo Hermes Costa (2008), destacam-se três factores que justificam a ideia de crise do sindicalismo: a desagregação de interesses, a ausência de lealdade e solidariedade e a crise da representatividade. A desagregação de interesses em torno da classe operária resulta da flexibilização dos mercados de trabalho e precarização da relação salarial; a ausência de lealdade dos trabalhadores ao sindicato é consequência do crescente individualismo e do endurecimento da oposição dos empregadores e do governo nos contextos de liberalização das relações laborais; a crise da representatividade, expressa na dificuldade de os sindicatos mobilizarem trabalhadores.

Ainda no que se refere à crise da representatividade, há quem afirme que as primeiras formas de democracia representativa e participativa surgiram na Grécia clássica. Reforçando a ideia que o desenvolvimento da modernidade e das democracias liberais, romperam-se com o

modelo clássico e desenvolveram-se em meados do séc. XX, um contrato social que institucionalizou a democracia (Estanque, 2006). Segundo Estanque, assistimos hoje a uma crise de credibilidade da política nos países ocidentais, o que exige uma revisão do seu funcionamento, mas também a busca de soluções para o exercício da cidadania. Verificamos uma crise da contratualização nas democracias modernas, que resulta na aparência de compromisso em que o parceiro mais forte impõe as suas condições ao parceiro mais fraco. O crescimento das subclasses e dos sectores excluídos reflectem-se na fraqueza da democracia representativa e na impossibilidade de implantar a democracia participativa.

A democracia está em crise e muitas pessoas estão insatisfeitas com o sistema político ou sentem-se indiferentes em relação a ele. As razões estão ligadas aos factores que ajudaram à sua expansão, o impacto das novas tecnologias da comunicação e a globalização da vida social. Como afirmou o sociólogo americano Daniel Bell, o governo nacional é “demasiado pequeno para dar resposta às grandes questões”, tais como a influência da competição económica global ou a destruição do meio ambiente (Giddens, 2004: 433-434; Giddens, 1999: 68-74; Keane, 2009: 847). Mas, tornou-se “demasiado grande para lidar com pequenas questões”, assuntos que afectam particularmente cidades ou regiões. Os governos têm pouco poder, por exemplo, sobre as actividades das grandes empresas multinacionais, os principais intervenientes no sistema económico global. A deslocalização de uma multinacional de um país ‘A’ para outro país ‘B’ com o objectivo de diminuir os custos e competir com mais eficácia com outras multinacionais produz por vezes efeitos perversos, que colocam milhares de trabalhadores de um país ‘A’ no desemprego. E por mais que queiram fazer alguma coisa, os governos nacionais acabam por ser impotentes para controlar processos ligados à economia mundial (Villemus, 2007; Klein, 2002: 354-373, 429-453, 512-513, 515-517; Rancière, 2006).

Estas falhas dos governos nacionais, fazem-nos acreditar por um lado, num certo tipo de cinismo crescente acerca de políticos que alegam ser capazes de prever ou controlar assuntos globais, que transcendem as fronteiras dos estado-nação. E muitos cidadãos apercebem-se de que os políticos não têm capacidade para influenciar as mudanças que ocorrem a nível global, encarando assim com grande suspeita as suas proclamações de sucesso (Giddens, 2004: 434-435). Por outro lado, é um erro sugerir que as pessoas se desinteressaram da política e perderam a fé na própria democracia, porque ainda há estudos que revelam que, para a esmagadora maioria de residentes em países democráticos, a democracia é a forma preferida de governo. Além disso, o aumento de membros de grupos cívicos e associações que investem os seus esforços em novos movimentos sociais dedicados a questões como o ambiente, os direitos

dos animais, a política comercial e a não-proliferação nuclear são indicadores que revelam sinais positivos de que o interesse pela política está em crescimento.

Mesmo em relação aos problemas que perturbam o normal funcionamento da democracia, há mecanismos accionados para resolver estes problemas. Senão, vejamos que acerca das mulheres há uma grande pressão pelo respeito do princípio de *mainstreaming de género* (Ferreira, V., 2000: 17), que consiste na (re)organização, melhoria, desenvolvimento e avaliação dos processos de tomada de decisão, para que a perspectiva da igualdade de género seja incorporada em todas as políticas, a todos os níveis e em todas as fases, pelos actores geralmente implicados na decisão política. Trata-se então de uma forma de reformismo estatal que exige uma grande alteração das formas de pensar esta problemática e a cooperação entre o Estado e todas as organizações (quer sejam nacionais ou internacionais, governamentais ou não governamentais). Isto implica um grande esforço por parte de todas as organizações envolvidas no processo, mas é fundamental para a implementação de verdadeiras políticas de igualdade de género.

Sendo o princípio de *mainstreaming* um princípio de transversalidade ou seja, à integração da perspectiva de género em todos os domínios da política, faz todo sentido referir as possíveis estratégias de renovação sindical, da qual as mulheres fazem parte por serem trabalhadoras. Uma das possibilidades apontadas refere que o sindicalismo deve libertar-se da sua postura defensiva e retomar as lutas, de forma a recolocar em cena os interesses reais do campo do trabalho. Visto que os sindicatos podem desempenhar um papel decisivo em várias áreas do domínio público (Estanque, 2006: 21). E as respostas para o problema têm de ir no sentido de uma maior abertura e estreitamento de alianças com outros actores da sociedade civil no combate ao dogmatismo e rigidez, de forma a renovar as suas lideranças desde o nível empresarial às uniões e federações de âmbito distrital e nacional.

É necessário que haja uma maior abertura por parte do governo em termos da recepção das normas supra-nacionais ou internacionais e um procedimento adequado no que respeita ao princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, dando maior ênfase à liberdade dos sindicatos para intervir na realidade social e negociar as propostas com o poder governamental. Vimos que em alguns países nórdicos, são os sindicatos que administram os subsídios de desemprego. Este procedimento tende a elevar as taxas de sindicalização em comparação com os países em que isso não acontece (Rodrigues, 1998). A nossa opinião pessoal justifica que o verdadeiro problema está na mentalidade dos governantes e daquilo que pretendem para o bem-estar dos seus países. O grande problema de muitos países (incluindo Portugal) está na

grande concentração do poder e centralização de serviços, enquanto nos países do Norte da Europa se verifica o oposto. A descentralização permite uma maior abertura e entrelaçada entre as várias organizações de defesa dos cidadãos.

Verifica-se também uma opressão cada vez maior dos trabalhadores, que se sentem obrigados a subjugar-se ao poder patronal, sob o risco de perderem os seus postos de trabalho (Estanque, 2006). Muitos trabalhadores tentam esconder-se sob uma cortina de silêncio, evitando todo o tipo de manifestações que possam ser interpretadas como subversivas pelos seus empregadores (aqui se inclui, por exemplo, a adesão a um sindicato). Esta paralisação dos trabalhadores prejudica em grande medida a sua capacidade de intervenção social e de negociação. Resta convencemo-nos de que nenhuma mudança em curso deve subestimar a nossa luta para a prossecução do bem comum. Isto é, aceitando o papel principal do trabalho como imperativo categórico da vida humana, parafraseando o Professor Doutor José João Abrantes, o trabalho é “um valor essencial para a dignidade do homem e o livre desenvolvimento da sua personalidade” (Abrantes, 2006: 6). É fundamental que os sindicatos nunca desistam de lutar pelos direitos dos trabalhadores, porque o esforço para construir as dinâmicas de diálogo e negociação irá, com certeza beneficiar as gerações futuras.

Em relação aos principais problemas da democracia, o ponto fulcral para as suas resoluções é a mudança de mentalidades. Esta passa pela transformação profunda a todos os níveis: social, político, educacional e até individual. Em termos de medidas concretas, a mudança deve partir do lado político. Em primeiro lugar, deve haver uma grande pressão e empenho por parte do Estado para que as leis relacionadas com a igualdade de direitos, combate à discriminação e liberdade sejam cumpridas no dia-a-dia. Em segundo lugar, o Estado deve cooperar com as grandes entidades empregadoras no sentido do cumprimento dos princípios de responsabilidade social das organizações. Em terceiro lugar, é importante que o Estado preste ajuda às organizações de defesa dos direitos humanos, para que, cada vez mais, se preste um apoio eficaz àqueles que mais necessitam. Em quarto lugar, as vítimas de direitos humanos (mulheres, trabalhadores, racismo, etc.) devem ser apoiadas e protegidas em caso de denúncia. Em quinto e último lugar, e agora no âmbito da educação, é urgente que se criem programas educativos que promovam ideias de tolerância e respeito pela diferença, mas, é muito importante que estes programas sejam controlados e adequados.

A temática dos direitos fundamentais deve ser abordada desde a família, no âmbito da formação cívica dos estudantes, ao longo de todo o percurso escolar, de forma a criar cidadãos conscientes dos seus direitos, que tenham liberdade para perceber e rejeitar os preconceitos e

a exploração. Este investimento na educação possibilitaria evitar que muitos cidadãos só tomassem consciência dos seus direitos e deveres depois de entrarem em contacto com a realidade (ou terem problemas).

A partir destas ideias, aceitamos a permanente luta e os debates que se fazem em torno da democracia. Os críticos do regime democrático devem ser encarados como verdadeiros amigos e não como inimigos da democracia. Porque é na base deste conflito de ideias, que esforçamos para melhorar o que está mal. Sendo assim, a nossa justificação da democracia como um modelo ideal, consiste em provar que é difícil ignorar que ela desempenhou um papel muito importante no que diz respeito ao acesso ao direito e a justiça no mundo em que vivemos. Mesmo quando o modelo é questionado, não há dúvidas que no decurso do último século o mundo foi marcado por uma tendência singular: a ascensão da democracia, um governo constituído através de eleições, em que participam todos os cidadãos adultos com direito a votar (Zakaria, 2005: 11). Para uma grande parte do mundo, a democracia é a única fonte de legitimidade política que subsiste.

Subscrevemos a tese de que vivemos na era democrática num sentido mais amplo. No seu sentido que data do seu aperfeiçoamento pelos gregos, «democracia» quer dizer o «governo do povo». Mas a democracia evoluiu: de uma forma de governo para um estilo de vida. Hoje em dia, tudo está democratizado – no campo económico, por exemplo, o que é realmente distintivo e novo acerca do capitalismo não é o facto de ser global, mas o facto de ser democratizado; outro exemplo é a cultura que, ao longo do tempo, também tem sido democratizada. Lê-se frequentemente que nos frenéticos anos 90 do século XX a tecnologia e a informação foram democratizadas. Este é um fenómeno relativamente novo (Zakaria, 2005: 13). A internet levou este processo ainda mais longe: a democratização das tecnologias de informação significa que quase toda a gente pode chegar a tudo.

Com base nesta ordem de ideias, do legado grego e romano, chegamos ao reconhecimento crescente de que a história não é apenas “temporal ou cronológica, mas também espacial e relacional” e de que ao Ocidente se confere o direito e o dever moral de guiar e educar os outros, dada a necessidade de civilizar a totalidade do globo (Sakai, 1989: 106 cit. por Featherstone, 1997: 86). O Ocidente vê-se a si próprio como o guardião das leis universais, em nome de um mundo criado à sua imagem. Em qualquer dos casos, a democracia possibilitou o aperfeiçoamento do princípio da separação de poderes: poder executivo (“governo”); poder legislativo (“assembleia”) e o poder judicial (“tribunais”) (Montesquieu, 1989: 167).

Devemos admitir que há um fenómeno crescente que merece uma análise sociológica de grande envergadura, que é a percepção do desenvolvimento de uma nova forma de ideologia em torno da *muralha do dogmatismo democrático ocidental*⁴⁹ em relação ao resto do mundo. Verificamos desde a origem histórica da democracia ao seu aperfeiçoamento, uma confrontação enorme entre os ricos civilizados e os pobres europeus (os ocidentalizados) e estrangeiros, mas, agora, assistimos a uma união por parte de Ocidente contra o resto do mundo. Por um lado, este fenómeno aparece como um processo de socialização em muitos discursos políticos, artigos/obras científicos, temas académicos bem-intencionados de afirmação da democracia como um fenómeno típico do Ocidente ou de um mundo civilizado do homem branco (Kosta, 2007: 297-301). E por outro lado, surge outra corrente agarrada ao *efeito Platão [platonismo antidemocrático]*, que consiste em justificar as falhas da democracia como um produto que está ligado à sua origem. Isto é, aproveitando o clima de mal-estar que se vive no Médio Oriente, conotam-se as falhas da Democracia com o facto de esta provir de mãos erradas, impedindo a de se democratizar (Bobbio, 2000: 371-454; Canfora, 2007; Keane, 2009; Racière, 2006).

O objectivo da nossa alçada é o de promover um diálogo entre o *efeito Platão* e a *muralha do dogmatismo democrático ocidental*, provando que a democracia é agora um regime de valor universal, e, hoje em dia, podemos ver que ela foi abraçada em todo o mundo como se fosse um estilo de vida dotado de validade para todo o globo. E demonstrar que num bom sistema político, mesmo os homens maus podem ser impedidos de fazerem o mal. Mas, quando se aposta num mau sistema político, as coisas ficam piores: o mal cresce viçoso e os homens bons são impedidos de fazerem o bem, e pode até acontecer que sejam obrigados a fazer o mal (Keane, 2009: 863-864, 873-874)⁵⁰. Não devemos aceitar a posição de muitos ocidentais, que consideram que em alguns países com numerosos grupos étnicos, um governo local sob a

⁴⁹ Citando o professor José Hipólito dos Santos: “a boa parte dos teóricos desses modelos podemos encontrá-los como consultores dos grandes organismos e dos governos, à frente das universidades e centros de investigação sobre o desenvolvimento. Honestamente debruçam-se sobre o desastre que é o desenvolvimento, procuram razões para isso, razões para o falhanço das sucessivas “Décadas para Erradicação da Pobreza ou do Desemprego ou de Golpes de Estados”. E as razões identificadas são sempre do tipo: má administração existente nos países beneficiários, não funcionamento do Estado de Direito, corrupção, narcotráfico, falta de quadros preparados, explosão demográfica, guerras locais, catástrofes naturais (secas, cheias), ou perturbações na economia mundial” (Santos, 2003: 27-37). Se os teóricos desses modelos estão em todos os lados é provável que haja manipulações e bloqueios de bons projectos para os países beneficiários dessas ajudas internacionais. Por isso é urgente também que o Ocidente mude de mentalidades, de discursos e procedimentos para com África e os países pobres do planeta. Porque muitas vezes o mal-estar da democracia não depende apenas das questões internas, também existe uma dimensão global que se prende com o que podemos chamar de estrangulamento transfronteiriço das instituições democráticas (Keane, 2009: 778).

⁵⁰ Temos a plena consciência de algumas excepções em que muitos ditadores se aproveitam da boleia democrática para chegarem ao poder, tal como o caso de Adolfo Hitler na Alemanha, que referimos atrás (Zakaria, 2005: 58-59; Carpentier & Lebrun, 2002: 397-408).

forma de uma democracia é algo completamente impossível. Na opinião destas pessoas, esses países são um fardo, «lugares exóticos plenos de uma diversidade caótica e com uns costumes algo inquietantes [...], é no fundo uns não-países ou a feliz desordem [...], milhões de pessoas, só uns poucos sabem ler ou escrever, e destes, só uma fracção mostra algum interesse pela política e pelas ideias ocidentais. O resto é gente primitiva absorvida nessa dura porfia que é lutar pela vida [...], que esses países são terras sem futuro democrático [...], não porque os seus nativos sejam intrinsecamente incapazes de manejar as modernas instituições democráticas, mas por causa das condições políticas, sociais, raciais e religiosas dos países em que vivem» (Keane, 2009: 597-598).

Ao contrário dessas ideias preconcebidas, muitos dos países africanos deram provas de terem democracias saudáveis e com reformas surpreendentes em relação ao Ocidente (ex: Senegal, Cabo Verde, Ghana, Botswana, etc.). E além de mais, a questão mais importante não é a de saber se um dado país está preparado para a democracia, mas antes partir da ideia que qualquer país se prepara através da democracia (Sen, 1999: 4, cit in Santos, 2003: 37). É com base neste raciocínio que avaliamos de forma positiva o casamento da democracia com os hábitos e costumes dos outros povos, desde que os mesmos respeitem e cumpram as normas básicas dos direitos humanos fundamentais.

Portanto, o mais importante para resolver os problemas comuns à esmagadora maioria das democracias, é subscrever o apelo de António Vitorino em 2005, para quem “a vida político-partidária tem que levar uma reforma de fundo” e os partidos políticos são “instituições do século XIX, que já não respondem a desafios do século XXI”. Já em 1975, o deputado português do Partido Popular Democrático (PPD) Pedro Roseta, apresentou uma das propostas com base num princípio importantíssimo: “[...], os conflitos entre governantes e governados só podem ser decididos com justiça pela intervenção de um órgão jurisdicional independente e imparcial” como forma de ver consagrada a garantia contra o arbítrio do poder (Kosta, 2007: 410, 542). São propostas importantes na medida em que serão tidas em consideração mais à frente nas propostas de mudança com a teorização de novos instrumentos para compatibilizar o regime democrático com as aspirações que se esperam da democracia.

PARTE II

O fracasso da democratização da democracia na Guiné-Bissau

Chegados a este ponto, colocam-se várias questões: de que forma a democracia chegou à Guiné-Bissau? De que maneira está ela com dificuldade em democratizar-se? Procuraremos responder a estas questões ao longo do corpo do trabalho.

É verdade que muitos factores estão por detrás desse processo democrático, e são indicadores importantes que revelam o estado da democracia na Guiné-Bissau. Isto é, são alguns dos principais indicadores da fragilidade da democracia guineense e constituem também alguns problemas das outras democracias. O nosso dever como sociólogos consiste em dizer que a democracia guineense encontrou muitos problemas anteriores à sua chegada. Problemas que requerem tempo, compreensão, meios e trabalho sério para a efectiva mudança de mentalidades que se deseja alcançarem. Mas, precisamos de recorrer a um sistema mais simples de reflectir e interpretar os referidos indicadores que constituem o 'calcanhar de Aquiles' da democracia guineense.

Para que isso aconteça, partimos das reflexões da contextualização da Guiné-Bissau, em relação aos problemas étnicos, tendo em conta que coexistem no território da Guiné-Bissau, diversos grupos étnicos com os seus respectivos subgrupos étnicos que, são diferentes nos seus próprios «dialectos» (Mendes, 1992: 69). O crioulo é apenas um veículo de comunicação interétnica, mas que não é falada por todos os guineenses, o que acaba por ser uma das dificuldades para a própria coesão social, porque a língua é um instrumento de unidade nacional e uma referência fundamental da identidade de uma nação. Quem fala do crioulo ainda pode falar da língua portuguesa como sendo a língua oficial e de qualquer outro dialecto de um dos grupos étnicos que não têm o mesmo alcance que o crioulo tem⁵¹.

Seguindo a mesma lógica de pensamento, neste caso da importância da língua como um factor de coesão social, podemos dar o exemplo da Bélgica que é um país europeu cujo território e língua se dividem maioritariamente entre francófonos e flamengos⁵². Neste Estado há um clima de tensão permanente entre ambos os grupos que compõem o povo belga por raízes históricas bem profundas que deixaram uma ferida aberta difícil de sarar. E os sucessivos

⁵¹ <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=26629&catogory=Manchete>.

⁵² <http://www.ionline.pt/conteudo/77343-belgica-cenario-separacao-do-pais-sem-apoio-na-populacao---sondagem>.

governos (por vezes de coligações entre ambos os grupos) provam as constantes perturbações da ordem democrática. Mas, a língua não é o único problema dos países com elevada diversidade étnica, havendo outros indicadores que podem condicionar alguns problemas.

Cabe-nos ainda explicar que pela diversidade étnica guineense, quase todos os grupos [e subgrupos] étnicos têm a poligamia como prática de casamento, da qual nascem muitos filhos que vão constituir a força produtiva principal e, por conseguinte, a força geradora de rendimentos⁵³ para a família e para a comunidade (Cardoso, 2003; Lopes, 1982: 34-35). Um bom exemplo disto é o de Ocante Adjibane⁵⁴, régulo entre os Manjacos, que diz sobre a sua vida em 1955: «Na altura em que comecei a ser régulo, as coisas eram diferentes. O uso era mais forte que a lei [colonial]. Era o uso que mandava. Era o régulo que mandava. Casava com quem quisesse e nessa altura tinha-me casado com 33 mulheres» (Carvalho, 2003: 24).

O facto de os africanos em geral, e os guineenses em particular, insistirem em ter várias mulheres e dezenas de filhos contribui para o agravamento da pobreza, porque, muitas vezes, acaba por ser quase impossível para algumas pessoas garantirem sustento para famílias tão numerosas. Para além disto, se não houver forma de sustentar numerosos filhos, acabará por não haver meios para os mandar para a escola (assegurar os estudos), agravando os problemas de analfabetismo e iliteracia de que padece a Guiné-Bissau. E o pior de tudo, é quando a falta de

⁵³ Isto opõe-se às ideias que Bauman e Giddens nos dão dos filhos nas sociedades desenvolvidas contemporâneas. O filho deixou de ser uma fonte de mão-de-obra para constituir um passaporte para a 'imortalidade' de cada um. (Bauman, 2001 : 62). Ou seja, as nossas atitudes em relação aos filhos e às formas de os proteger alteraram-se radicalmente durante as últimas gerações. Apreciamos tanto os filhos em parte porque eles se tornaram muito raros, e em parte porque a decisão de ter um filho tem motivações diferentes das que tinha em gerações anteriores. Na família tradicional, os filhos eram um recurso de natureza económica. No mundo dos nossos dias, um filho constitui, pelo contrário, um pesado fardo financeiro para os pais. Ter um filho é uma decisão mais pesada e amadurecida do que costumava ser, exige uma decisão induzida por necessidades psicológicas e emocionais (Giddens, 2006: 64). É urgente que mudemos de mentalidade em relação a estas práticas costumeiras.

⁵⁴ Podemos também tomar como exemplo do reflexo da diversidade étnica outros países africanos, tal como a África do Sul, onde o actual Presidente, Jacob Zuma, foi protagonista de uma situação caricata ao pedir um 'sistema rotativo da Primeira-dama'. Zuma tem três mulheres e pelo menos dezanove filhos e ficou numa situação de grande indecisão quando se viu obrigado a escolher apenas uma das suas esposas para ficar ao seu lado como Primeira-dama. Por pressão da sua etnia, acabou por escolher Sizakele Khumalo, com quem casara em 1973. A lei sul-africana reconhece os casamentos tradicionais e a poligamia, acabando muitas vezes por chocar com os direitos humanos fundamentais. Este é um exemplo que nos deve levar a reflectir seriamente sobre as implicações da etnicidade nas sociedades africanas. Por outro lado, temos também o rei da Suazilândia, «monarca» que, pela tradição da sua etnia, tem o direito e dever de escolher em cada aniversário uma rapariga virgem entre centenas delas que desfilam para ele com a expectativa de serem escolhidas. Este rei voltou a ser alvo da imprensa internacional muito recentemente, por ter despedido o Ministro da Justiça, por este se ter envolvido com uma das 14 esposas (*Subida da Aliança Democrática torna incerta maioria de dois terços para o partido de Zuma*. In Público, 25 de Abril de 2009 (pp. 16); *As Loucuras dos Zulu*. In Revista Sábado, nº260, 23 a 29 de Janeiro de 2009 (pp. 68-72); http://www.correiodopatriota.com/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=5307; <http://dossiers.publico.pt/noticia.aspx?idCanal=2218&id=1312967>; http://economico.sapo.pt/noticias/suazilandia-despede-ministro-por-envolverse-com-mulher-do-rei_100050.html).

meios incentiva o chefe da família a recorrer a actos desviantes como forma de fazer cobro à referida situação, tais como: o roubo, a corrupção, o narcotráfico, etc. (Ferreira, P., 2000).

Como Clara Carvalho (2003) refere ao longo do seu artigo, estas palavras do régulo são ainda muito actuais, uma vez que se tem assistido actualmente a uma revitalização e recuperação das figuras de poderes tradicionais. Em muitos lugares da Guiné-Bissau, ainda é o régulo que manda. Ainda que a maioria dos grupos étnicos continue ligado às práticas tradicionais, muitas pessoas aderiram em massa tanto ao catolicismo como ao protestantismo e islamismo (Cardoso, 2003: 157), no entanto, essa adesão em nada ajuda a resolver estes problemas. E muitas vezes, estas religiões, em vez de ajudarem a solucionar os problemas, acabam por complicá-los. Um exemplo é a proibição de uso de preservativo por parte da Igreja Católica que tem implicações como a gravidez indesejável e a aquisição de doenças infecto-contagiosas. Isto acaba em certa medida por coincidir com algumas práticas costumeiras, que por desconhecimento da matéria interpretam o uso de preservativo como um acto que não consta da sua tradição.

E mesmo quando se refere a consistência da convivência dos grupos étnicos, esse convívio provou por diversas vezes ser motivo de conflitos e contradições inter-étnicas⁵⁵, que acabam por reflectir-se em muitas áreas da democracia guineense, nomeadamente, pondo em causa a credibilidade das instituições democráticas. Há políticos que se aproveitam de algumas etnias dominantes para fazerem valer as suas aspirações, comprometendo severamente a legitimidade do Estado de Direito (Júnior, 2009: 35). Num Estado de direito nunca é oportuno praticar a justiça privada ou seja, fazer a justiça pelas próprias mãos⁵⁶, como aconteceu em 2 de Março de 2009, quando Nino Vieira foi assassinado na sequência do assassinato do chefe de Estado Maior das Forças Armadas, o General Tagme Na Waie, um dia antes. Logo no dia 4 de Junho foram assassinados o ex-ministro de Defesa Nacional Hélder Proença e o candidato às eleições presidenciais e ex-ministro da Administração Territorial, o major Baciro Dabó, com justificação de um alegado golpe de Estado (Handem & Rodrigues, 2009: 199-200; Silva, 2010:

⁵⁵ Segundo Handem & Rodrigues (2009), verificou-se um conflito há uns anos atrás entre as etnias Fula e Mandinga, em que foi necessário muita mediação por parte de personalidades religiosas e comunitárias para resolver o conflito, porque o próprio Estado se sentia incapaz de fazer valer a sua autoridade. Recordando que este conflito tem uma origem histórica bem conhecida na guerra de conquista do império Mandinga que se estendia do Mali até ao sul de Sahara e à Guiné, que tinha no centro da disputa a capital do império de Gabú '*Kansala*' no leste da actual Guiné-Bissau, na qual os Fulas acabaram por derrotar os Mandingas, causando contudo baixas significativas nas duas etnias (Handem & Rodrigues, 2009: 200).

⁵⁶ Ver o Relatório anual sobre os Direitos Humanos na Guiné-Bissau (2007: 8) in www.LGDH.Org.

250-254, 201-202). No entanto, há quem recorde que o próprio Nino Vieira foi alvo de muitas críticas em 1985/86, por ter usado para dezenas de perseguições, detenções e execuções, o argumento que alegadamente a etnia Balanta pretendia assaltar o poder (Cardoso, 1995: 269).

Um ponto que merece muita atenção é o analfabetismo, já que há uma correlação entre este e os problemas étnicos. Faz todo sentido tentarmos perceber este fenómeno cada vez mais notável na Guiné-Bissau, como podemos verificar pelas práticas habituais dos grupos étnicos que obrigam crianças e jovens a cumprirem certos rituais que valorizam as suas crenças como sendo as prioridades da dignidade humana. Temos como exemplo, por um lado, a circuncisão, que é um fenómeno quase comum a todas as etnias; e, por outro lado, a mutilação genital feminina (excisão ou “fanado da mulher”) que é uma prática essencialmente dos muçulmanos (por exemplo: Fulas e Mandingas)⁵⁷, ambas são feitas ainda de forma tradicional e não garantem um mínimo de segurança de vida (Moura et al, 2009).

Outro facto que poderia servir de exemplo é aquilo a que chamam de “acto de dar em casamento”. Isto ocorre, na base da autoridade total dos pais sobre os filhos, em que os pais podem e devem decidir sobre o futuro marido da filha ou futura esposa do filho. Em muitos casos o casamento acontece quando o(a) jovem não tem sequer a escolaridade mínima (6ª classe) e nem sequer tem a idade prevista na lei para maioridade. Existe também o “dever de sucessão ou da herança da mulher”, em que uma mulher que fica viúva é obrigada a casar com um familiar próximo do ex-marido [o irmão ou sobrinho], sem ser pedido sequer o seu consentimento. Esses fenómenos derivam de práticas costumeiras que entram em choque com o direito legal, entrando aqui de novo a questão dos problemas étnicos. Estas práticas tradicionais são condenadas internacionalmente e devem ser corrigidas de forma a ficarem em conformidade com os direitos humanos fundamentais. É mesmo urgente abandoná-las porque violam os valores sagrados da dignidade humana, e em contrapartida promover a política favorável a todos os cidadãos guineenses. Tal como foi defendido por Catarina Furtado, Embaixadora de Boa Vontade do Fundo das Nações Unidas para a População, a tradição choca muitas vezes com as questões ligadas às políticas de planeamento familiar, impedindo as pessoas de optarem por estas vias, cuja existência desconhecem⁵⁸.

Tanto as questões étnicas como o analfabetismo podem influenciar a pobreza na Guiné-Bissau. Já que a pobreza neste país é mais incidente não só nos agregados rurais como naqueles

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Disponível em <http://aeiou.caras.pt/catarina-furtado-discursa-para-uma-assembleia-de-jovens-e-lideres-mundiais=f32714>.

onde o nível educacional do chefe da família é mais baixo. Os níveis de pobreza que hoje atingem a população guineense são bastante elevados, sendo que, mais de 80% da população vive com menos de dois dólares por dia (Handem & Rodrigues, 2009: 200-202; Rudebeck, 1997: 37). Apesar de tudo, a pobreza deve também ser relacionada com a incapacidade do Estado para responder às necessidades reais do povo guineense, que ocorre quando esta entidade falha no cumprimento do seu dever do princípio de prossecução do interesse público.

As actividades de algumas Organizações Não Governamentais (ONG) e das Igrejas passaram a ser quase as únicas intervenções a favor das comunidades em várias localidades rurais da Guiné-Bissau (sobretudo no domínio do fornecimento de água, construção de escolas, na área de saúde, etc.). A economia não está desenvolvida, registando-se muito pouco desenvolvimento da indústria, que praticamente não existe, ainda que se tenha tentado implementar algumas pequenas unidades fabris entre a independência (1974) e o golpe de Estado em 1980, poucas tiveram sucesso⁵⁹ (Handem & Rodrigues, 2009: 200-202; Rudebeck, 1997: 6-8, 37). A agricultura resiste como principal actividade, no entanto, também se encontra pouco desenvolvida. Em suma, o país encontra-se numa situação de dependência da ajuda externa que funciona como agente “paralisante” da economia nacional (Lopes, 1982: 78-79; Santos, 2003: 27-40).

Estes indicadores não param de produzir outros efeitos como a emigração, que é um dos grandes problemas de muitos países africanos, incluindo a Guiné-Bissau. A guerra contribuiu ainda mais para aumentar a emigração clandestina e o êxodo rural. Hoje, nas regiões rurais da Guiné-Bissau vivem quase exclusivamente pessoas com uma idade avançada. Os campos agrícolas que exigem muita força de trabalho estão na sua maioria paralisados por falta de mão-de-obra. O primeiro destino dos jovens do campo é a capital do país, «a cidade de Bissau», onde procuram formas de emigrar, em especial para a Europa (Handem & Rodrigues, 2009: 201). Ao longo dos últimos anos, a emigração e o êxodo rural fizeram cair a produção no campo. E a insuficiência de mão-de-obra para os duros trabalhos do campo, fez com que a fome atingisse quase a maioria da população rural. Este fenómeno migratório indica que algo não está bem no país, ou pelo menos, que os cidadãos não estão satisfeitos com as condições que têm à sua disponibilidade. Situações de extrema pobreza, perseguições políticas, falta de segurança e

⁵⁹ O país sofreu uma forte recaída depois do Golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980, que trouxe grandes divisões internas e aumentou as dificuldades da população.

de liberdade levam milhares de guineenses a procurarem melhores condições em diversos países do mundo.

No entanto, também muitos emigram para estudar, nomeadamente para Portugal, França, China, Cuba ou Rússia, etc. Uma boa parte destes estudantes acabam por não regressar a Guiné-Bissau, o que provoca baixas enormes em termos de recursos humanos em diversos sectores. Empresas e o próprio Estado vêm-se então obrigados a contratar médicos, engenheiros e professores estrangeiros, o que só faz aumentar a dívida externa do país. Aqui se verificam os verdadeiros efeitos da *"fuga de cérebros"*, problema crónico na Guiné-Bissau e nos países em desenvolvimento, que acabam de novo por agravar a falta de recursos de que o país tanto precisa para combater a pobreza e para resolver muitos problemas que afectam o desenvolvimento.

A pobreza pode também ser um dos factores principais da corrupção e do narcotráfico, característicos de qualquer Estado onde existem relações de poder. No entanto, quando essa corrupção atinge proporções gigantescas, começa a ser um sintoma de que a democracia não está bem. Na Guiné-Bissau, interpretar a corrupção e o narcotráfico associado a esta, exige uma atenção especial aos factores já referidos da pobreza e do analfabetismo. Quando o Estado não coloca os referidos instrumentos de boa governação à disposição dos cidadãos (Cardoso, 1995: 279, Handem & Rodrigues, 2009: 199), muitos sentem necessidade de envolver-se em práticas criminais ou ilícitas, de forma a conseguirem dinheiro e/ou regalias mais fácil e rapidamente. Se acrescentarmos a tudo isto um clima de constante instabilidade política, estão reunidas as condições para o incentivo directo ou indirecto à prática da corrupção e de tráfico de droga.

Em termos sociológicos, o narcotráfico e a corrupção devem ser conceptualizados não como acontecimentos isolados, mas como pertencentes a uma complexa rede de factores inter-relacionados tais como a ineficácia do sistema judicial, a falta de salários em tempo real compatível com o nível de vida, a falta de ordem e segurança no país e o clima de mal-estar que por vezes se verifica entre os órgãos da soberania (Presidente da República e o Primeiro-ministro) – ou seja entre os dois grandes poderes em jogo, o poder político e o poder militar. No entanto, o problema da Guiné-Bissau não se resume no narcotráfico como principal factor de instabilidade política; o narcotráfico veio cair em cima dos problemas de que padece o país desde a sua independência.

O colonialismo português tinha uma filosofia política de dominação que buscava a exploração através de criação de ideologias que dividissem a população guineense em grupos

étnicos diferentes para uma dominação mais forte (Mateus, 2004). Esta divisão teve como consequência indirecta os ajustes de contas após a independência nacional, resultantes do ódio para com os aliados dos portugueses na altura da ocupação colonial (Cardoso, 1995: 271; Kosta, 2007: 286), das contradições internas no próprio partido dominante PAIGC (que já vinham desde a luta armada – entre guineenses) e dos conflitos entre os guineenses e os mestiços cabo-verdianos (por exemplo no golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 que teve como uns dos seus antecedentes as circunstâncias misteriosas da morte do Primeiro-Ministro Francisco Mendes⁶⁰ em 1978, e teve também como consequência a ruptura com Cabo Verde e a transformação do PAIGC naquele país em PAICV). Estes eventos prejudicaram o desenvolvimento do país através de barreiras visíveis ou invisíveis aos “burmedjus” ou descendentes de cabo-verdianos (e outros mestiços) que em muitos casos são competentes e partilham o espírito de patriotismo guineense (Cardoso, 1995: 270; Rudebeck, 1997: 7-8; Silva, 2010: 179, 192-193).

Esta crispação face aos mestiços é evidente na lei guineense, que nega o acesso a postos de chefia no Governo a todos aqueles que não tenham quatro avós guineenses (Kosta, 2007: 221, 712-718; Silva, 2010: 9, 221). Esta lei é inconstitucional na medida em que viola a Declaração Universal dos Direitos do Homem e o artigo 24º da CRGB que consagra o princípio da igualdade. Também constitui um contra-senso num contexto em que muitos guineenses gozam de dupla nacionalidade e, cujos avós não possuem certidões de registo de nascimento. Na situação em que o país se encontra e no mundo actual, não é propício ter uma lei destas. Isto demonstra a falta de igualdade e tolerância que se vive num país⁶¹ multicultural, cujo povo deriva de uma grande diversidade étnica que atravessa os seus longos séculos de história.

As contradições internas provêm de vários conflitos de interesses, egoísmo e de oportunismos políticos que podem ser interpretados nos diferentes contextos em que se

⁶⁰ Francisco Mendes [*Tchico Té*] foi Primeiro-ministro do primeiro governo independente, entre 1974 a 1978. Pertencia à ala nacionalista guineense, que exigia o cumprimento do pacto da unidade e luta entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde. O objectivo do pacto era que, no fim da luta armada, os guineenses ficavam para governar a Guiné-Bissau e os cabo-verdianos iam para Cabo-Verde para governarem o seu país. No entanto, muitos cabo-verdianos ficaram e dominaram o aparelho do Estado guineense, e Francisco Mendes era um dos que estavam a manter pressão para o cumprimento da promessa do pacto da unidade e luta (Silva, 2010: 189-198, 278). Na sua deslocação a Bafatá (leste do país) no dia 7 de Julho 1978, acabou por ser encontrado morto, sendo a justificação dada, um alegado acidente de viação. O seu brusco desaparecimento deixou pistas de suspeitas relativamente às pressões que estava exercer sobre a liderança cabo-verdiana na Guiné-Bissau. Com a sua morte, Nino Vieira passou a ser o Primeiro-ministro e ficou num estado de alerta até à aprovação da CRGB, a 10 de Novembro de 1980.

⁶¹ *Entrevista a Francisco Fadul* (Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau em 1998 e 2000 e actual presidente do Tribunal de Contas). In *Jornal Sol* de 12 de Junho de 2009 (pág. 23).

desenrolam – verifica-se que nenhum Presidente da República da Guiné-Bissau eleito democraticamente terminou o seu mandato legalmente, o mesmo se passando com boa parte dos Primeiros-ministros e de Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas - os seus mandatos acabam na sua esmagadora maioria em golpes de Estado ou assassinatos (Teixeira, 2008: 17; Handem & Rodrigues, 2009: 196-200; Silva, 2010: 250-258). Registamos ainda que, desde a implementação da democracia o país atravessou três golpes de Estado, com três presidentes depostos, várias tentativas falhadas de golpes de Estado e variadíssimas quedas de governo.

Com base nesta ordem de ideias, podemos dizer que o sistema de governo ou a forma do Estado vigente na Guiné-Bissau está mascarado formalmente de regime democrático, mas, na prática o que funciona é muitas vezes difícil de compreender e explicar (Tavares, 2009: 4, 11). Os responsáveis por esta instabilidade são alguns guineenses e também os parceiros da Guiné-Bissau: Portugal (ex-potência colonizadora), o PAIGC, o poder militar, os partidos políticos, a comunidade internacional, a diplomacia francesa que insiste em manter o controlo de Casamansa a favor da vizinha República do Senegal, etc., (Handem & Rodrigues, 2009: 204). É inegável que a história constitui a herança de um povo e que nunca deve ser desprezada. No entanto, no caso da Guiné-Bissau, coloca-se uma questão importante: será que os guineenses estão a conseguir desembaraçar-se dos laços empoeirados desta herança histórica para prosseguir em frente no seu crescimento e desenvolvimento? Ou será que se encontram ainda demasiado presos ao passado, que os impede de abstrair-se dessas sequelas para finalmente progredir?

Um dos maiores dramas da Guiné-Bissau está relacionado com a contradição que existe entre o poder político e o poder militar (Lopes, 1998: 75, 84). Para muitas pessoas ser militar é ainda sinónimo de ser do PAIGC⁶², em parte por causa do art. 4º da Constituição da República de 1973 e 1984, que legitimava o PAIGC como força política e dirigente da sociedade (durante o monopartidarismo). Este artigo só foi revisto em 1991, com a implementação da democracia (Cardoso, 1995: 268; Rudebeck, 1997: 10-11). O PAIGC deixou de ser o que era e transformou-se num partido político. Mas, ao transformar-se num partido político como os outros partidos, não deveria ter levado consigo os principais símbolos nacionais (o hino e a bandeira do Estado) que já eram considerados como propriedades do Estado ou da Nação Guineense, tendo em conta que o próprio PAIGC não passava de um movimento de libertação.

⁶² Disponível em http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/africa/2009/7/32/Militares-sentiram-dificuldades-adaptacao-multipartidarismo,e3a6c7b4-c9a5-4d35-a3b8-e09ba87af5a8.html.

Porque são símbolos que permanecem independentemente de um eventual desaparecimento do partido, eles deveriam ser totalmente independentes de qualquer relação com organizações partidárias. Mas não é só por esta razão que ainda há atritos entre o poder político e o poder militar. Os atritos podem ainda resultar do facto de o PAIGC ter na frente do partido e da nação um esquema de liderança que funcionava com base no sistema de um triunvirato⁶³ - durante os primeiros tempo da democracia, através do sistema de governo⁶⁴ guineense, o então Presidente da República controlava o Primeiro-ministro e o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armada (CEMGFA) (Silva, 2010: 195-198). Com o conflito militar de 7 de Junho de 1998 que culminou com a vitória dos militares, estes acabaram por perceber que afinal a sede do poder residia nas suas mãos. Foi a partir desse momento que o poder político ficou 'refém' do poder militar, até hoje (Kosta, 2007: 387-388, 485-489). Põe-se agora o problema de saber como é possível a modernização das FARP (Forças Armada Revolucionárias do Povo) sem que haja em primeiro lugar uma mudança de mentalidades por parte de dirigentes políticos? Estas questões serão analisadas nas propostas de mudança.

Num mundo onde se encaram os direitos humanos como um dado adquirido, no fundo sem muita importância, o tema do acesso ao direito e à justiça merece cada vez mais uma atenção especial (Handem & Rodrigues, 2009: 199). Tal como outros direitos fundamentais do Homem, o acesso ao direito e à justiça continuam a ser negligenciados um pouco por toda a parte, umas vezes de forma dissimulada (por exemplo, uma pessoa inocente, com poucos recursos económicos, quer seja acusada de crime, terá menos possibilidades de ser ilibado do que uma pessoa na mesma situação que tenha bastantes recursos económicos), outras vezes de forma gritante (por exemplo, a realização de execuções sem que a pessoa tenha tido hipóteses de se defender). Nos países pobres ou em vias de desenvolvimento, em particular na Guiné-Bissau onde as desigualdades entre os cidadãos são enormes, haverá dificuldade no que diz respeito do acesso ao direito e à justiça. Isso é válido para todas as facetas deste direito fundamental, quer quando estejamos a falar do acesso à informação, à consulta jurídica ou ao

⁶³ Trata-se de um pacto político em que o país é governado a cargo de três pessoas. Na antiga Roma, foi considerada a junta de três magistrados (Dicionário Verbo da Língua Portuguesa, 2006: 1203).

⁶⁴ Em termos de principais regimes políticos temos: regime Democrático, Monárquico e Autoritário. Acontece que o regime guineense é democrático. Mas, as formas de Governo podem ser: unitária e Federal. No caso da Guiné-Bissau a forma é Unitária. Quanto ao sistema de governo, este pode ser Presidencialista e Parlamentarista, mas, entre os dois, há ainda um sistema misto que pode ser Semi-parlamentarista com pendor presidencialista ou parlamentarista, mas também pode ser do tipo Semi-presidencialista com pendor parlamentar ou presidencialista. No caso da Guiné-Bissau é Semi-presidencialista com pendor presidencialista, em que o Presidente da República concentrou para si poderes elevados de governação (Kosta, 2007: 459-481; Silva, 2010: 12, 195-202).

patrocínio judiciário. Este direito assume uma relevância ainda maior se o encaramos, como refere Madalena Duarte «como primeira garantia do exercício dos demais direitos» (Duarte, 2007: 3).

Sendo assim a expressão “acesso ao direito e à justiça” não é uma expressão redundante. Assumimos que direito e justiça não são sinónimos, mas andam de mãos dadas. Por isso o acesso ao direito engloba muita coisa, incluindo direito à informação, à consulta jurídica e ao patrocínio judiciário (Duarte, 2007: 2). Do acesso ao direito depende, em grande medida, o acesso à justiça, isto é, o recurso a um tribunal com a finalidade de obter dele uma decisão jurídica sobre uma questão juridicamente relevante. Na realidade, como o “acesso ao direito constitui um estágio pré-judiciário, somente a sua realização e eficácia garantirão uma via judiciária ou um direito à justiça em pleno pé de igualdade”.

O acesso ao direito e à justiça refere-se nas palavras de Cappelletti (1978, cit in Duarte, 2007: 2), a dois objectivos essenciais do sistema jurídico e judiciário: o primeiro objectivo é o de que este deve ser acessível a todos os cidadãos, independentemente da sua classe social, sexo, raça, etnia, religião e orientação sexual – a ninguém pode e deve ser negado o pedido de justiça; o segundo objectivo é o que permita chegar a resultados individual e socialmente justos. É claro que o legislador constitucional teve essa preocupação⁶⁵. Senão, olhemos para o artigo 13º nº 1 CRP, em que concluímos que a sua interpretação revela que, muito embora o princípio da igualdade recomende que todos os cidadãos tenham a mesma dignidade social e sejam iguais perante a lei, subentende-se que não podemos tratar ou julgar todas as pessoas de igual maneira, admite-se que as situações iguais sejam tratadas de maneiras iguais e situações diferentes de maneiras diferentes. Podemos estabelecer uma ponte entre a CRP e a CRGB que, no seu artigo 24º que fala também do princípio da igualdade⁶⁶. Verificamos que em muitos Estados democráticos, formalmente tudo está bem escrito. O mais importante, como sociólogos, é tentarmos ver se os aspectos teóricos se coadunam à prática. Porque, como podemos perceber, há muitos factores em jogo que acabam por criar dificuldades à materialização desses princípios ou dessas regras (falta de recursos económicos⁶⁷, escolaridade mínima obrigatória, etc.) que visam a igualdade de oportunidade no acesso ao direito e à justiça em muitos Estados – e a Guiné-Bissau não é uma excepção, tal como Moçambique (Santos &

⁶⁵ Constituição da República Portuguesa (2003: 11).

⁶⁶ Constituição da República da Guiné-Bissau (Dezembro de 1996: 8)

⁶⁷ PNB *per capita*: 180 USD (2005 BM) ver em www.ipad.mne.gov.pt/

Trindade, 2003, Vol. II). Ambos vivem as mesmas situações. É muito difícil falar de igualdade de oportunidades na Guiné-Bissau, onde os problemas sociais são galopantes⁶⁸ (por exemplo: a taxa de analfabetismo: 48,6% adultos (2003), 58,5% jovens (2003)). Por estas e outras razões, é preciso investir fortemente na educação, exigir do Estado o cumprimento dos seus deveres e das suas obrigações para com os seus cidadãos.

Na Guiné-Bissau é difícil afirmar que as redes de justiça satisfazem as necessidades dos cidadãos. Por tudo o que analisámos até agora, verificamos a existência de um grande vazio neste órgão tão importante, pelo facto de não conseguir corresponder às expectativas dos cidadãos. O Estado guineense, na tentativa de colmatar algumas lacunas face à justiça tradicional, criou os Tribunais de sector. Estes tribunais visam administrar a justiça de forma simplificada com base na ampla participação popular (artigo 1º da LOTS⁶⁹), e foram criados através de um decreto de Concelho de Estado (artigo 133º CRGB). Estes Tribunais têm o objectivo de, com base na equidade, resolver os conflitos de pequenas causas próprias de vivência comunitária, tendo em conta que *"ubi societas ibi jus"* ou seja, onde está a sociedade, está o direito. O país continua a carecer de recursos humanos especializados, bem como de meios materiais de modo a ver-se coberto de tribunais, de juízes e delegados especializados, ao nível dos sectores. Impõe-se a criação de mais Tribunais Judiciais de Sector, caracterizados quanto à orientação processual, por critério de oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre que possível, a conciliação das partes⁷⁰. A criação destes Tribunais foi um passo importante no campo jurídico guineense, uma vez que anteriormente estes casos eram julgados, na sua esmagadora maioria, na base de senso comum, por pessoas que não tinham nenhuma base jurídica.

No que concerne ainda a justiça tradicional, esta permanece activa por um lado, nas instituições familiares e, por outro lado, nas instituições criminais. Apesar da riqueza cultural que resulta desta diversidade étnica, há muito que os costumes foram eliminados da lista das fontes de direito. Há, portanto, um conflito quando ambas (a justiça tradicional e a justiça oficial) tentam intervir em simultâneo. No entanto, esta dualidade não tem de ser negativa; pelo contrário, é importante pensar na identidade africana e admitir uma sociedade pluralista, porque o Estado não deve substituir compulsivamente os meios de justiça tradicional. É possível

⁶⁸ Informação disponível na página www.ipad.mne.gov.pt/

⁶⁹ Lei Orgânica do Tribunal de Sector (13 de Outubro de 1993).

⁷⁰ Lei Orgânica do Tribunal de Sector (13 de Outubro de 1993).

conjugar os costumes e o direito estatal, sempre que tais costumes estejam de acordo com a lei.

Na mesma linha do pensamento, devemos encarar a democracia como uma porta aberta que possibilita a realização dos objectivos dos cidadãos face ao Estado. Sendo assim, este tipo de regime é fundamental para a aplicação de leis laborais que favoreçam todos os trabalhadores, tendo em conta que todos os cidadãos adultos devem trabalhar. A juventude do regime democrático guineense levanta ainda muitos obstáculos à implementação de um diálogo social coeso - por estas razões persistimos na solução da estabilidade política como ponto de partida para a concretização dos ideais democráticos com exercícios sindicais fortes e dinâmicos.

Em termos de dinâmicas sindicais, é de referir que, na época colonial, os sindicatos eram organismos clandestinos, pois apenas os “assimilados” tinham acesso a eles (Leite & Almeida, 2003: 19-20). Só na década de 90, com a implementação da democracia, começaram a surgir vários Sindicatos e Ordens livres⁷¹, nomeadamente a Confederação Geral dos Sindicatos Independentes - Guiné-Bissau (CGSI-GB⁷²) criada em 2000 (Rudebeck, 1997: 10-12). O único sindicato que sobrevive desde os tempos anteriores à independência (criado em 1961) até hoje é a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG). Estes tipos de organizações desempenham funções preponderantes no momento actual, ou seja, na transição pós-conflito, pois a Guiné-Bissau continua com grandes imperfeições em termos da “organização da administração e essencialmente no cumprimento dos acordos com as organizações sindicais no que se refere ao benefício dos transportes, no sentido de evitar confusão social⁷³”. O que contribui para estagnação do desenvolvimento nacional.

Chega agora altura de apontar de forma clara e concisa as falhas dos vários intervenientes do mundo laboral, para posteriormente, na proposta de mudança, podermos sugerir algumas alternativas de medidas que podem ser tomadas, de modo a contribuir para o desenvolvimento da Guiné-Bissau nesta área tão importante. Em relação às falhas dos sucessivos governos guineenses, podemos apontar as seguintes: a falta de diálogo sério com os

⁷¹ Depois da independência, o país era governado com o PAIGC como partido único – força política e dirigente da sociedade guineense -, que também não abriu espaço para o surgimento de sindicatos.

⁷² Da CGSI-GB fazem parte os seguintes sindicatos: SINAPROF – Sindicato Nacional dos Professores; SNTT – Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Transportes (APGB, TAP, ENAG, Marinha Mercante, Viação Transporte Terrestre, Aviação Civil, Meteorologia, Inspeção de Viaturas); SILCOTEL – Sindicato Livre dos Correios e Telecomunicações (Correios, Guiné-Telecom e Guintel); SINJOTECS – Sindicato dos Jornalistas Técnicos da Comunicação Social – (TGB, RDN, ANG, INACEP E Nô Pintcha); SNJCD – Sindicato Nacional da Juventude, Cultura e Desportos e SOJ – Sindicato dos Oficiais de Justiça (Rudebeck, 1997: 10-12).

⁷³ Relatório Nacional da CGSI-GB de 5 de Setembro de 2004.

sindicatos e as entidades empregadoras; um fraco funcionamento da Inspeção Geral do Trabalho e Segurança Social⁷⁴ (IGTSS); falta de cumprimento das normas que disciplinam as relações jurídico-laborais (Antunes & Perdigão, 2006: 1003-1005), e falhas na lei laboral que é incompleta e não cobre todos os casos existentes no mercado de trabalho. Quanto aos Sindicatos e Parceiros Sociais, ambos pecam pela falta de respeito pela democracia. No entanto, uma falha comum a todos estes órgãos, mas também a todos os intervenientes no mercado de trabalho em geral é a falta de informação dada aos trabalhadores tanto sobre os seus deveres como os seus direitos. Este problema é agravado pela alta taxa de analfabetismo⁷⁵ que dificulta a compreensão da lei por parte dos cidadãos, que se deve à grande falta de investimento na educação por parte do Estado guineense com os seus sucessivos governos.

Como sociólogos, seria também benéfico se subscrevêssemos a citação feita pelo Professor Doutor Casimiro Ferreira⁷⁶ – que nos dá a entender que o diálogo social é mais do que essa limitação da LGTG. Isto é, se os sindicatos tivessem poder e influência, seria de esperar que tivessem voz activa durante a implementação de políticas laborais, promovendo a aprovação, promulgação, aplicação de leis justas, benéficas para os trabalhadores e impedindo a entrada em vigor de normas políticas discriminatórias que favorecem a precariedade e o desemprego. O que se verifica na realidade, é que os direitos laborais favorecem cada vez mais os empregadores e cada vez menos os empregados. A acção sindical tem tido muito ineficaz no que refere às crescentes dificuldades dos sectores mais carenciados e mais jovens, deixando os trabalhadores à mercê de novas formas de exploração por parte das empresas, onde imperam os contratos individuais precários (Estanque, 2006).

Um aspecto importante a ter em conta na Guiné-Bissau é o papel da mulher na sociedade. Sabemos que os problemas ligados à igualdade entre homens e mulheres atravessam todas as facetas da vida e a sociedade guineense não é uma excepção. A mulher continua a lutar

⁷⁴ As constantes manifestações e greves da função pública devido ao não pagamento dos salários são uma das provas de que este organismo não está a funcionar correctamente (incumprimento do artigo 3º alínea 1-a), do Capítulo I do Regulamento da Inspeção Geral do Trabalho, na edição nº 31 de 1 de Agosto de 1990 do Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau).

⁷⁵ A taxa de analfabetismo dos adultos é de 70,0%, sendo 83,0% na população feminina. Estes dados encontram-se no Relatório Nacional da CGSI-GB de 5 de Setembro de 2004.

⁷⁶ “Esta é uma concepção pluralista que acentua o facto de existirem diferentes actores sociais, - Estado, sindicatos, associações patronais, empresas, comissões de trabalhadores -, a produzirem e a aplicarem a normatividade laboral a vários espaços sociais – Organização Internacional do Trabalho, União Europeia, concertação social, negociação colectiva, acordos de empresa, regulamentos de empresa, notas de serviços, códigos de empresa, códigos de ética, códigos interpessoais, etc.” (Ferreira, 2005: 257).

para a sua emancipação devido à ausência de ligações nítidas entre a democratização e as transformações na sociedade em geral (Rudebeck, 1997: 38). O que justifica a insuficiência de uma relação entre a democracia e emancipação da mulher, ou seja, a transição de procedimentos não-democráticos para democráticos não é em si nenhuma garantia para estimular a participação emancipadora das mulheres em diferentes áreas económica, política e social da Guiné-Bissau. É um problema que não escapa à análise sociológica de muitos guineenses.

O sociólogo guineense Alfredo Handem, de acordo com os resultados das eleições de 16 de Novembro de 2008, anuncia a nu a maneira como a democracia na Guiné-Bissau ainda concebe a gestão do poder político⁷⁷ - dos 100 postos de deputados da nação, apenas 10 são ocupados por mulheres, sendo 9 deputadas elegeras pelo PAIGC (Kosta, 2007: 463). O mesmo estudo admite a inversão da lógica com a realização e funcionamento das autarquias locais. A Guiné-Bissau não possui um sistema de autarquias locais, o que demonstra a concentração do poder e a centralização dos serviços, que são aspectos graves para a democracia. A implementação de autarquias locais exigirá muito trabalho não só de carácter administrativo e organizativo, mas virá possibilitar aos diferentes partidos políticos de lutarem pelo poder no interior do país e, desse modo, introduzir também a vida local na nova ordem democrática para criar competição entre o público e o privado. Isto poderá também abrir uma porta para a entrada de mais mulheres para cargos políticos.

Como sociólogos não basta ter projectos, leis, meios e pessoas, mas, é preciso coerência entre o discurso e a prática. E para que isso aconteça é necessário que se processe uma mudança de mentalidades em todas as facetas atendendo às realidades e às circunstâncias do país. Nesta linha de pensamento, a Guiné-Bissau precisa da estabilidade política, de um bom governo que inspire a confiança do povo. O governo deve criar condições para a existência e funcionamento de cooperativas como forma de salvar o mercado de produtos agrícolas, atendendo que 87% da população vive da agricultura. Este será um bom investimento para resgatar a nação guineense do vício da dependência da ajuda internacional que, na sua maioria, atrapalha o desenvolvimento do país (Rudebeck, 1997: 48-53). O Estado da Guiné-Bissau precisa de criar estruturas de ligação entre o campo e a cidade, como forma de reduzir a fome, incentivando desta maneira os camponeses e pequenos comércios locais.

⁷⁷ Handem, Alfredo: *A masculinização do novo parlamento* (disponível em: http://www.didinho.org/legislativas_2008.htm).

A questão das ajudas internacionais merece atenção, já que muitas delas acabam por condicionar os investimentos das multinacionais estrangeiras nos países pobres. Por vezes, os dirigentes destas organizações aproveitam-se da fragilidade das estruturas políticas e económicas de países pobres para obterem autorizações por meio de subornos ou pagamentos abaixo do seu valor real (Klein, 2002: 360). Empregam funcionários em condições precárias, não cumprindo os preceitos básicos da lei laboral, de direitos humanos e da responsabilidade social das organizações. As ajudas dos países desenvolvidos acabam muitas vezes por revelar-se prejudiciais, se avaliadas a longo prazo, porque têm implicações que só se revelam posteriormente: uma ajuda nunca é só uma ajuda, implica a retribuição daquele que é ajudado, seja de forma directa ou indirecta (Lin, 2001: 19 cit in Portugal, 2007: 15).

Há um conjunto de pensadores⁷⁸ que têm pontos de vistas idênticos sobre este assunto, como o Economista queniano James Shikwati⁷⁹; o Professor Doutor José Manuel Pureza; o Professor Universitário José Hipólito dos Santos; Samir Amin, Celso Furtado [representantes da escola de desenvolvimento da “teoria de dependência”] e Paulo de Renzio⁸⁰ [o investigador do Departamento de Política e Relações Internacionais da Universidade de Oxford, na Inglaterra]. Todos são unânimes em demonstrarem que a pobreza cada vez maior nos países “subdesenvolvidos” e a “impossibilidade” do seu desenvolvimento resulta da sua dependência em relação aos países industrializados (Santos, 2003: 27-29; Pureza, 2007). Ou seja, argumentam que as ajudas internacionais impedem os países subdesenvolvidos de procurarem soluções para os seus problemas e de desenvolverem o seu mercado interno, devido às constantes importações e doações que vêm do exterior. O sobrendividamento em que os países pobres se envolvem, por indicação dos peritos que vão para “ajudá-los a desenvolverem-se”, acabam por levá-los a uma pobreza cada vez mais extrema. Há quem defenda que dos 100% de ajudas disponibilizadas, os países beneficiários só recebem 25%, o restante é justificado

⁷⁸ Muitos deles escondem a verdadeira filosofia que consiste numa ‘Europa voltada para dentro’. Porque interpretam que uma ‘Europa voltada para fora’ é uma Europa baseada no colonialismo com uma expressão de solidariedade que implica uma sujeição a dominação, em que o mais importante seria criar uma Europa tipicamente europeia (Comunicação de Miguel Portas e subsequente debate, inseridos no Colóquio “A crise económica e financeira: causas e prioridades”, realizado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra a 17 de Novembro de 2008). É importante recordar que, se não fosse a criação de um plano de ajuda por parte dos EUA, o Plano Marshall de 12 Março de 1947, destinado a apoiar os países que saíram arrasados da segunda guerra mundial, seria difícil para a Europa reerguer-se económica, política e socialmente (Carpentier & Lebrun, 2002: 424).

⁷⁹ Entrevista de Diogo Schelp para a Revista. *Veja*, edição nº 1917, 10/8/05 (disponível em: <http://veja.abril.com.br>).

⁸⁰ Disponível em: (http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2009/11/desenvolvimento---ajuda-externa-fragiliza-autonomia-de-pol%C3%ADticas.html).

nas despesas dos seus técnicos (Santos, 2003: 35). Para colmatar estes défices é urgente reduzir as ajudas externas e ter menos intervenientes no processo de distribuição destas ajudas com maior controlo do destino dos apoios concedidos.

Estes argumentos vêm legitimar as fontes da cientista americana Susan George, que revelou um relatório secreto da CIA, em Agosto de 1974, segundo o qual se previa que no futuro haveria falta de alimentos e que isso poderia vir a dar aos EUA um poder imaginável (Santos, 2003: 29-34). O mesmo havia já sido referido alguns anos antes pelo senador americano Hubert Humphrey que discursando sobre a importância da ajuda alimentar, dizia “*e se pretendermos que eles cooperem efectivamente connosco parece-me que a dependência alimentar será uma arma formidável*” (Santos, 2003: 29) – não há frase mais clara que esta fantástica declaração do senador americano. Bem analisados o relatório e o discurso, encontramos provas de que há armadilhas por toda África e para todos os africanos. E são provas claras que nos levam a perceber como é que líderes [governantes ou intelectuais] africanos são manipulados, corrompidos, denunciados, prejudicam o povo e acabam por perder os seus bens que posteriormente são reconvertidos como empréstimos para África. Estas são boas razões para a mudança de mentalidades, do discurso e dos procedimentos.

Por isso faz todo sentido repescar as “3D” referidas na contextualização para chamar a atenção de Portugal e outros países da Europa para evitarem do Bismarckismo moderno para com África, ou seja, a tentativa de fazer separações rígidas e demarcadas entre os diferentes países africanos – países lusófonos, francófonos e anglófonos fragiliza a coesão dos africanos. Numa altura em que a própria Europa procura «derrubar muros e dismantelar postos fronteiriços em nome da unidade pan-europeia» (Mendy, 1997: 27), não faz sentido incentivar os países africanos a comportarem-se de forma totalmente contrária.

Outra grande dificuldade da democratização da democracia na Guiné-Bissau é o facto de existirem numerosos partidos políticos, esquecendo que não é a quantidade que interessa, mas sim a qualidade de partidos políticos que é o sinónimo de uma democracia bem sucedida. Na Guiné-Bissau existem mais de 20 partidos políticos diferentes⁸¹, o que não contribui para o desenvolvimento do país, pelo contrário, propicia um ambiente de grande rivalidade que os leva a uma instabilidade política. Para além disso, uma grande parte destes partidos são uma espécie de “sub-partidos” que emergiram do partido dominante «PAIGC» (Cardoso, 1995: 272-275;

⁸¹ Para mais informações consultar o 8º destacável - Especial Eleições, da Comissão nacional de eleições (2 de Dezembro de 2008). Para Kafft Kosta, até Dezembro de 2004, contar-se-iam 28 partidos políticos legalizados; em Abril de 2005, 21 candidatos presidenciais e para as eleições de Junho de 2007, 33 partidos políticos (Kosta, 2007: 674).

Cardoso, 2002: 24-29; Kosta, 2007: 674), o que revela a falta de credibilidade desses partidos políticos.

Verifica-se claramente que esta multiplicidade excessiva de partidos políticos não é a solução ideal para a democracia. Qual será então? Segundo Giddens (2006), o grande envolvimento dos cidadãos na política está mais relacionado com o associativismo do que com o facto de ter uma filiação partidária. Sendo para isso necessário apostar na sociedade civil que inclui a família e outras instituições de natureza não económica. A sociedade civil é um fórum onde as atitudes democráticas, incluindo a tolerância, têm de ser cultivadas (Giddens, 2006: 76-77; Rudebeck, 1997: 44-47; Teixeira, 2008). Seria importante que a democratização da democracia dependesse também do fomento de uma profunda cultura cívica. Para que isso aconteça é imperativo investir na educação para depois trabalhar a mudança de mentalidades. A aposta na sociedade civil é um dos potenciais para o desenvolvimento do país, pois expressa o verdadeiro sintoma dos cidadãos numa democracia que não está fortemente estruturada.

Por tudo que foi dito até agora, entendemos que a democracia chegou à Guiné-Bissau depois de uma longa batalha entre as duas ideologias dominantes «capitalista» e «socialista» lideradas pelas duas superpotências, os «EUA» e a «ex-União Soviética». Com a derrota da ex-União Soviética em 1989 os EUA transportaram nos anos imediatos a sua ferramenta capitalista para os antigos aliados da potência derrotada como forma de consolidar o seu poder a nível global (Huntington, 1994). Foi neste contexto que a Guiné-Bissau não escapou à regra da dominação do seu sistema económico «capitalista» e do seu regime político - a democracia. Mas, como dissemos, o terreno já estava a ser preparado há longas décadas e revestia diversas formas, começando desde empréstimos contraídos em dívidas do Estado, pacotes de medidas, recomendações, pareceres das grandes organizações, cujas actuações deixaram terreno fértil para a legitimação dos ideais ocidentais cuja liderança é exercida pelos EUA. Foi através destes condicionamentos que a democracia foi implementada na década 90, sem que, contudo, o país tivesse resolvido os seus principais problemas políticos, económicos, sociais e culturais. Mas as soluções têm de ser encontradas com rigor científico para a realidade guineense.

A implementação da democracia na Guiné-Bissau não resolveu os problemas do passado. Por isso, é necessário organizar o país em prol de todos os guineenses. Criar um modelo capaz de reduzir a dependência, a dívida externa e a má imagem do país. Que pense e previna um problema antes do seu surgimento, e responda aos enormes desafios que o mundo actual exige. Tudo implica apostar numa abertura que pode elevar a administração pública, o ensino e a sociedade civil ficarem a um patamar superior de bem-estar.

PROPOSTA DE MUDANÇA

Mudança de mentalidades como núcleo duro dos discursos e das acções para o bem-estar dos guineenses

No que diz respeito a propostas de mudança, uma das mais inovadoras que surgiu nos últimos tempos em relação à reforma das estruturas político-sociais da Guiné-Bissau é a proposta de Emílio Kafft Kosta⁸². Este autor defende que um sistema político deve ser sempre adaptado à realidade em que se insere, não fazendo sentido exigir para a Guiné-Bissau um modelo político de inspiração tradicionalmente Ocidental (Portuguesa), fundado numa sociedade pouco ou nada pluralista como é a sociedade portuguesa (Kosta, 2004: 71). A realidade é que a tradição não tem um papel activo no Estado pós-colonial guineense. Em termos práticos, Kafft Kosta propõe a criação de uma instituição, uma espécie de segunda câmara parlamentar (ou melhor, uma instância *sui generis*) composta pelas autoridades indígenas (régulos e outros chefes tradicionais), que teria um número reduzido de membros e um número de reuniões também reduzidos, criando uma espécie de bicameralismo.

Este organismo teria como funções propor leis e reflectir sobre problemas que afectam ou podem afectar o país, baseado na consensualidade. Em caso de crise esta 'segunda câmara' poderia fundir-se com a Assembleia Nacional para discutir os assuntos em causa (Kosta, 2004: 62-79; Kosta, 2007: 7-10, 242-248, 290-291; Silva, 2010: 7-14). Isto permitiria uma melhor integração dos cidadãos na vida política do país, na medida em que teriam tendência para se identificar mais com as estruturas políticas, neste caso, com este *Bantabá di Garandiss*, *Bantabá di Tera* ou *Bantabá di Tchon*⁸³. O nosso raciocínio como sociólogos leva-nos a remeter para algo que Kafft Kosta não referiu explicitamente, que é a conjugação entre a democracia participativa e a democracia representativa (Estanque, 2006), que poderia ser encontrada através da aplicação deste modelo. Um exemplo que Kafft Kosta refere como extremamente bem sucedido na conciliação entre os dois mundos (tradicional e governamental) é o caso do Botswana. Justificando que este país desenvolve iniciativas como «procura de consensos, a audição da comunidade [...], a valorização da cultura africana, o respeito pela lei» na construção de uma democracia melhor e mais justa (Kosta, 2004: 75).

⁸² Assumimos a posição de tratar em algumas ocasiões a proposta de Kafft Kosta por modelo ou sistema kafftiano tendo em conta a palavra "Kafft" do seu apelido.

⁸³ Todas estas expressões significam uma espécie de assembleia tradicional de anciãos e referem-se à segunda câmara parlamentar proposta por Emílio Kafft Kosta.

Ainda que esta proposta pareça tentadora e conciliadora, cabe-nos questionar a legitimidade deste modelo para a realidade da Guiné-Bissau (Santos, 2003: 19)⁸⁴. Como já foi aqui referido, a Guiné-Bissau é composta por mais de trinta grupos étnicos, que se dividem em mais de cem subgrupos étnicos. As diferentes etnias possuem tradições totalmente opostas e estruturas sociais divergentes, tendo também uma participação diferencial na vida social e política do país. A grande questão que se coloca diz respeito ao número reduzido de representantes face à multiplicidade de subgrupos étnicos. E como se resolvem os problemas referidos atrás (poligamia, excisão, acto de dar em casamento as meninas em idades menores, e o dever de um homem herdar a mulher de familiar falecido (irmão ou sobrinho), etc.)? Sabendo que os chefes tradicionais na Guiné-Bissau são os homens, qual é tratamento que devemos dar às mulheres guineenses face à política de igualdade sexual que se defende actualmente? Outro problema diz respeito às etnias que ao longo destes anos ganharam uma certa autonomia em relação ao grupo étnico considerado de superior hierárquico na sua estrutura piramidal (referimos neste caso, por exemplo, o grupo étnico Manjaco em relação ao lugar sagrado do 'poder' de Baceâral). Isto pode comprometer a criação da segunda câmara proposta por Kafft Kosta. Como sociólogos, devemos alertar para o facto de que não basta ter um bom modelo, é necessário analisar com cuidado os efeitos nefastos que dele podem resultar.

Apesar de utilizar frequentemente este exemplo, Kafft Kosta não esclareceu as razões que fizeram com que o Botswana se tornasse uma das democracias mais estáveis em África. Este país tornou-se independente em 1966, quando se libertou da sua situação de protectorado britânico. O Botswana era nesse ano um dos países mais pobres do mundo e essa pobreza foi acentuada por vários anos seguidos da seca. Foi a partir da década de 70, que o desenvolvimento se tornou sustentável, nomeadamente devido à descoberta das últimas minas de diamantes em África (das maiores do mundo), quadruplicando o seu PIB. Para além dos diamantes, as principais indústrias de natureza mineral do Botswana são cobre, níquel, carvão, sal, soda e hulha⁸⁵.

No entanto, apesar de ser um país maioritariamente desértico, são as suas indústrias importantes ligadas aos cereais como sorgo, milho-miúdo, milho graúdo, amendoins, feijões, sementes de girassol, que garantem as suas principais produções. O ex-presidente Festus

⁸⁴ Ainda que em certa medida, a posição de José Hipólito dos Santos nos pareça sensata, uma vez que nenhum modelo pode ser transferido de um contexto para outro de qualquer maneira, convém relativizar um pouco esta posição, já que os modelos podem ser ajustados e trabalhados, de forma a satisfazerem as necessidades de cada contexto. E devemos encará-los como sendo livros abertos perante os olhos daqueles que sabem e querem lê-los.

⁸⁵ http://www.democraciaberta.com/democracia_forum/ver_topico.php?t=387.

Mogae viria a consolidar o lugar do Botswana como um dos países mais prósperos do continente. Após décadas de implementação de rígidas medidas anti-corrupção, o país classifica-se agora como um dos países menos corruptos da África. Nunca sofreu um golpe de Estado e tem realizado regularmente eleições multipartidárias, prova disso é facto de, desde a sua independência, as eleições terem sempre decorrido sem incidentes que pudessem inviabilizar o processo democrático de legitimação do poder⁸⁶. Desde a sua independência também que se mantém no poder o mesmo Partido Democrático do Botswana (BDP), no entanto, a estabilidade política permanece bem como o desenvolvimento económico. Sob a iniciativa do ex-presidente Mogae de protecção à actividade económica e da cuidadosa gestão dos recursos minerais do país, o Botswana experimentou a consolidação do crescimento económico que tem caracterizado a sua história pós-independência.

Diversos factores explicam o desenvolvimento desta democracia estável. Um aspecto que é quase incontornável na explicação política africana em geral é o aspecto da etnicidade. A segmentação étnica do Botswana é composta por uma etnia principal, os Batswana, que são cerca de 90% da população e por restantes grupos, alguns nómadas, que representam uma pequena minoria. O facto de haver uma etnia principal maioritária facilita a coesão social e permite que esse factor não seja motivo de disputa política associada a factores de natureza ideológica ou partidária. Não há dúvida de que o Botswana é um país africano em franca expansão económica e a par desta expansão também a estabilidade política tem tido um papel determinante na gestão deste território. Mas, o Botswana apresenta os mesmos problemas sociais de interioridade e de difícil acesso às populações associados aos seus padrões de vivência, que outros países africanos apresentam⁸⁷.

Há de facto duas realidades diametralmente opostas no Botswana, que acabam por ser também um pouco a realidade dos outros países africanos. Por um lado, há um mundo rural, onde existe um forte peso dos líderes locais, naturais e onde esse peso continua a fazer dinamizar as redes económicas e sociais dessas populações. Por outro lado, existe um mundo urbano anónimo mas ainda fortemente ligado a solidariedades familiares e de comunidade. Além

⁸⁶ http://www.democraciaberta.com/democracia_forum/ver_topico.php?t=387

⁸⁷ Disponível em <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/botswana/botswana.php> e http://www.democraciaberta.com/democracia_forum/ver_topico.php?t=387

disso Botswana conta com apenas 7 partidos políticos, sendo que o sistema de governo é Presidencialista⁸⁸.

Comparativamente ao Botswana, a Guiné-Bissau não possui um sistema de autarquias locais, o que deixa a população totalmente dependente dos chefes locais ou régulos e estes por sua vez ficam dependentes do Estado e das manipulações políticas. Este é um problema muito importante que põe em causa o modelo Kafftiano. Os régulos são injustamente intimidados, manipulados, corrompidos e por diversas ocasiões foram vítimas⁸⁹ do poder político, acabando por serem usados como meios para influenciar a população, no sentido de silenciarem eventuais posições divergentes face a determinada facção política.

Sugeríamos a Kafft Kosta que seria mais adequado implementar primeiro um sistema de autarquias locais⁹⁰, semelhante ao que foi desenvolvido em Cabo Verde⁹¹, que obrigaria à eleição democrática dos líderes locais. Depois sim, a nível local, poderiam desenvolver-se outras medidas como as que estão a ser aplicadas no Botswana, tal como a realização de assembleias populares, onde a população pode fazer-se ouvir, já que a convicção de Kafft Kosta visa que as altas instâncias de poder indígena devem ter voz e lugar na arquitectura do novo poder ocidentalizado, seja ao nível autárquico como nacional (Kosta, 2007: 242; Silva, 2010: 8-12). No entanto, o Estado deve promover um debate sério para que o fenómeno das autarquias locais não venha a ter o mesmo ou pior destino que a democracia está ter na Guiné-Bissau. É

⁸⁸ Idem. Ver também Kafft Kosta (2007).

⁸⁹ O colonialismo português e o PAIGC mudaram muitas coisas nos grupos étnicos e chefes tradicionais: por um lado, há muitos grupos étnicos que não tinham chefes tradicionais, mas a quem os portugueses impuseram chefes, por vezes até de outra etnia; mesmo nas etnias como os Fulas, Mandingas e os Manjacos, havia toda uma estrutura tradicional de sucessão de chefes que os portugueses não respeitaram porque muitos deles não correspondiam às suas exigências/expectativas. Substituíram os que deviam ser chefes por primos seus ou, instalaram mesmo uns outros sem laços de parentescos com os chefes ou grupos étnicos, expulsaram, prenderam e mataram alguns, criaram situações que retiraram valores e significado às tradições (Lopes, 1982: 104; Kosta, 2007; Cardoso, 1995: 271; Cardoso, 1989: 54). Após a independência, os chefes tradicionais que foram obrigados a exercer essas funções, pagaram pelo mesmo preço que os seus antecedentes pagavam, alguns foram executados em espaços públicos, com a família a assistir. Põe-se o problema de saber se faz sentido recuperar os chefes tradicionais para serem esmagados quando os políticos não os querem, e sem indemnizar os familiares daqueles que foram executados?

⁹⁰ As autarquias locais eficientes requerem uma filosofia política séria de urbanização das cidades. Na Guiné-Bissau não se pode praticamente falar de uma política da urbanização após a independência nacional de 1974; país herdou um sistema deixado pelos portugueses. Hoje em dia é quase impossível dissociar a urbanização das cidades de uma desconcentração de poderes e descentralização dos serviços. Ela é uma das preciosas máquinas do desenvolvimento das nações; continua a ser um grande contributo que a sociologia deu no campo da medicina pela prevenção e redução das doenças infecto-contagiosas. É um estilo de vida para a esmagadora maioria das nações. Esta deve ser uma das apostas para o desenvolvimento da Guiné-Bissau.

⁹¹ Disponível em: http://www.paicv.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=509&Itemid=69.

urgente a modernização da democracia e capacitação dos cidadãos para responderem às actuais exigências que o país aspira alcançar para o bem-estar de todos.

Se analisada de forma mais profunda e crítica do ponto de vista sociológico, a proposta Kaffiana parece esconder ainda algumas imperfeições. A tradição na Guiné-Bissau é um sistema que ao longo da sua existência funcionou mais a favor dos homens, marginalizando de forma brutal e progressiva as mulheres. De acordo com o uso e costume da esmagadora maioria dos grupos étnicos, são os chefes tradicionais que detêm os poderes de decisão para escolherem as mulheres com quem querem casar e não importa se consentem ou não. Põe-se o problema de saber como é que a lei pode permitir que alguém como Ocante Adjibane [é como se estivéssemos a referir o caso de Jacob Zuma ou do Rei da Suazilândia], tal como tantos régulos guineenses, quase sem formação, casados com muitas mulheres e com muitos filhos, possam ter tanto poder e influência? E como podem ser representantes do povo reconhecidos pelo Estado?

Estes são exemplos dos efeitos perversos da tradição. Estas tradições desrespeitam na sua maioria tudo o que é proclamado hoje como ideal para a promoção do princípio de *mainstreaming* de género que se traduz na igualdade entre homens e mulheres. Salvo raras excepções, a mulher tem um papel de subjugação e humilhação nas culturas africanas que deriva do cumprimento de normas tradicionais criadas há milhares de anos e que continuam a legitimar o poder patriarcal. Gostaríamos de saber: porque é que um homem com várias mulheres é admirado e uma mulher com um amante é desprezada tanto em público como pela sua família? A valorização de um povo tem de passar sempre pela valorização da mulher como fonte primária de conhecimento e desenvolvimento de uma nação (Santos, 2003: 126; Keane, 2009: 561). Este é um tema de interesse para todos os seres humanos, porque todos têm ligação incontornável com uma mulher ao longo da sua vida, a mãe (ou a irmã, esposa, tia, etc.). Por outras palavras, não sabemos se faz sentido ter um mundo onde o filho tem mais direitos do que a sua mãe, de quem, aliás, porventura herdou as suas melhores qualidades.

Por estas e outras razões, é importante também que os guineenses percebam que a mudança de mentalidades deve ser acompanhada pela mudança do discurso e dos procedimentos práticos para poder existir coerência entre estes factos ausentes da realidade guineense. Isto é, no caso por exemplo das pertenças étnicas, é preciso identificar-se como guineense e não de acordo com o grupo étnico. Tendo em conta que nas próprias peças de identificações da Guiné-Bissau (Bilhete de Identidade e Passaporte) não constam as referências étnicas dos seus titulares e nem tão pouco estão expressos dos grupos étnicos dos seus pais.

Aplicamos o mesmo raciocínio ao facto de um filho se posicionar do lado do pai, não faz sentido. Estas atitudes são instrumento de diversas interpretações sociológicas⁹².

Bem examinado o sistema tradicional baseado nos costumes étnicos, por um lado, privilegia a exploração do homem pelo homem, onde os chefes tradicionais enriquecem à custa dos seus súbditos⁹³. O que de uma maneira e outra propicia a cultura da corrupção que é uma realidade que deve ser combatida com a contribuição de todos os guineenses. Por outro lado, abre uma vaga de pobreza devido às grandes despesas efectuadas com cerimónias por exemplo, de "*toca choro*" em que os familiares, em particular os filhos, de uma pessoa que faleceu gastam fortunas que poderiam ser investidas em alimentação, educação, saúde de que padecem. Ou seja: se os mesmos bens despendidos nos actos das cerimónias fossem investidos na saúde da vítima durante o tempo de vida, talvez lhe tivessem salvado a vida e esta teria mais utilidade para família e para sociedade em geral.

Para alguns pensadores, o modelo kafftiano cabe numa linguagem técnica que os sociólogos designam de *ressurreição tribal ou étnica*, que é a persistência que alguns Constitucionalistas fazem em acreditar num perfeito casamento entre a democracia e a monarquia constitucional, mas, que é um pouco incorrecto tanto no Ocidente como no resto do mundo, esquecendo que a democracia é um regime para bem-estar de todos os cidadãos de um Estado democrático (Demartis, 2006: 205; Keane, 2009: 849, 876; Giddens, 2004: 426-428). É obrigatório numa democracia respeitar o sistema rotativo dos cargos públicos/políticos e administrativos do Estado, em que o poder não deve ficar reservado para a governação eterna de uma só família.

Na Guiné-Bissau a ressurreição tribal a curto prazo, pode reforçar a discriminação dos mestiços guineenses pelo facto de não terem a representação étnica, mas, a médio e longo prazo, poderá constituir uma armadilha para os nativos guineenses com grupos étnicos em que os mestiços ficarão em vantagem tal como os cabo-verdianos estavam nas épocas anteriores à

⁹² Quando um filho assume a pertença étnica do pai está claramente associada a relação do poder que os homens detêm na sociedade guineense, por gozarem de enormes benefícios que provém da descapitalização que fazem das mulheres guineenses. Subentende-se deste modo que de uma forma directa ou indirecta, a questão da posse dos bens para os homens guineenses reflecte-se nas suas filosofias políticas para a manutenção dos poderes tradicionais.

⁹³ Verificamos por exemplo o grupo étnico Manjaco: no seu território há uma nítida definição fronteiriça entre os principados. Cada principado tem a sua terra de lavoura («bolanha») que não pode ser vendida mas pode ser arrendada. Esse terreno é propriedade da comunidade manjaca. Por cada «bolanha», o líder do principado dá ao seu Rei um certo número de cabeças de gado bovino. O Rei, em contrapartida para ser entronizado, deve levar cabeças de gado bovino ao chefe dos chefes, que é o Rei de *Baceáral* (instância máxima do poder). Antigamente para este acto o rei deveria levar 150 cabeças de gado bovino a Baceáral (Kosta, 2007: 263). Estas riquezas seriam extremamente valiosas para as futuras gerações se fossem bem geridas.

independência nacional. Na Guiné-Bissau este fenómeno vai legitimar o velho sonho de Portugal antes de reconhecimento das independências, sonho que consistia em conceder as antigas colónias aos mestiços de portugueses que serviriam de representantes dos interesses de Portugal. É a partir desta linha de pensamento que podemos explicar as razões da diferença entre o colonialismo português e o colonialismo inglês e francês. Estes países conseguiram colocar boa parte dos seus colaboradores no poder através do sistema do neocolonialismo, mas Portugal não conseguiu.

Este raciocínio do parágrafo anterior tem um acolhimento sintonizado entre uma parte da classe intelectual portuguesa⁹⁴ e um certo sector intelectual guineense. Por um lado, percebemos essa sintonia quando analisamos os pensamentos expressos de alguns intelectuais guineenses ao admitirem que muitos «*guineenses da elite rural nascem no mato ou não são da cidade, e só na idade adulta é que vêm misturar-se com a elite urbana*» (Cardoso, 2002: 1-29; Handem, 2009: 207-214; Silva & Handem, 2003: 93-103). Por outro lado, a nossa interpretação sociológica leva-nos a perceber que a elite urbana guineense se sente encurralada, e a todo custo precisa de encontrar um espaço que lhe permita margem de manobra, porque se torna por vezes difícil a convivência entre grupos de pessoas que não têm os mesmos padrões educacionais. Mas, devemos lembrar que ninguém escolhe o lugar de nascimento, por isso apelamos para que os que sabem ensinem aos que não sabem e lembramos a essa elite urbana das eventuais consequências que podem advir deste conflito.

A recuperação das antigas tradições pela proposta kafftiana aponta, à primeira vista para uma direcção que, Carlos Cardoso considera até certo ponto de «*possível recuperação da elite política tradicional nas estruturas do Estado moderno*» (Cardoso, 2002: 12). À segunda vista esconde o desejo de reivindicar a sua verdadeira identidade étnica, a «língua» que é de toda nação e não de um grupo étnico. A probabilidade desta hipótese ser verdade é maior na medida, em que quem combate um regime democrático como sendo ocidental em substituição de um regime (julgado) típico de África, seguramente não poupará a sua “artilharia pesada” para

⁹⁴ A classe intelectual portuguesa persiste em tentar convencer o sector intelectual guineense de que o regime democrático não é um regime típico para a Guiné-Bissau, com os seus muitos grupos étnicos. Para esta classe, o conveniente seria que este sector optasse por um modelo de enquadramento tradicional que correspondesse à sua realidade, em que a diáspora guineense constituiria um campo de recrutamento importante. Mas esquecem que Portugal tem desprezado os apelos de D. Duarte Pio ‘Duque de Bragança’, herdeiro do trono nacional, que até nas suas palavras considera que um Rei em Portugal é cinco vezes mais barato que um Presidente da República (Kosta, 2009: 7-10; Silva, 2010: 7-14; Diário as Beiras, Sábado: 17 de Abril de 2010, pág. 2). Tudo isto nos leva a questionar se a democracia é um regime típico do Ocidente, sabendo que Portugal (tal como outros países europeus), desde o seu nascimento, viveu num regime monárquico até 1910, data da instauração da República. Mas, só após o 25 de Abril de 1974 é que a democracia se aperfeiçoou verdadeiramente em Portugal.

conquistar o seu complementar que é, neste caso a Língua. Hoje em dia, como é sabido, quase nenhum país africano fala e nem tem a sua própria língua de origem como sendo a língua oficial. Ou seja, quase todos os países africanos falam e têm como a língua oficial a língua do seu colonizador. Este facto, como referimos atrás, já constitui um problema de desenvolvimento de África, pelo facto dessas línguas (do Estado colonizador) não serem dominadas por todos nativos africanos (do Estado colonizado).

A democracia está ligada à manutenção e desenvolvimento da língua portuguesa. Se o regime democrático for descartado a favor de um modelo dito “africano”, há uma grande possibilidade de que a língua portuguesa possa vir a ser também descartada como língua oficial. No entanto, este aspecto não é considerado por Portugal porque este não quer perder o privilégio da língua portuguesa, por ser a sexta língua mais falada do mundo (atrás do Chinês, Inglês, Hindi, Espanhol e Árabe) e a terceira língua europeia (depois do Inglês e do Espanhol), isto é, muito à frente do Alemão, Francês e Italiano⁹⁵.

Com base nesta ordem de ideias, realçamos na mesma a importância da proposta kafftiana no sentido de responder aos apelos de certas classes políticas e sociais defensoras de um retorno as origens⁹⁶. Esta preocupação kafftiana, que segundo um dos seus objectivos principais, consiste em conferir formalmente às etnias o relevo político que elas possuem de uma forma inafastável e de reforçar em muito a autenticidade institucional, poderia criar um contrapeso efectivo ao risco de assunção pelas Forças Armadas do papel de agente político principal (Kosta, 2007: 10, 242-248; Silva, 2010: 8-12, 196). Este aspecto é especialmente importante, se atentarmos à palavras de Carlos Lopes que considera que «o centro da gravidade do poder político na Guiné-Bissau assenta, sem dúvida alguma, nas Forças Armadas» (Lopes, 1982: 75). Esta questão enquadra-se também na sua chamada de atenção peremptória de que «a construção do Estado exige essa conjugação étnica, que está precisamente na base das contradições entre a racionalidade étnica e a racionalidade do poder do Estado. Ou seja, podemos afirmar que a etnia tem, enquanto entidade homogénea, uma ideologia que lhe é própria. Mas o Estado, se nasce da conjugação étnica, é uma instituição centralizada que possui

⁹⁵ *O Português quer estar nos liceus estrangeiros ao lado do Inglês e Francês. In Público, 10 de Junho de 2010 (pp. 2-8).*

⁹⁶ Kafft Kosta não fala explicitamente de um dos valores que a tradição pode ter fornecido à ciência moderna, mas de uma forma implícita está consagrada quando afirma o sistema de matrilinearidade como critério da herança do reinado. Quem herdava do régulo era o filho da sua irmã, porque, ao contrário dos seus filhos (que poderiam não ser seus, caso a sua mulher fosse infiel), ele tinha a certeza que os seus sobrinhos por parte da sua irmã eram realmente do seu sangue. Esta pode ser uma pista primitiva para as descobertas efectuadas sobre o ADN, ou seja, as tradições antigas, apesar de aparentemente atrasadas, revelavam algumas intuições que só viriam a ser confirmadas mais tarde pela ciência.

também a sua ideologia. E é no momento de encontro dessas duas ideologias, de duas lógicas, que há possibilidade de errar nas relações de poderes institucionalizadas. É também aí que é preciso procurar o conceito da nação⁹⁷ - o Estado nasce de uma vontade comum, da expressão da mesma língua, com os mesmos instrumentos» (Lopes, 1982: 34, 77 e ss.).

No entanto, é a partir destas reflexões que devemos começar a trabalhar as questões relacionadas com os camponeses para podermos posteriormente modernizar as FARP, visto que o seu nascimento e a sua fonte de recrutamento estão ligados à vida dos camponeses que provêm maioritariamente da etnia Balanta. Contudo, devido à recepção da proposta kafftiana pela aspiração lopesiana⁹⁸, cabe-nos apresentar as outras alternativas para a solução dos problemas, que possam promover a estabilidade político-militar, desenvolvimento económico, social e cultural para que a nação e o povo guineense possam respirar com alívio, segurança, liberdade e para um progresso duradouro. Para o bem-estar da Guiné-Bissau, parafraseamos a citação de Deng-Xiao Ping⁹⁹: «*não importa a cor do gato, desde que apanhe o rato*», ou seja, para o desenvolvimento da Guiné-Bissau não importa de que etnia, raça e o sexo a pessoa é, desde o momento que seja competente naquilo que faz e partilhe o espírito saudável do patriotismo¹⁰⁰.

Os guineenses devem deixar de lado as suas contradições étnicas, o seu passado para se unirem em prol do desenvolvimento do país e devem, acima de tudo, compreender que todos somos iguais e somos conotados de forma simulada ou não com a realidade da Guiné-Bissau. Por isso é urgente mudar de procedimentos e fazer modernizações necessárias, em particular no sector político-militar do país. Esta modernização deve consistir na criação de condições das Forças Armadas, também deve ser acompanhada pela mudança de mentalidades, procedimentos dos políticos e governantes guineenses que têm por dever darem bons exemplos da boa governação. Estes políticos e governantes guineenses devem lembrar que os militares usam ainda as antigas instalações herdadas do colonialismo português que estão praticamente desactualizadas e inadequadas.

⁹⁷ «Comunidade política (e humana) autónoma, subordinada a um poder central e que ocupa um território com limites definidos» (Dicionário Verbo – Língua Portuguesa. Editorial Verbo (2006: 792).

⁹⁸ Referimos as ideias ou os conhecimentos anunciados pelo Doutor Carlos Pereira Lopes.

⁹⁹ Disponível em <http://www.frasesear.com/web/Citacoes/quotations/assunto.aspx?id=490>.

¹⁰⁰ Trazemos para este caso o exemplo de Calouste Sarkis Gulbenkian, um cidadão de origem Arménia, mas de nacionalidade britânica, nasceu em Istambul (Turquia) e viveu em Lisboa de 1942 a 1955 (ano da sua morte). Doou a sua fortuna ao Estado português (http://www.gulbenkian-paris.org/portugal/accueil_calouste.htm).

Nenhuma destas instalações se encontra equipada adequadamente, o que exige uma urgência em termos de criação de condições necessárias para que os militares possam viver como um cidadão normal, disporem de meios necessários para assegurarem a família, e de gozarem dos seus tempos de lazer, etc. Além de mais precisamos de reflectir sobre outras situações que os levam a perceber de falta de condições, por exemplo, quando se juntam com outros militares num contingente internacional para missões de paz, as conversas, trocas de informações e experiências mantidas, motivam-nos a reivindicar tratamentos mais adequados para a sua condição de militares na Guiné-Bissau. Mas, estas percepções e reflexões não se resumem só aos militares guineenses, reflectem-se também nas outras áreas [da Função Pública] que fazem parte da estrutura governativa do Estado.

Uma das soluções possíveis seria a reformulação do significado que atribuímos às Forças Armadas, ou seja, compreender que ser militar significa muito mais que ser apenas um homem de uniforme, de arma, quartel e de cumprir ordens para intervenção quando houver conflitos ou outros problemas do género. Dentro das Forças Armadas de um país, é preciso ter diferentes áreas de formação, nomeadamente sociólogos, matemáticos, juristas, historiadores, carpinteiros, para que a sociedade castrense (militar) funcione de forma eficaz e auto-suficiente. As Forças Armadas devem ser independentes dos partidos políticos e não devem envolver-se nas decisões políticas do país. O seu estatuto e as suas funções devem ser muito claros para que não possam existir conflitos de poder devido as posições mais esclarecidas. O Estado deve investir na formação qualitativa dos militares, visto que quanto mais formações tiverem mais esclarecidos são, e quanto mais moderados se tornarem, o povo e o Estado sentem mais segurança, estabilidade e liberdade.

A partir destas compreensões, é urgente encontrar um líder capaz de criar um staff credível, com estruturas democráticas eficazes, para poder dar um bom exemplo da governação ao país e de convencer os políticos, partidos e o povo em geral de que os guineenses não são dos mais atrasados em África. E que a mudança de mentalidades em coerência com a mudança de discursos dos governantes da Guiné-Bissau são os primeiros passos para a materialização de mudanças de procedimentos, para que o país possa caminhar em direcção ao desenvolvimento. Já vimos que o papel do líder é fundamental para a credibilidade da política e dos políticos, caso contrário torna-se difícil para a democracia representativa ter acolhimento do seu congénere «democracia participativa». O povo guineense precisa de auto-estima, de ver para crer nos políticos que a liderança é a espinha

dorsal da governação, tal como os sul-africanos acreditaram no Nelson Mandela, e hoje estão a colher os frutos dessa confiança.

O caso Nelson Mandela vem comprovar o equilíbrio das propostas de Platão e de Aristóteles, pois ambos preconizam que é: “preferível ser-se governado pelo melhor homem e pelas melhores leis. Como é patente Platão opta pela primeira alternativa, enquanto Aristóteles abraça a última. Com efeito, Platão, fiel à sua cidade ideal, prefere o governo daquele que é protegido pela virtude (verdadeiro saber e a verdadeira razão), que, muito naturalmente, se coloca num plano superior às leis. Há que registar, contudo, uma reponderação desta abordagem, feita por Platão na sua fase de maior maturidade, quando o mesmo descobre que não se deve estabelecer uma autoridade demasiado poderosa e que não seja temperada através da lei” (Kosta, 2007: 50).

É neste paralelismo de Platão com Aristóteles (o governo dos melhores homens e o governo das melhores leis) que nós enquadrámos a mentalidade e acção de Nelson Mandela. Na verdade estes pensadores complementam-se, isto é, um bom regime necessita de boas leis e principalmente de um bom líder, porque segundo Platão o regime pode ser até bom, mas depende de quem estiver no seu comando, o que pressupõe que se o seu líder tiver a mentalidade de ditador o regime será conotado com a ditadura, tal como já assistimos na Europa dos anos 30 do século XX em que muitas democracias se transformaram em ditaduras devido às mentalidades e os procedimentos de muitos líderes europeus.

Com base nesta linha de pensamento, subscrevemos a tese lopesiana¹⁰¹ que advoga que a África (e especificamente a Guiné-Bissau) está viver uma crise de liderança. Há líderes capazes, mas a maioria ainda é um mau exemplo. Temos hoje uma noção de desenvolvimento mais sofisticada do que a que prevalecia há 20 ou 30 anos, o que significa que é preciso dar espaço para que os países encontrem as suas próprias vias. É nesta lógica que anunciamos precisamente uma das alternativas possíveis para a Guiné-Bissau baseada num modelo que designamos de Duplo Mandato de Governação Alternado de nove mais nove anos (DMGA-&-9)¹⁰². Nesta lógica de dois mandatos alternados devemos aplicar a adição. Isto é, a soma do primeiro mandato com o segundo mandato são dezoito anos [9 + 9 = 18], é metade dos 36 anos decorridos entre a independência nacional [Setembro de 1974] até ao presente momento

¹⁰¹ http://www.didinho.org/Foreign%20Policy_Jan%202010.pdf (A ONU vista de dentro. In Foreign Policy/Edição FP Portugal, de Janeiro de 2010).

¹⁰² Uma das filosofias deste modelo consiste em “emagrecer” o governo (e assembleia) e torná-lo mais flexível. É um modelo que corresponde a uma fase de maioridade de um cidadão. Com este modelo é possível desarmar os civis que ainda possuem armas resultantes da guerra pela independência nacional.

da democracia na Guiné-Bissau [Setembro de 2010]¹⁰³. É tempo suficiente para corrigir os erros cometidos até agora e ter uma nova geração de políticos com uma sociedade civil mais esclarecida, com mais habilitações, menos corruptos e mais preparados para enfrentar os novos desafios que não param de desenvolver.

Mas, para o melhor funcionamento deste modelo de DMGA-&-9 será necessário copulá-lo com um órgão multidisciplinar centrado num conjunto de áreas centrais para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, que nesta ocasião designamos por 'Áreas de Estudos' que será assim um 'Órgão Consultivo, Multidisciplinar e Imparcial' (AE-OCMI). Este novo órgão, baseado, não nas diferenças étnicas, ideológicas ou partidárias, mas, formada por uma equipa multidisciplinar imparcial, que terá como um dos seus principais objectivos, criar debate na sociedade e servir de órgão consultivo de decisões. É uma espécie de poder supervisor independente e imparcial que serve de articulação entre os três princípios da separação de poderes com os partidos políticos num diálogo permanente com a sociedade civil e os privados ou com organizações não-governamentais para a construção de uma democracia sólida.

Seguindo a mesma linha de pensamento, este órgão AE-OCMI pode ainda actuar como "*cláusula travão*" da fuga e rapto de cérebros para os países desenvolvidos; pode também servir de importação e inclusão de cérebros através de criação de condições necessárias, promovendo deste modo uma maior liberdade para aqueles que não têm e nem gostam de filiar-se nos partidos políticos. Mesmo sem ligações partidárias, podem trabalhar como independentes, no sentido de averiguarem a coerência entre o aspecto formal do Tratado Político de Governação (TPG) e o exercício material da governação. Isto é, poderá funcionar como forma de resolver os mal-entendidos entre governantes e governados através da transparência na gestão do bem público. Este órgão (AE-OCMI) pode permanecer enquanto o TPG estiver em vigor, isto é, mesmo com a suspensão do modelo DMGA-&-9 na cessação do seu mandato.

Um dos objectivos do modelo DMGA-&-9 na sua primeira fase é de encontrar um consenso partidário entre os partidos políticos (e a sociedade civil) para redefinir o sistema de Governo e a forma do Estado que são mais adequados ao ambiente político, económico, social e cultural da Guiné-Bissau. Inicialmente deve formar um Governo de Base Democrática (GBD),

¹⁰³ E mesmo se tivéssemos em consideração o ano da criação do PAIGC, este critério encaixava-se sem problema. Isto é, seria: 54 anos passados desde a criação do PAIGC em Setembro de 1956, 36 anos passados desde a independência em Setembro de 1974 e duas décadas da implementação da democracia desde década 90 até Setembro de 2010. Ou seja: seria $54 \div 3 = 18$ o que ia de novo ao tempo médio do nosso modelo $9 + 9 = 18$. Portanto, esta hipótese é melhor, inspira confiança e vem facultar à democracia guineense um grande instrumento.

que é uma coligação nacional¹⁰⁴ (pode ser por humildade política do partido vencedor das eleições legislativas) com as grandes figuras políticas e intelectuais guineenses. Nesta fase do primeiro mandato do modelo de DMGA-&-9 com o GBD, o Estado deve lutar para combater o afro-pessimismo dos guineenses, aproveitar de pôr um conjunto de medidas em andamento para criar um estímulo e encorajar a participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento do país. Neste conjunto de medidas, a mudança deve partir de cima. Visto que a política regula tudo, deve começar-se pelas atitudes dos políticos e governantes, exigindo que os seus procedimentos sejam exemplares¹⁰⁵ em virtude de fomentar a auto-estima dos cidadãos.

Na segunda fase do mandato do modelo de DMGA-&-9, é imperativo para o GBD ter a esmagadora maioria de projectos em ordem para poder aprofundar os debates para a elaboração de um Tratado Político de Governação (TPG) coeso. Este tratado vai definir as novas estruturas políticas e económicas do país. O modelo de DMGA-&-9 representado pelo GBD deixaria de funcionar no fim desta segunda fase, e seria congelado enquanto não houver crispamento político-militar ou tensão política que possam pôr em causa o TPG e o Estado democrático na Guiné-Bissau (neste caso, o modelo poderia regressar por dois ou três anos). Mas, em substituição ao modelo DMGA-&-9, o TPG passa a vigorar como o novo mapa político guineense, ou seja, passa a ter quase o mesmo valor que a Carta da Independência tem para os EUA. É nesta nova ferramenta do Estado que vamos encontrar os principais procedimentos da governação para a estabilidade política e o desenvolvimento do país. Entre os quais: a política de igualdade sexual, investimento do Estado na educação, saúde, justiça, agricultura, energia, direitos humanos, ambiente e cooperação com outros Estados, etc.

¹⁰⁴ Sempre que há um problema nos governos democráticos, a tendência é recorrer a um governo de coligação para apaziguar a situação. De acordo com a experiência democrática na Guiné-Bissau, estes governos são os que funcionam melhor e é aqui que há possibilidade de criar medidas que incentivem as mulheres e os pobres a participarem na política, os chefes tradicionais e os corruptos a terem condutas adequadas aos princípios democráticos, a classe política e militar de conquistarem a confiança e o respeito que há muito desejavam alcançar. É nesta ocasião também que há possibilidade de pedir um divórcio definitivo entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, visto que, ao longo desses anos o ambiente político entre eles tem sido de grande instabilidade democrática. E para que haja a estabilidade democrática na Guiné-Bissau é urgente resolver este problema de uma vez por toda durante a vigência do GBD. Isto é, o regime democrático vai ter de optar por um dos sistemas de governo: «sistema parlamentarista» ou «sistema presidencialista».

¹⁰⁵ Por exemplo, os políticos devem deixar de esbanjar tesouros do Estado em automóveis de luxo que, se forem convertidos para viaturas simples, muitos outros funcionários públicos poderão também beneficiar de meios de transporte; devem construir hospitais onde podem ser tratados quando estiverem doentes, ao invés de desperdiçarem dinheiro em constantes deslocações para tratamentos no exterior - isto pode servir para a valorização dos quadros técnicos de saúde da Guiné-Bissau; outro procedimento exemplar seria que os governantes fizessem a declaração dos seus bens na tomada de posse e recusassem as pensões vitalícias enquanto não forem para reforma.

A política de cooperação para o desenvolvimento do país deve deixar de centrar-se no envio de dinheiro, géneros e técnicos [ou tecnologias], que actuam de forma pontual, que acabam por desaparecer e não oferecem assistência nem manutenção. O objectivo desta cooperação passa a ser, pelo contrário, a formação de técnicos locais na agricultura e indústria; o incentivo ao desenvolvimento de universidades e pontos de investigação na Guiné-Bissau, para que os guineenses possam criar as suas próprias tecnologias, e formar os seus próprios técnicos. Nas palavras de Confúcio: “É mais importante ensinar a pescar do que oferecer o peixe” (551 a.C. – 479 a.C.). E o seu enquadramento nas palavras de James Shikwati¹⁰⁶: “quando damos a esmola a um mendigo e voltamos a vê-lo na rua no dia seguinte, não podemos dizer que ajudamo-lo. Ele continua a mendigar [...]. Precisamos de tirar o mendigo da rua [...]. Temos de descobrir as potencialidades desse mendigo [...], pois, isso sim estaremos a melhorar a sua vida”. O que implica que a Guiné-Bissau necessita é de uma *chance* para ser capaz de administrar e canalizar a sua própria riqueza. Mas isto não significa que a Guiné-Bissau deve deixar de cooperar com outros Estados.

Com estes instrumentos [DMGA-&-9; GBD; AE-OCMI; TPG] à disposição do regime democrático guineense, é por humildade científica e política que convidamos as diferentes propostas e sugestões a respeito dos chefes tradicionais, para se juntarem connosco numa reflexão para o melhoramento da democratização da democracia na Guiné-Bissau (Eco, 2009: 159-160; Keane, 2009: 863-864). Porque criar uma segunda câmara com um representante de cada etnia, só iria ainda fomentar a divisão étnica e conflito, o que não é oportuno na situação em que a Guiné-Bissau se encontra. O que o país precisa é de unir os seus cidadãos em torno dos objectivos comuns, recorrendo para isso a esta equipa de pessoas especializadas, que permitam e têm visões mais claras dos problemas existentes. E que promovam projectos favoráveis ao desenvolvimento e à implementação da meritocracia/tecnocracia na sociedade guineense.

Na melhor das hipóteses, este órgão [AE-OCMI]¹⁰⁷ teria a seu cargo a articulação entre um conjunto estabelecido de áreas-chave prioritárias para o desenvolvimento do país: 1) função

¹⁰⁶ Entrevista de Diogo Schelp para a Revista. *Veja*, edição nº 1917, 10/8/05 (disponível em: <http://veja.abril.com.br>).

¹⁰⁷ Teria também a seu cargo a função de examinar junto dos serviços Públicos casos de funcionários com dois ou mais empregos para proceder de imediato à escolha de um dos empregos preferido pelo funcionário, no sentido de permitir o acesso ao emprego por parte de um maior número de pessoas. Sobre este caso podemos dar o exemplo de alguns deputados que são ao mesmo tempo professores, conselheiros, assessores, consultores, etc. Se for no caso dos deputados da nação, a nossa sugestão será de que, cada deputado deverá viver, durante o tempo do seu mandato, junto do círculo do seu eleitorado. Isto é, para acompanhar e viver a realidade dos seus representados eleitores.

pública (educação, saúde, justiça, agricultura, direitos humanos); 2) ambiente; 3) defesa e segurança; 4) cultura e apoio social; 5) património e turismo; 6) ciência e tecnologia (energia); 7) cooperação e relações internacionais; 8) etnia e religião; 9) RSO (sociedade civil, sindicatos, ordens, associações, ONG,s) e empresas de bens e serviços (estas áreas são apenas um exemplo, devendo ser discutidas e definidas em debate pela equipa multidisciplinar em conjunto com o governo, partidos políticos, sociedade civil, etc.). A par destas áreas, há seis sectores que são prioritários e transversais a todas elas: educação, saúde, justiça, agricultura, direitos humanos e ambiente. Mas, ainda entre estas seis áreas há duas, «direitos humanos e ambiente» que não podem ser encaradas isoladamente pois perpassam todos os domínios de intervenção e devem sempre estar presentes na mente e nas acções de todos os guineenses, principalmente dos envolvidos politicamente no processo de desenvolvimento do país.

O TPG deve consagrar um conjunto de medidas, tais como a alteração do tempo de mandato por seis anos para grandes cargos do Estado (Presidente da República ou Primeiro-ministro, Ministros, Secretários de Estado, CEMGFA, Deputados da nação, Directores de serviços, Presidentes (STJ, TC, PGR, Sindicatos, Ordens, SC)), sem permissão da recandidatura (ou recondução) para o mesmo cargo na próxima eleição. O prazo de seis anos de mandato é adequado a realidade guineense porque, os prazos actuais se adequam aos países desenvolvidos cujas estruturas democráticas estão bem montadas e que não dificultam o normal funcionamento do corpo político recém-eleito de exercer o poder. Mas, em relação à jovem democracia guineense, cujo sistema administrativo, comparativamente aos países desenvolvidos, apresenta um atraso em diversos sectores do aparelho estatal, obriga-nos ajustar o tempo de mandato de forma a que se coadune com o nível do desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Esta medida de não se deixar recandidatar ou ser reconduzido para o mesmo cargo é uma forma de facilitar a rotação de poder e de evitar o vício dos políticos ficarem agarrados ao poder. Além disso, os funcionários públicos, enquanto estiverem em condições normais não devem ter direito a pensões vitalícias, isto para não prejudicar o sistema financeiro do Estado. Outra medida importante que deve constar do TPG e que será fiscalizada pelo órgão AE-OCMI diz respeito à fiscalização de membros do governo (Presidente da República, Primeiro-ministro, Ministros, Secretários de Estado, etc.), de forma a não viajarem para o estrangeiro, em menos de um ano após tomada de posse, com fundos de Estado e com justificações de pedidos de ajudas internacionais ou de tratamentos médicos. Deve-lhes ser exigida antecipadamente uma visita a nível nacional para constatarem a realidade do país, visto que acabam por conhecer melhor o estrangeiro do que o território nacional. A figura política em causa deve apresentar o

conteúdo da sua missão à AE-OCMI, de forma a contribuir para o diagnóstico das necessidades mais urgentes.

Um outro aspecto importante é investir fortemente no desenvolvimento do desporto, em paralelo com as outras áreas. O desporto é um instrumento de coesão social e a concorrência para a liderança dos clubes pode reduzir o grande conflito que as pessoas fazem para alcançar cargos políticos. Olhamos para o Ocidente, onde esta área constitui fonte de afirmação (poder, dinheiro, reconhecimento, etc.) - há pessoas que preferem ser presidente de um clube de futebol do que ser um membro de governo. A mesma lógica se aplica as outras áreas, com categoria por exemplo de um Empresário, Autarca, Agricultor, Artista, e na melhor das hipóteses ir para a Universidade. Há quem prefira ser académico ou universitário, ser reitor, investigador, conselheiro, assessor, gozar de sabedoria, respeito, poder, do que ter uma tarefa política ou desportiva etc. No fundo é valorizar os méritos com base na diversificação das escolhas feitas.

O TPG vem instituir um conjunto de projectos e medidas controladas com rigorosidade pelas AE-OCMI, em que o programa do partido político que chegar ao poder será mero instrumento complementar que eventualmente possa ser aceite se houver 'aspectos inovadores' do interesse público também aprovados pelos órgãos competentes do Estado. Isto é, para prevenir a implementação de políticas desajustadas de um partido com "maioria absoluta" que em muitas situações não presta atenção à oposição e à sociedade civil, ou seja, acaba por ser uma 'cláusula travão' de posteriores coligações partidárias ou parlamentares que sirvam os interesses de certos partidos políticos sem, no fundo ter em consideração a prossecução do interesse público. Mas, os referidos projectos não se limitam ao campo político, vão ser estendidos a todas as facetas da democracia guineense.

Portanto, a democracia na Guiné-Bissau, passando por uma mudança de mentalidades, é um processo que exige muito trabalho, muita vontade, e participação para a construção da nação guineense. Para isso precisamos de um modelo que permita a materialização de iniciativas, porque com todos os problemas que afectam a Guiné-Bissau, não é um mandato de um partido com a liderança, durante quatro anos que pode tentar resolver os problemas do país, e as pequenas mudanças nem sempre podem ser encaradas como sinais de desenvolvimento ou estabilidade política. Mas, há um conjunto de problemas que podem ser resolvidos com passos lentos e seguros, através, por exemplo, das principais soluções apresentadas nesta dissertação, com base num diálogo e debates de ideias articuladas com todos os guineenses e outros interessados em contribuir para o bem-estar da Guiné-Bissau.

CONCLUSÃO

Tendo em conta todas as considerações feitas ao longo desse trabalho, resta convencer-mos de que nenhuma mudança em curso deve subestimar a nossa luta para a construção de uma democracia sólida capaz de resgatar milhares de indivíduos pobres, desempregados, que morrem por falta de meios para resolverem os problemas de saúde, cidadãos empurrados para o analfabetismo, crianças vítimas de diversos tipos de abusos, órfãos, etc., são sofrimentos que poderiam ser evitados se os Homens se juntassem e dialogassem em torno de um objectivo comum. Acrescentamos a importância dos guineenses apostarem na democracia como processo de mudança de mentalidades. Esta temática deve ser abordada em conjunto com as outras temáticas de grande importância, como por exemplo as das áreas de estudos que são transversais a todas as áreas (educação, saúde, agricultura, justiça, direitos humanos, ambiente).

No que toca ao domínio da igualdade de género, por um lado, poderia 'reciclar-se' a filosofia política prevista por António Guterres em 1999, baseada na criação de um ministério para a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens (Ferreira, V., 2000: 14). Apesar de esta política ter falhado (em parte por nunca ter sido levada muito a sério), achamos que seria pertinente reciclar esta política para este tema – igualdade de género no âmbito da cooperação para o desenvolvimento – acrescentando-lhe, contudo, todos os requisitos necessários para a sua plena organização, relação e a eficácia do seu funcionamento, nomeadamente a atribuição de um orçamento especial, por parte do Estado, para financiar estas políticas. Ser-lhe-ia ainda atribuída competência exclusiva para decidir por tratamentos mais favoráveis entre mulheres e homens. E por outro lado, seria pertinente também importar para a Guiné-Bissau o exemplo da democracia cabo-verdiana: o governo em exercício demonstrou o respeito pelo cumprimento do princípio de *mainstreaming* de género (Ferreira, V., 2000: 17), nomeadamente da lei de paridade (são no total dezasseis ministros/as, em que há oito ministros e oito ministras¹⁰⁸). É um caso louvável em pleno século XXI, em que estamos assistir à crise da democracia, dos valores sociais e em que esta esmagadora maioria [as mulheres] continua a ser vítima do modelo patriarcal.

Gostaríamos também de importar o modelo sul-africano, no qual Nelson Mandela pôs em marcha uma política de reconciliação nacional, graças à comissão «*Verdade e Reconciliação*»¹⁰⁹

¹⁰⁸ http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=19&Itemid=34

- para a Guiné-Bissau seria uma forma de estabilidade política, social e de repor a justiça a funcionar, já que não é possível trazer de volta os familiares mortos, mas, tentar reparar os prejuízos causados, para que cada familiar possa saber do que passou com a sua família morta e diminuir o clima de tensão, ódio que se vive no país. Além disso torna-se difícil fazer uma justiça equilibrada com as ondas de turbulências que se fizeram sentir ao longo desses anos. Deve também proceder-se à reparação e construção de prisões de alta segurança, onde os condenados podem entrar como prisioneiros ou criminosos (sem emprego nem qualificação), e sair já com uma profissão; criação de infra-estruturas e implementação de cooperativas como forma de estabelecer a ligação entre os camponeses e a cidade, e de apoiar os camponeses no escoamento dos seus produtos; desenvolver a política de urbanização das cidades para motivar a desconcentração de poderes e descentralização de serviços administrativos através das autarquias locais onde as vozes dos cidadãos passam a ser ouvidas.

No que toca a política de cooperação para o desenvolvimento, a Guiné-Bissau deve privilegiar e promover os Estados interessados no desenvolvimento do país, mas, de preferência, Portugal deve beneficiar de um estatuto especial por razões de compromisso histórico, cultural, político-militar, económico e científico. Nesta cooperação o desenvolvimento da língua portuguesa na Guiné-Bissau vai ser um imperativo do Estado guineense, aliado ao combate do analfabetismo e da iliteracia. O país deve saber agarrar as oportunidades, pela posição que a própria língua portuguesa tem ocupado no contexto actual da globalização. Esperamos uma cooperação forte e saudável entre a Guiné-Bissau e Portugal como forma de corrigirem os erros do passado, tais como: a urgente necessidade do Estado guineense repor todas as estátuas construídas/erguidas pelos portugueses na Guiné-Bissau, que foram derrubadas após a independência nacional. Visto que a preservação da herança cultural com todas as memórias vivas através dos seus monumentos constitui o orgulho e respeito de um povo que sabe distinguir o passado, valorizar o presente e projectar um futuro melhor; pressionar Portugal pela manutenção dos patrimónios culturais erguidos na Guiné-Bissau; exigir de Portugal o pagamento de pensões ou reformas dos seus antigos comandos africanos; o Estado guineense deve também apoiar os seus antigos combatentes no sentido de não criar desequilíbrios entre as diferentes partes. O reconhecimento desses erros é dos primeiros passos que a nação guineense e a nação portuguesa podem dar para a estabilidade política e fortalecimentos de relações.

¹⁰⁹ Mandela, Nelson. In *Discursos que mudaram o mundo* (2010). Coleção Livros que mudaram o Mundo do Jornal Público. Oeiras: AD ASTRA ET ULTRA, SA.

O Estado guineense deve preparar um Código de Investimento à altura dos investimentos que são necessários para o desenvolvimento do país; repensar as questões de ajudas ou doações internacionais num quadro de capital social como “investimentos nas relações entre os Estados com proveitos esperados no mercado”. Deste ponto de vista analítico o mercado pode ser económico, político, de trabalho ou a comunidade (Lin, 2001: 19 cit. in Portugal, 2007: 15). Parafraseamos que os países doadores se envolvem nestes gestos de modo a obterem mais-valias para os seus bolsos. Com base nesta lógica, esperamos que os guineenses passem a consumir o que é produzido no país e não adoptem a política de “produzimos o que não consumimos tal como consumimos o que não produzimos”. Afirmando desta forma a política da soberania e da segurança alimentar a nível interno e também internacionalmente.

Referente ao projecto político que apresentamos para solucionar muitos problemas que assolam a nação guineense, é pertinente que seja debatido e abraçado com maior urgência possível. É um projecto da raiz sociológica com muita ponderação do contributo histórico, político, jurídico, social e com a qualidade elevada do rigor científico. Isto é, no contexto em que a Guiné-Bissau se encontra, perante os desafios que o mundo actual coloca, só um modelo como este pode responder de forma defensiva e ofensiva os exércitos da globalização. Já percebemos que a mudança de mentalidades só por si é vaga, mas, para o seu melhor funcionamento, necessita de ser complementada com a retórica dos discursos e dos procedimentos exemplares da nação guineense que deve obedecer a uma certa hierarquia (governantes, políticos, decisores, governados, etc.).

Esta trilogia de articulação (mudança de mentalidades, discursos e procedimentos exemplares) precisa de um suporte para a sua materialização – o DMGA-9; GBD; AE-OCMI; TPG. Não é um modelo exclusivamente guineense, porque pode ser partilhado com qualquer Estado que queira tornar eficaz a sua democracia. Também não se trata de um modelo regido na medida em que pode ser flexibilizado e ajustado de acordo com as expectativas e realidade de cada nação interessada nele. Com base nesta ordem de ideias cabe-nos reafirmar que com este modelo sofisticado à disposição da nação guineense, poder-se-ão combater e reduzir de forma drástica todos os problemas anunciados nesta dissertação, de (re)atribuir aos guineenses, amigos e simpatizantes da Guiné-Bissau, a paz, ordem, segurança, liberdade, dignidade, progresso e bem-estar merecidos. Com este modelo a Guiné-Bissau pode provar que nada de grande se realiza sem paixão. E todas as paixões devem ser encorajadas, porque a paixão conduz a criatividade e esta é a arte da eficácia do desenvolvimento e do sucesso.

BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, J. J. (2006). Prefácio. In C. Antunes & C. Perdigão. *Legislação do trabalho nos países de língua portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Almeida, Carolina Ferrari de (2002). Papel Social da Mulher. *CienteFico*. Ano II, v. I, Salvador (disponível em: <http://www.frb.br/ciente/Textos%20CienteFico%202002.2/PSciologia/Sexualidade/Reflex%F5es%20Cr%EDticas/Papel%20Social%20da%20Mulher.pdf>).
- Almeida, Miguel de Vale (2002). *Um mar da cor da terra: raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Antunes, C. & Perdigão, C. (2006). *Legislação do trabalho nos países de língua portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Arendt, Hannah (2007). *A Promessa da Política*. Antropos. Lisboa: Relógio D'Água.
- Aristóteles (1998). *Política*. Veja Universidade/Ciências Sociais e Políticas Lisboa: Veja.
- Astelarra, Judith (2005). *Estado y Políticas de género, Veinte Años de Políticas de Igualdad*, Madrid: Ed. Cátedra.
- Baudart, Anne (1996). *A Filosofia Política*. Biblioteca Básica de Ciência e Cultura. Lisboa: Instituto Piaget.
- Bauman, Zygmunt (2001). *Modernidade Líquida*. Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Zygmunt (2006). *Amor Líquido*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Bauman, Zygmunt (2007). *A Vida Fragmentada: Ensaios sobre a Moral Pós-moderna*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Bobbio, Norberto (2000). *Teoria Geral da Política*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Bobbio, Norberto (2003). *O Filósofo e a Política - ANTOLOGIA* (Org. e apres. José Fernández Santillán). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola & Pasquino, Gianfranco (2004). *Dicionário de Política* (2 vols.). Brasília: Editora UnB.
- Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau – Suplemento (Lei Orgânica do Tribunal de Sector). Edição nº 41, de 13 de Outubro de 1993.
- Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau – Suplemento. Edição nº 31, de 1 de Agosto de 1990.

- Bull, Benjamim Pinto (1989). *O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria*. Lisboa: Inst. de Cultura e Língua Portuguesa; Bissau: Inst. Nac. de Estudos e Pesquisa.
- Cabecinhas, Rosa (2007). *Preto e Branco - A naturalização da discriminação racial*. Comunicação e Sociedade. Porto: Campo das Letras.
- Cabral, Amílcar (2008). *Documentário* (coleção África Minha). Lisboa: Edições Cotovia.
- Calvino, Italo. (1994). *Porquê Ler os Clássicos?* Lisboa: teorema.
- Canfora, Luciano (2007). *A Democracia História de uma ideologia*. Lisboa: Edições 70.
- Cardoso, Carlos (1989). Conflitos Interétnicos – dissolução e reconstrução de unidades políticas nos rios da Guiné e Cabo Verde (1840-1899). *Soronda*, 7, 31-62.
- Cardoso, Carlos (1995) A Transição Democrática na Guiné-Bissau – um parto difícil. In *Lusotopie, Transitions libérales en Afrique lusophone* (pp. 259-283). Karthala : Paris.
- Cardoso, Carlos (2002). *A formação da elite política na Guiné-Bissau*. Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Occasional Pappers. (disponível em http://cea.iscte.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=24)
- Cardoso, Carlos (2006). *Da abertura 1 a aperture 2: os desafios da transição política na Guiné-Bissau* (disponível em <http://guineidade.blogs.sapo.pt/2006/02/>).
- Cardoso, Leonardo (2003). Sistemas de herança entre os Papéis, Manjacos e Mancanhas. *Soronda*, 06 (nova série), 147-178.
- Carpentier, Jean & Lebrun, François (2002). *História da Europa*. Lisboa: Editorial Estampa
- Carvalho, Clara (2003). *A revitalização do poder tradicional e os regulados manjaco da Guiné-Bissau*. *Soronda*, 7 (nova série), 7 - 44.
- Carvalho, Joaquim de (1933). *As Três Conferências Africanas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Constituição da República da Guiné-Bissau (1996).
- Constituição da República Portuguesa (2003). Coimbra: Almedina.
- Costa, Hermes Augusto (2008). *Sindicalismo Global ou metáfora adiada? Discursos e práticas da CGTP e da Cut*. Saber Imaginar o Social/12. Porto: Edições Afrontamento/CES.

- Dahl, Robert (2000). *Democracia*. Lisboa: Temas e Debates.
- Demartis, Lucia (2006). *Compêndio de Sociologia*. Lisboa: edições 70.
- Dicionário Verbo (2006). Lisboa: Verbo.
- Droit, Roger-Pol (2009). *O que é o Ocidente?* Lisboa: Gradiva.
- Duarte, Madalena (2007). *Acesso ao Direito e à Justiça: condições prévias de participação dos movimentos sociais na arena legal*. Oficina do CES nº 270.
- Eco, Umberto (2009). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. Barcarena: Editorial Presença.
- Especial Eleições - 8º destacável* (Primeira Série). Comissão nacional de eleições da Guiné-Bissau. 2 de Dezembro de 2008.
- Estanque, Elísio (2006). A questão social e a democracia no início do século XXI: participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo". *Revista Finisterra*, 55, 77-99.
- Featherstone, Mike (1997). Culturas Globais e Culturas Locais. in C. Fortuna (org.). *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras: Celta.
- Fernandes, António (1998). Alguns desafios teórico-metodológicos. In António Esteves & José Azevedo (Eds.). *Metodologias qualitativas para as ciências sociais*. Porto: Instituto de Sociologia – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Ferreira, António Casimiro (2005). *Para uma concepção decente e democrática do trabalho e dos seus direitos: (Re)pensar o direito das relações laborais* (pp. 255-289). In Boaventura S. Santos, *Globalização, Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.
- Ferreira, Pedro Moura (2000) Infracção e censura – representações e percursos de sociologia do desvio. *Análise Social (Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)*, vol. XXXIV, 151 – 152.
- Ferreira, Virgínia (2000). A globalização das políticas de igualdade entre os sexos: do reformismo social ao reformismo estatal. ex æquo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos Sobre as Mulheres, nº 2/3, 13-42.

- Ferro, Marc (1996). *História das Colonizações: das conquistas às independências: sécs. XIII-XX*. Lisboa: Estampa.
- Foucault, Michel (2002). *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fukuyama, Francis (2007). *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa: Gradiva.
- Giddens, Anthony (1994). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1999). *Para uma terceira via*. Lisboa: Editorial Presença.
- Giddens, Anthony (2004). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, Anthony (2006). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Handem, Alfredo & Rodrigues, Cristina (2009). Pobreza e paz (intermitente) na Guiné-Bissau. In C. U. Rodrigues e A. B. Costa (coords.). *Pobreza e paz nos PALOP*. Lisboa: Sextante Editora.
- Hermet, Guy (1997). *A Democracia*. Biblioteca Básica de Ciência e Cultura. Lisboa: Instituto Piaget.
- Hobbes, Thomas (2009). *Leviatã*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Huntington, Samuel (1994). *A Terceira Onda – Democratização no final do século XX*. São Paulo: Editora Ática.
- Jao, Mamadu (1995). A questão da etnicidade e a origem étnica dos Mancanha. *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, 20, 19-31.
- Júnior, José Fernandes (2009). *Colapso do Estado na Guiné-Bissau ou a outra face de qualquer Estado de Direito?* Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais (Orientador: Prof. Dr. José Carlos dos Anjos). Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16929>).
- Keane, John (2009). *Vida e morte da Democracia*. Lisboa: edições 70.
- Klein, Noami (2002). Cresce o mau humor: o novo activismo contra as grandes empresas e Política externa local: estudantes e comunidades juntam-se à luta. In *No logo [Sem marca] O poder das marcas*. Lisboa: Relógio D'Água.

- Kosta, E. Kafft (2007). *Estado de Direito - O Paradigma Zero: Entre Lipoaspiração e Dispensabilidade*. Coimbra: Almedina.
- Lara, António de Sousa (2000). *Colonização Moderna e Descolonização (sumários para o estudo da sua história)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- Lavroff, Dmitri (2006). *História das Ideias Políticas*. Lisboa: edições 70.
- Leite, Jorge & Almeida, F. Jorge Coutinho de (2003). *Código do Trabalho*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Liberato, Carlos (1992). Os conceitos de etnia e classes sociais: uma primeira aproximação dos instrumentos de análise à realidade africana. *Soronda*, 14, 83-95.
- Lopes, Carlos (1982). *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. Biblioteca de Estudos Africanos. Lisboa: edições70.
- Lopes, Carlos (2005). O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e história explicativa de conflitos. *Afro-Ásia*, 32, 9-28. (disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/770/77003201.pdf>).
- Macedo, Jorge Borges (1985). A Conferência de Berlim, cem anos depois. *Democracia e Liberdade*, 35, 1-22.
- MacQueen, Norrie (1998). *A descolonização da África Portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do Império*. Mem Martins: Inquérito.
- Mandela, Nelson. In *Discursos que mudaram o mundo* (2010). Coleção Livros que mudaram o Mundo do Jornal Público. Oeiras: AD ASTRA ET ULTRA, SA.
- Maquiavel, Nicolau (2005). *O Príncipe*. Coleção Filosofia e Ensaios. Lisboa: Guimarães Editores.
- Marques, Margarida (2009). *20º aniversário – Queda do Muro de Berlim*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mate, Ana Cristina & Lara, Gláucia (2009). Um panorama da semiótica greimasiana. *Alfa*, 53 (2): 339-350.

- Mateus, Dalila Cabrita (2004). *A PIDE/DGS na Guerra Colonial - 1961-1974*. Lisboa: Terramar.
- Mendes, Paulo Sousa (1992). Instituições de Justiça Consuetudinárias. In *Boletim da Faculdade de Direito de Bissau*. Bissau: Faculdade de Direito.
- Mendy, Peter (1997). A relevância do Pensamento de Cheik Anta Diop na África Lusófona: o caso da Guiné-Bissau. *Revista de estudos guineenses, Soronda*, 1(1) (Nova série), 13-28 (disponível em <http://www.inep-bissau.org/LinkClick.aspx?fileticket=kYMDinhOh1o%3d&tabid=61&mid=403>).
- Monteiro, Eurídice Furtado (2007). *Mulheres, Democracia e Desafios Pós-Coloniais – Uma análise da Participação Política das Mulheres em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada À Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra: FEUC.
- Montesquieu (2005). *O Espírito das Leis*. São Paulo: Martins Fontes.
- Montesquieu, Charles-Louis de Secondat, barão de la Bréde e de(1989). *O Espírito das leis*. In Manuel Braga Cruz. *Teorias sociológicas*. Lisboa: Gulbenkian.
- Moura, T., Roque, S., Araújo, S., Rafael, M., e Santos, Rita (2009). Invisibilidade da guerra e da paz: Violências contra as mulheres na Guiné-Bissau, Moçambique e em Angola, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, pp. 95-122.
- Nogueira, C. (2001) A análise do discurso. In L. Almeida e E. Fernandes (Eds.), *Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a pratica e investigação*. Braga: CEEP.
- Pélissier, René (1989). *História da Guiné – portugueses e africanos na senegâmbia 1841-1936* (2 volumes). Lisboa: Editorial Estampa.
- Pereira, Analúcia (2009). Berlim, a construção do muro e o socialismo alemão. *Ciências & Letras*, 46, 13-29 (disponível em <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>).
- Pereira, Aristides (2002). *Uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Pinto, António Costa (2001). *O fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Platão (2001). *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Platão (2008). *O Político*. Clássicos da Política. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates.

- Porto, Nuno (2006) *Offshore*. In Panfleto do Ciclo Integrado de Cinema, Debates e Colóquios na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra – África começou mal, África está mal: a tragédia africana (pág. 16).
- Portugal, Sílvia (2007). *Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica*. Oficina do CES, nº271.
- Pureza, José Manuel; Roque, Sílvia; Rafael, Mónica & Cravo, Teresa (2007). *Do States Fail or Are They Pushed? Lessons Learned From Three Former Portuguese Colonies*. Oficina do CES, nº 273 (disponível em http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/260_oficina%20ces.pdf).
- Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc van (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rancière, Jacques (2006). *O Ódio à Democracia*. Lisboa: Mareantes Editora.
- Raupp, Fabiano & Beuren, Ilse (2003). Metodologia de Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In Beuren, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática*. São Paulo: Atlas.
- Relatório anual sobre os Direitos Humanos na Guiné-Bissau (2007) in www.LGDH.org.
- Relatório Nacional da CGSI-GB de 5 de Setembro de 2004.
- Rodrigues, Leôncio (1998), O declínio das taxas de sindicalização: a década de 80, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000100003&script=sci_arttext).
- Rousseau (2008). *O Contrato Social*. Clássicos da Política. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates.
- Rudebeck, Lars (1997). *Buscar a felicidade: democratização na Guiné-Bissau*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
- Santos, Boaventura de Sousa & Trindade, João Carlos (2003). *Conflito e Transformação Social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2006). *A Gramática do Tempo: para uma Nova Cultura Política*. Coleção Biblioteca das Ciências Sociais/Sociologia, Epistemologia/54. Porto: Edições Afrontamento.

- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2005). *Globalização - Fatalidade ou Utopia? A Sociedade Portuguesa Perante os Desafios da Globalização/1*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, José Hipólito (2003). *O Desenvolvimento e a Mulher - Um Outro Mundo é Possível*. Lisboa: SEIES.
- Sen, Amartya (2003). *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Gradiva.
- Silva, António Duarte (2010). *Invenção e Construção da Guiné-Bissau*. Coimbra: Almedina.
- Solomos, J. & Back, L. (2002). *Racism and Society*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Sousa, Julião Soares (2008). *Amílcar Cabral e a luta pela independência da Guiné e Cabo Verde: 1924-1973*. Tese de Doutoramento em Letras, área de História (História Contemporânea) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: FLUC.
- Tzu, Sun (2007). *A Arte da Guerra*. Clássicos do Pensamento Estratégico. Lisboa: Edições Sílabo.
- Tarizzo, G. B. & Marchi, D. de (2001) *Orientação e identidade de género: a relação pedagógica*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (Cadernos Coeducação).
- Tavares, Adílson (2009). *O regime político guineense (1994-2008)*. Lisboa (disponível em [http://www.didinho.org/Regime_Politico_Guinnense_1994-2008_\[1\].pdf](http://www.didinho.org/Regime_Politico_Guinnense_1994-2008_[1].pdf))
- Teixeira, Ricardino Dumas (2008). *A construção democrática na Guiné-Bissau: Limites e Possibilidades*. Comunicação submetida ao CODESRIA 16 e 17 de Outubro de 2008 (disponível em <http://www.didinho.org/ACONSTRUCAODEMOCRATICANAGUINEBISSAULIMITESEPOSSIBILIDADES.pdf>).
- Teixeira, Ricardino Dumas (2008). *Sociedade Civil e Democratização na Guiné-Bissau, 1994-2006*. Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do título de Mestre em Sociologia. Recife: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

- Thiecker, Gabriele (2007). *A reunificação alemã: da euforia à frustração (1989-1991)*. *Monographia*, 3 (disponível em <http://www.fapa.com.br/monographia>).
- Tocqueville, Alexis de (2002). *Da Democracia na América*. Cascais: Principia.
- Villemus, Phillipe (2007). *As deslocalizações das empresas: ainda teremos emprego amanhã?* Porto: Edições Asa.
- Wedderburn, , C. M. (2007). *O racismo através da história: da antiguidade à modernidade* (disponível em http://74.125.155.132/scholar?q=cache:DkxYEHS5GTYJ:scholar.google.com/+O+racismo+atrav%C3%A9s+da+hist%C3%B3ria:+da+antiguidade+%C3%A0+modernidade&hl=pt-PT&as_sdt=2000).
- Zakaria, Fareed (2005). *O Futuro da Liberdade - A democracia Liberal nos Estados Unidos e no Mundo*. Lisboa: Gradiva.

RECURSOS ELECTRÓNICOS E NOTÍCIAS

- <http://aeiou.caras.pt/catarina-furtado-discursa-para-uma-assembleia-de-jovens-e-lideres-mundiais=f32714>
- <http://aeiou.expresso.pt/descolonizacao-sempre-achei-que-cabo-verde-nao-deveria-ter-sido-independente-mario-soares=f577071>
- <http://aeiou.expresso.pt/guine-bissau-morreu-um-dos-presumiveis-assassinos-de-amilcar-cabral=f248166> (*Expresso*, 21 de Fevereiro de 2010)
- <http://asemana.sapo.cv/spip.php?article53126&ak=1>
- http://economico.sapo.pt/noticias/suazilandia-despede-ministro-por-envolverse-com-mulher-do-rei_100050.html
- http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2009/11/desenvolvimento---ajuda-externa-fragiliza-autonomia-de-pol%C3%ADticas.html
- http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2009/11/desenvolvimento---ajuda-externa-fragiliza-autonomia-de-pol%C3%ADticas.html

<http://programas.rtp.pt/EPG/radio/epg-dia.php?canal=4&ac=d&sem=e>

<http://tv2.rtp.pt/EPG/tv/epg-dia.php?canal=6&ac=d&sem=e>

<http://ukinportugal.fco.gov.uk/pt/about-us/working-with-portugal/history-bilateral-relations/600-years-history>

<http://veja.abril.com.br> (entrevista de Diogo Schelp para a Revista *Veja*, edição nº 1917, 10/8/05)

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

http://www.correiodopatriota.com/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=5307;
<http://dossiers.publico.pt/noticia.aspx?idCanal=2218&id=1312967>

http://www.democraciaberta.com/democracia_forum/ver_topico.php?t=387

http://www.didinho.org/Foreign%20Policy_Jan%202010.pdf (*A ONU vista de dentro*. In Foreign Policy/Edição FP Portugal, de Janeiro de 2010).

http://www.didinho.org/legislativas_2008.htm (Handem, Alfredo: *A masculinização do novo parlamento*)

<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,319539,00.html>

<http://www.frasear.com/web/Citacoes/quotations/assunto.aspx?id=490>.

http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=19&Itemid=34

http://www.gulbenkian-paris.org/portugal/accueil_calouste.htm

<http://www.ionline.pt/conteudo/77343-belgica-cenario-separacao-do-pais-sem-apoio-na-populacao---sondagem>

http://www.lusoafrika.net/v2/index.php?option=com_content&view=article&id=62&Itemid=65

<http://www.nostrumtempus.com/search?Q=bismarck>

<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=26629&catogory=Manchete>

http://www.paicv.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=509&Itemid=69

http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/africa/2009/7/32/Militares-sentiram-dificuldades-adaptacao-multipartidarismo,e3a6c7b4-c9a5-4d35-a3b8-e09ba87af5a8.html

<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/botswana/botswana.php>

http://www.publico.pt/Mundo/sarkozy-pede-moderacao-aos-seus-ministros-mas-as-deportacoes-vaio-continuar_1452904

http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/kisangani_diary.htm

www.ipad.mne.gov.pt/

A aliança secreta do apartheid, Rodésia e Portugal. In *África* 21 nº30, de Junho de 2009 (pp. 17-25).

As Loucuras dos Zulu. In *Revista Sábado*, nº260, 23 a 29 de Janeiro de 2009 (pp. 68-72).

Entrevista a Francisco Fadul (Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau em 1998 e 2000 e actual presidente do Tribunal de Contas). In *Jornal Sol* de 12 de Junho de 2009 (pág. 23).

José Saramago (1922-2010), a história, a vida e a obra. In *Revista Visão*, 19 de Junho de 2010. Edição especial, jornal de letras, artes e ideias.

Novo panorama político com quotas para as mulheres. In *Jornal Universitário a cabra*, nº 191, 27 de Janeiro de 2009 (pp. 12).

O Português quer estar nos liceus estrangeiros ao lado do Inglês e Francês. In *Público*, 10 de Junho de 2010 (pp. 2-8).

Soares incomoda Cabo Verde com frases sobre a independência. In *Jornal Diário de Notícias*, 18 de Abril de 2010.

Subida da Aliança Democrática torna incerta maioria de dois terços para o partido de Zuma. In *Público*, 25 de Abril de 2009 (pp. 16).

Ter presidente é cinco vezes mais caro que ter rei. In *Diário as Beiras, Sábado*, 17 de Abril de 2010 (p. 2).

Uma revolução democrática ou a vitória de extremista? In *Jornal Público*, 31 de Janeiro de 2010, Ano XX, nº 7241 (pp. 2-5).